

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**NOS ELOS DE UMA FILIAÇÃO MULTIRRACIAL:
A ADOÇÃO INTER-RACIAL NOS LIMIARES
DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL**

SILVANA DA SILVA RUFINO

Florianópolis, agosto de 2003.

SILVANA DA SILVA RUFINO

**NOS ELLOS DE UMA FILIAÇÃO MULTIRRACIAL:
A ADOÇÃO INTER-RACIAL NOS LIMIARES
DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

PROFESSORA REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO, Dra.

Orientadora

Florianópolis, agosto de 2003.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico é sempre uma produção coletiva e solidária, apesar de demandar muito trabalho de um sistematizador que, para elaborá-lo criticamente no sentido de fazer avançar a atividade intelectual, tem necessidade de partir do grau de desenvolvimento em que esta exige. Sem a colaboração intelectual de uns e o incentivo, amizade, carinho, dedicação, solidariedade, financiamento, hospedagem, apoio emocional de outros, este trabalho, possivelmente não estaria concretizado.

À professora e orientadora deste trabalho, Dra. Regina Célia Tamaso Mioto, pela dedicação e orientação no decorrer do processo de construção deste conhecimento: sem sua ajuda, com certeza seria muito mais difícil chegar até aqui. Todas as palavras que poderia lhe dizer, são singelas demais para agradecer toda a dedicação, respeito, compreensão, confiança e amizade que despendeu para comigo: com certeza guardo comigo seu exemplo de competência e seriedade profissional.

Aos mestres do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, principalmente às professoras doutoras Marli Palma de Souza e Catarina Maria Schmickler pelas sugestões e recomendações sólidas para o trajeto acadêmico.

Ao professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, pela disponibilidade e orientações informais no decorrer desse processo, e as formais durante o exame de qualificação.

À Coordenadoria para Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa de estudos, sem a qual teria sido impossível enfrentar esta empreitada.

Às minhas queridas companheiras da primeira turma de mestrado em Serviço Social, pelo apoio nas horas incertas, troca de idéias e sugestões, apesar de muitas vezes distantes; um agradecimento especial à Michelly - minha companheira de viagens e congressos - pelo companheirismo constante.

À minha especial amiga, Fabiana Fernandes, dedicada companheira, pelas palavras de solidariedade nos momentos mais difíceis.

À amiga, Adriana, pela amizade e companheirismo presentes, pela troca de idéias e sugestões.

A todos os meus familiares pelo carinho e preocupação constantes. Aos meus pais, por suas presenças e dedicado amor.

À todos meus sinceros agradecimentos e a minha profunda gratidão.

Que Deus os abençoe!

SUMÁRIO

NOS ELOS DE UMA FILIAÇÃO MULTIRRACIAL:.....	1
A ADOÇÃO INTER-RACIAL NOS LIMIARES	1
SILVANA DA SILVA RUFINO	1
SILVANA DA SILVA RUFINO	2
NOS ELOS DE UMA FILIAÇÃO MULTIRRACIAL:.....	2
A ADOÇÃO INTER-RACIAL NOS LIMIARES	2
<i>Orientadora</i>	2
AGRADECIMENTOS	3
SUMÁRIO	5
<i>BENDITOS FRUTOS</i>	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	15
ENTRE O DESEJO E A NECESSIDADE: CONSIDERAÇÕES	15
SOBRE UMA FILIAÇÃO CONSTRUÍDA	15
1.1 Um Pouco de História: Caminhando pelas Origens do Instituto da Adoção	15
1.2 Em Nome da Lei: Aspectos Jurídicos e a Evolução Legal da Adoção	20
1.3 Viajando pelo Universo Cultural: As Diversas Formas de Conjuguar o Verbo Adotar	24
1.4 Institucionalização x Adoção: Uma Resposta Possível?	30
1.5 Resgatando o Direito de Ser Filho: Um Breve Panorama sobre a Adoção Tardia ..	33
1.6 A Adoção Internacional e o Cenário Brasileiro.....	36
CAPÍTULO II.....	40
ENTRE MITOS E PRECONCEITOS: OS DESAFIOS DA ADOÇÃO INTER-RACIAL .	40
2.1 A Busca pelos Assemelhados: O Preconceito Racial no Processo de Adoção	40
2.2 Da Senzala às Sociedades Atuais: A Busca de Cidadania dos Cidadãos Afro-Brasileiros	51
CAPÍTULO III	85
TRANSITANDO ENTRE CULTURAS: A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO EXPERIÊNCIAS DE ENCONTROS	85
3.1 Educação Intercultural: A Complexidade da Relação entre Culturas Diferentes	85
3.2 Nos Limiares de Jogos de Contrastes: Um Breve Debate sobre a Construção de Identidades	97

3.3 TRAJETOS DE EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS: A FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO INTERCULTURAL POR EXCELÊNCIA	102
CAPÍTULO IV.....	110
“CELEBRAÇÃO DAS DIFERENÇAS”: A BUSCA DO ENCONTRO NUMA EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO INTER-RACIAL	110
4.1 O QUE PRETENDEMOS BUSCAR: DOS OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS DA PESQUISA.....	111
4.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	111
4.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	111
4.2 DE QUE MANEIRA TRABALHAMOS: DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	112
4.2.1 <i>Tipo de Pesquisa</i>	112
4.2.2 <i>Coleta de Dados</i>	113
4.2.3 <i>Instrumento de Coleta de Dados</i>	114
4.2.4 <i>Registro dos Encontros</i>	117
4.2.5 <i>Análise dos Dados</i>	117
4.2.6 <i>Procedimentos Éticos</i>	119
4.3 RETRATOS DE UMA FAMÍLIA MULTIRRACIAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA	119
4.4 PERCORRENDO CAMINHOS, BUSCANDO SAÍDAS.... :A ANÁLISE E O TRATAMENTO DOS DADOS OBTIDOS	125
4.4.1 <i>Para Além dos Laços de Sangue: as particularidades de uma experiência de adoção</i>	125
4.4.2 <i>Celebrando o Encontro com o Novo: cruzando pontes que conduzem a novos processos educativos</i>	134
CAPÍTULO V	157
POSSÍVEIS SINAIS DE LUZ NUM MAR DE ESCURIDÃO: ALGUMAS.....	157
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESTUDADO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

BENDITOS FRUTOS

*Benditos vós os frutos que não do nosso ventre
Bem-aventurados nós que fomos os agraciados
Bendito o ventre fecundo que os gerou
Bem-aventurados nós que convosco crescemos!*

*Se da Terra fértil se difunde a Vida
É do sol, da luz e das nuvens que ela medra
Se do solo que se originaram não havia adubo
É da fecundidade de nossa espera que se nutrem!*

*Bendito o ventre que os abrigou
Bem-aventurados nós que explodimos em Vida
A cada sorriso vosso, a cada ventura
E que por vós nos descobrimos em grandezas
Que não nos conhecíamos capazes!*

*Bendita a hora em que abrimos nossas portas
Para deixar entrar as verdadeiras árvores da Vida
Hora esta em que todos os filhos do Mundo
Passaram a ser também os nossos
Chegara para nós também o futuro!*

*Bendita simbiose esta que cruza vidas:
A do ventre que vos abrigou e nossos corações
E nesta fundição de humanidade que
Vós filhos
São nossos preciosos legados
Benditos frutos, filhos nossos, que nos fazem
Seres tão bem-aventurados!*

Elba Maria Blois Aita
(TER-NA Adoção – Oficina de Adoção – Porto Alegre – RS)

INTRODUÇÃO

Com as mudanças que se processam na sociedade atual, a família, como espaço da vida privada e de sociabilidade, se fortalece, sendo reconhecida, como o meio que melhor atende as necessidades bio-psico-sociais de crianças e adolescentes.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a instituição familiar é apontada como um direito à medida que é priorizado como local de sociabilidade favorável aos interesses e às necessidades do segmento infanto-juvenil.

Como prática antiga, e que vem multiplicando-se nas sociedades modernas, a adoção trata-se de uma medida que, possibilita as chances do exercício da paternidade e da maternidade reforçando a idéia de que “nas relações entre pais e filhos há um vínculo mais forte, no qual as obrigações morais acontecem de maneira mais significativa”.¹

Embora a convivência familiar em meio adotivo esteja estabelecida no ECA como um direito comum a todas as crianças e adolescentes em situação de abandono, seu acesso é dificultado quando se leva em conta o quesito cor/etnia, entre outros dados de identificação do adotado.

A adoção constitui-se no ato de vincular a criança desamparada a uma nova família, com os mesmos direitos de um filho biológico. Todavia para que tal fato se concretize, vários obstáculos muitas vezes, são apresentados e, necessariamente, terão que ser vencidos para que a adoção venha a ser efetivada.

Os obstáculos são vinculados a questões burocráticas e de ordem cultural, vinculadas à criança e, conseqüentemente, aos adotantes, que em sua maioria, criam barreiras, fazendo restrições em relação à criança.

É aqui então, que emerge o preconceito racial no processo de adoção, através das exigências impostas pelos postulantes, que ao se cadastrarem expõem como idealizam e como desejam a criança, tratando a questão como um ato mercantilizável.

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” e “[...] a instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.²

O preconceito racial, entendido enquanto uma atitude e comportamento orientados pela noção de que as diferenças corporais e a aparência, implicam diferenças em potencial e valor, e está, portanto, em explícita oposição ao princípio de igualdade em dignidade e direitos exposto no texto acima, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que a existência da compreensão, da tolerância e da amizade entre os grupos raciais representa um benefício para toda a humanidade, havendo a harmonização entre as diferenças.

A produção empírica sobre a adoção inter-racial, no Brasil e também em outros países, ainda é nova e pouco explorada por pesquisadores sociais, vindo a favorecer concepções equivocadas sobre o assunto.

A adoção de crianças negras por famílias brancas evidencia, além da adoção propriamente dita, uma grande disposição de enfrentar desafios, especialmente em nosso país, em que as faces do preconceito racial estão diluídas na sociedade. Esse, é um dos dilemas que permeiam a adoção inter-racial e por isso, podemos considerá-la como uma tarefa complicada.

¹ SARTI, Cyntia. **A família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 1996, p.51.

² Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Silveira³ em seu estudo, destaca que, no contexto das práticas judiciais, observam-se desigualdades de acesso a determinadas medidas legais, que por vezes, estão fundamentadas em discriminações e estereótipos decorrentes de padrões de beleza, que ainda vigoram na sociedade.

Em outro estudo, Rufino⁴, constatou uma certa dificuldade de transmitir as questões referentes à cultura e origem da população negra à criança negra adotada por uma família branca, fazendo com que o processo de construção social e cultural da identidade dessa criança fosse prejudicado, evidenciando um baixo nível de auto-estima em relação à sua origem étnica.

De acordo com Schreiner⁵, a maioria das crianças que crescem em um ambiente onde suas identidades raciais são negadas, tendem a desenvolver uma atitude emocional não saudável em relação às suas origens étnicas, uma vez que podemos considerar as primeiras vivências da infância, como fundamentais no processo de formação da identidade social da criança, e na formação de futuros preconceitos e conflitos, mantendo-se ao longo da vida, sensível aos contextos que a sociedade *impõe*.

Baseados nessa visão, nos propomos a compor a análise do processo de adoção inter-racial numa outra perspectiva, distanciando-se um pouco da ótica jurídica e da discriminação dos postulantes à adoção, em relação à criança adotada. Propomos um trabalho baseado na perspectiva da Educação Intercultural buscando uma relação de diálogo entre as diferenças, entendendo que esta pode trazer valiosas contribuições para a superação de estereótipos e

³ SILVEIRA, Ana Maria. **Particularidades da Adoção: a questão da etnia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

⁴ RUFINO, Silvana S. **As Faces e as Contrafaces da Adoção Inter-racial: um estudo da realidade catarinense**. Florianópolis, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵ SCHREINER, E.N.P. Identidade Negra e Adoção Inter-racial. **Boletim Nas Janelas da Adoção**. São Paulo, n. 22/23, p. 6-7, junho de 2000.

discriminações de toda ordem, nos convidando a repensar os diferentes aspectos e componentes da adoção inter-racial.

Nas relações, a interculturalidade orienta processos que se baseiam no reconhecimento do direito à diversidade e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social, com o intuito de promover relações de reciprocidade, de diálogo e igualitárias entre sujeitos diferentes. Nessa direção, constitui-se um processo permanente e inacabado, impulsionado pela intenção de promover uma relação recíproca entre sujeitos marcados por uma política de diferenças, para além de uma coexistência pacífica, num mesmo território. Esta então, seria a condição fundamental para qualquer processo ser qualificado de intercultural.

Por isso, decidimos neste trabalho, trabalhar a adoção inter-racial numa opção que possibilita uma relação e uma educação intercultural, que dissolvem justamente, os mecanismos que geram a discriminação e os preconceitos, que são construídos socialmente, assim como a sua própria desconstrução⁶.

O eixo central das argumentações desta pesquisa, aliadas a outras categorias, que contribuirão para o conhecimento do contexto pesquisado, buscando uma forma distinta de visualizar relações, é então o da educação intercultural. Propomos, uma relação fundada na interação de sujeitos diferentes, numa experiência em que o encontro se traduza numa ocasião de crescimento para ambos os lados, existindo um reconhecimento recíproco dos direitos e da dignidade das pessoas em relação.

A partir daí, consideramos as primeiras vivências da criança como determinante no processo de formação da identidade social, de futuros preconceitos e conflitos, tomando a família como instituição primeira e primordial na formação de uma criança, e situamos a adoção inter-

racial, colocando-a como desafio numa educação intercultural, onde “a educação deixa de ser entendida apenas como a transmissão de informações de um indivíduo para o outro [...] e passa a ser concebida como construção de processos em que diferentes sujeitos desenvolvem ações de reciprocidade entre si”.⁷

A educação intercultural propõe o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção de identidades e o reconhecimento das diferenças. As perspectivas atuais de compreensão das diferenças exigem uma visão mais complexa do diferente, surgindo assim, um “campo híbrido, fluído e polissêmico, ao mesmo tempo promissor, da diferença, que se constitui nos entre-lugares das enunciações de diferentes sujeitos e identidades sócio-culturais”.⁸

Segundo Fleuri⁹, o conceito de diferença indica uma nova perspectiva que aponta para uma compreensão do hibridismo – espaço que não prioriza e nem superpõe categorias, mas indo além disto, busca novas possibilidades de relações pessoais e sociais entre sujeitos marcados por uma política de diferenças - e da ambivalência que constituem as identidades e relações interculturais. Com isso, a *intercultural* se configura como objeto de estudo interdisciplinar e transversal.

Como convite a experienciar esse *entre-lugar*, essa fronteira entre culturas diferentes, questionando o modo de lidar com a realidade e redescobrimo as possibilidades de aprendizagens de uma convivência intercultural, direcionamos este estudo, buscando analisar a complexidade da formação das relações, num contexto multicultural entre sujeitos culturalmente

⁶ FLEURI, Reinaldo M. Citação durante a Qualificação do Projeto dessa Dissertação em 10/03/2003.

⁷ FLEURI, Reinaldo M. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Percursos**: Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. NEPP – v.1, n.1. Florianópolis: Editora, Outubro de 2000, p.125

⁸ FLEURI, Reinaldo M. et.alli. **A Questão da Diferença da Educação: para além da diversidade**. 2002, p. 01 [No Prelo]

⁹ FLEURI, Reinaldo M. 2000.

diferentes, baseada na interação e na reciprocidade, como fator de crescimento cultural e enriquecimento para ambos os lados.

Para chegarmos aos resultados, nos propomos a estudar algumas categorias chaves para contextualização, compreensão e conhecimento conciso da referida realidade, e embora envolvendo conceitos distintos na análise das relações estabelecidas numa adoção inter-racial, tornam-se complementares.

Buscando atingir os objetivos propostos, a pesquisa, cujos resultados constituem o corpo desta dissertação, tem caráter qualitativo, tendo uma natureza teórica - empírica, que não pretende somente constatar fenômenos, mas na medida do possível, mediá-los com a totalidade e respaldá-los com os devidos referenciais teóricos.

O presente trabalho foi estruturado por capítulos que versam sobre temáticas específicas, buscando dar uma seqüência aos assuntos que, de tal modo, explicita uma idéia de conjunto e complementaridade.

O primeiro capítulo trata das origens do instituto da adoção e suas particularidades, procurando demonstrar a sua evolução legal ao longo dos anos no Brasil e também em alguns países, onde a adoção adquire diversos significados. A relação entre institucionalização de crianças e adolescentes e a adoção, a cultura do abandono e ainda outras modalidades de adoção – adoções tardias e internacionais - , são enfocadas também, nas páginas iniciais.

O segundo capítulo aborda os obstáculos e os principais desafios que a adoção inter-racial comporta no contexto brasileiro, seguido de uma breve análise sobre a luta pela cidadania dos cidadãos afrodescendentes, e suas conquistas até chegarmos a atualidade.

Considerando o eixo temático deste trabalho, o terceiro capítulo enfoca a educação intercultural e a complexidade da relação entre culturas diferentes, através do diálogo e respeito ao diferente. Enfatizamos também, um breve debate sobre a construção de identidades, como

processo de descoberta, de aprendizado e de reconhecimento, explicitando, finalmente, a família como instituição intercultural por excelência, sendo uma das instituições mais antigas de educação, com extrema importância na formação de sujeitos.

No quarto capítulo, inicialmente mostramos as particularidades metodológicas da pesquisa, com os referenciais utilizados, visando atingir os objetivos propostos. Analisa-se a adoção inter-racial a partir dos resultados obtidos na pesquisa, destacando os desafios que essa complexa experiência nos aponta.

Por fim, temos um quinto capítulo, que, ao invés de apontar respostas, invoca para uma reflexão sobre as possibilidades e limites existentes na atuação dos profissionais de Serviço Social junto a esta temática.

Num universo de antagonismos e de negação, entre o compromisso ético de luta e de defesa dos direitos de proteção integral a todo o segmento infanto-juvenil¹⁰, destaca-se a relevância teórica dessa pesquisa, com intuito que traga benefícios à comunidade científica, uma vez que obterá dados (hoje inexistentes) sobre experiências de adoção inter-racial no Brasil, incentivando um maior debate sobre o assunto. Beneficiará também os profissionais de Serviço Social - que se destacam como figura fundamental nos processos de adoção- criando e fazendo emergir novos parâmetros para o preparo e acompanhamento de pais candidatos à adoção inter-racial; e ainda às famílias adotantes, que poderão ter mais informações sobre as reais possibilidades de constituição de uma família multirracial.

CAPÍTULO I

ENTRE O DESEJO E A NECESSIDADE: CONSIDERAÇÕES

SOBRE UMA FILIAÇÃO CONSTRUÍDA

1.1 Um Pouco de história: caminhando pelas origens do instituto da adoção

A preocupação com crianças sem uma família vem de tempos muito antigos, e a adoção sempre existiu na história da humanidade, como podemos comprovar nas histórias de Moisés, que foi adotado pela filha do Faraó, e dos gêmeos abandonados, Rômulo e Remo, fundadores de Roma. O império romano foi governado por mais de um século pelos filhos adotivos de Otávio, o *Augusto*, que, por sua vez, foi filho adotivo de Júlio César. Foram os romanos que estabeleceram as bases da adoção legal na idéia de filiação, conferida por um certificado aos pais adotivos, e na transmissão do nome de família por meio da adoção¹¹.

Na história bíblica, Moisés, o *filho das águas*, escolhido por Deus para libertar o povo hebreu, e adotado pela filha do faraó, foi criado como membro da corte egípcia, assumindo, quando adulto, a identidade hebraica. A condição de membro da corte, adquirida através da adoção, facilitou sua missão de retirar os escravos hebreus do Egito rumo à *terra prometida*.

No rico imaginário das histórias infantis, também existem inúmeros personagens que fazem parte de famílias adotivas.

O herói *Super-homem*, da literatura infantil e com ampla difusão no cinema e televisão, foi abandonado pelos pais biológicos que desejavam salvá-lo da destruição cósmica que seu planeta, *Krypton*, estava prestes a sofrer. Enviado ao planeta Terra, ele é encontrado por um

¹⁰ O artigo 19 do estatuto da Criança e do Adolescente alega: *Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, e excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária (...)*. (Grifo meu)

casal que o adota. O personagem Simba do filme *O Rei Leão*, ficou perdido no meio do deserto e foi adotado por uma família bastante diferente da sua: um javali e um roedor do deserto.

Enquanto medida que possibilita a garantia de vínculos de criação e de filiação, a adoção abre novas perspectivas de agregação a contextos familiares, independentemente dos laços de consangüinidade.

Instituição jurídica com ampla conotação social, o processo conhecido hoje como a *adoção de crianças* sempre existiu e foi praticado desde a mais remota antigüidade. Criado com as mais diferentes finalidades, atendeu a razões de ordens culturais, religiosas, políticas, econômicas e afetivas.

Entre os babilonenses, a adoção foi minuciosamente disciplinada no Código de Hamurabi, 1728-1686 a.C. que, revelando uma civilização adiantadíssima para época tão afastada, data-se as origens históricas do instituto da adoção.¹²

Historicamente, a adoção não se conforma com nenhum esquema de evolucionismo linear. Instituição de grande importância na sociedade romana, onde os césares costumavam desta forma, legitimar o direito político de seus sucessores, a adoção, durante a Idade Média caiu em desuso durante muito tempo, por ser contrária ao sistema de feudos da época, que seguia os termos da consangüinidade, tendo pouca importância na Europa antes do século XX.¹³

A adoção surgiu historicamente atendendo a imperativos da ordem religiosa. O homem primitivo acreditava que os vivos eram governados pelos mortos. Por este motivo, apaziguava com preces e sacrifícios, os ancestrais falecidos para que protegessem os seus descendentes. O culto aos mortos, que encontramos em algumas religiões primitivas, explica a expansão do instituto da adoção e o papel que desempenham no mundo antigo.

¹¹ WEBER, L.N.D. **Laços de ternura: pesquisas e histórias sobre adoção**. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

¹² ALMADA, Ney de Mello. **Manual de Direito de Família**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A Bíblia, o Código de Hamurabi e as Leis de Manu, já se referem à adoção, que também foi objeto de legislação nas cidades gregas.

Os juristas que estudam este assunto gostam de atribuir o surgimento da preocupação pública com órfãos aos estragos das guerras mundiais. E, de fato, na maioria dos países europeus, houve uma proliferação de legislação sobre adoção, já a partir do período entre guerras.

Para Fonseca¹⁴, até este ponto, a adoção, quando existia, dizia respeito principalmente à transmissão de bens, de um nome familiar e, eventualmente, de poder político. O adotante tinha que ser de idade avançada (50 anos era o mínimo colocado, por exemplo, no Código Napoleônico) e os adotados eram freqüentemente adultos. Desta forma, mantinham um alto número de pessoas sem herdeiros, fazendo com que o patrimônio de muitas famílias escoasse para o senhor feudal, ou para a Igreja.

Nesta época, o Estado Moderno não tinha os mesmos motivos que a Igreja para colocar obstáculos à adoção, já que seu poder econômico residia em outras bases que não o patrimônio de famílias sem herdeiros. Seus interesses eram norteados para ordem pública, ou seja, na socialização adequada aos jovens sem família. É por este motivo que, durante a primeira metade do século, as discussões jurídicas centraram-se na transferência do poder familiar, deixando a questão da herança em segundo plano. Mas a adoção também vinha ao encontro das necessidades de um poder público que estendia sua influência cada vez mais para dentro da intimidade familiar. Aproveitava-se a responsabilidade de garantir direitos individuais – neste caso, o bem estar da criança - para intervir na vida familiar e, assim, estreitar o controle sobre a vida dos súditos.

¹³ FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 117.

¹⁴ FONSECA, Cláudia. 1996

Segundo Sznick¹⁵, em Roma, o instituto se cristalizou, estando originalmente vinculado ao culto dos mortos, mas adquirindo em seguida importância política. Conheceu-se a *adrogatio* (ad-rogação) para as pessoas *sui juris* (não dependentes de outras) e a *adoptio* para as *alieni juris* (sob autoridade alheia). A ad-rogação tinha importância política e necessitava da aprovação dos comícios. Houve uma reforma da legislação, na época de Justiniano, no sentido de proteger os direitos do adotado, distinguindo-se entre a adoção plena, realizada por ascendente do adotado, e a menos plena realizada por estranho. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se certos requisitos para a adoção, a fim de que imitasse a natureza, exigindo-se certa diferença de idade entre o adotante e o adotado.

Na antigüidade, a adoção tinha mais base política e religiosa do que familiar. A família primitiva, fundada sobre o liame de sangue e, conforme a vontade do *pater*, poderia escolher seus membros com a finalidade de assegurar o culto ancestral. Nesta concepção, mais jurídica do que biológica, era fácil admitir a passagem de uma família para outra, e a adoção era um dos meios de aceder à família civil. Servia para adquirir o direito do cidadão ou a qualidade de patrício e, ao mesmo tempo, era utilizada para assegurar a transmissão do poder imperial.¹⁶

Entre os hebreus, a adoção era conhecida pelo nome *lerivato*; entre os gregos, *tesis*; e entre os atenienses, *poíesis*, *eispoíeses* e *tesis* (só os cidadãos podiam adotar e serem adotados).

Em Esparta teve escasso emprego e devia ser confirmada na presença do rei. Entretanto, pelas Leis de Licurgo, as crianças permaneciam com os pais até a idade de sete anos, passando depois à tutela do Estado, que formava na arte da guerra.¹⁷

As Ordenações Filipinas, embora não lhe desse regulamentação adequada, reconheciam o instituto da adoção. No Código de Napoleão, importante documento jurídico e

¹⁵ SZNICK, Valdir. **Adoção**. São Paulo: Leud, 1988

¹⁶ *Op. Cit.*

legislativo dos segmentos modernos da História do Direito, a adoção se endereçava aos maiores, sendo consensual e mais do que um modo de criar filiação. Era um meio de transmitir o nome e a fortuna. Tal posicionamento legislativo veio, depois, a criar sérios embaraços na ocasião em que abundavam a França em órfãos de guerra, surgindo a modificação em 1923, para permitir-lhes a adoção.¹⁸

A Lei Francesa, de 19 de julho de 1923, modificou o instituto e passou a aceitar a adoção de menores, já que o Código de Napoleão admitia apenas a adoção de maiores (art. 346), colocando, em primeiro lugar, os interesses do adotado, e permitindo-a somente se houvesse justo motivo para ele, ficando assim em segundo plano, as necessidades e interesses dos adotantes.¹⁹

Na maioria das legislações é admitida a adoção. Mesmo Portugal, que a desconhecia, a fez ressurgir no Código Civil em vigor desde 1966, centrado no interesse do adotando, para suprir eficazmente a situação de carência moral, afetiva, espiritual e material em que se encontre.

Segundo Weber²⁰, entre os germanos, a adoção também servia para dar continuidade à família, mas com uma essência diversa; uma vez que se tratava de um povo *guerreiro*, procurava-se nela um modo de perpetuação da família, para que pudesse levar adiante as campanhas empreendidas pelo pai adotivo. Diferente da adoção romana, a germânica não produzia vínculo de parentesco: nem o adotado era herdeiro dos bens do pai adotivo, somente podendo suceder-lhe por ato de última vontade ou por doação entre vivos.

É somente com o decorrer da história, que o instituto adoção vai lentamente amadurecendo e afirmando-se num novo espírito, como instrumento mais *idôneo* para satisfazer ao sentimento cristão de paternidade e proteção, de quem não tivesse os *filhos de sangue*.

¹⁷ *Op.Cit.*

¹⁸ ALMADA, Ney Mello. 1989.

¹⁹ GATELLI, J.D. **Adoção Internacional de Acordo com o Novo Código Civil: procedimentos legais utilizados pelos países do mercosul**. Curitiba: Juruá, 2003.

1.2 Em Nome da Lei: aspectos jurídicos e a evolução legal da adoção

Segundo Gatelli²¹ o conceito de adoção, para a terminologia jurídica (sentido técnico), indica um ato jurídico através do qual, de conformidade com a lei, uma pessoa toma ou aceita como filho uma outra.

A origem da palavra adoção “deriva do latim *adoptio*, que significa dar seu próprio nome a, pôr um nome em; tendo, em linguagem mais popular, o sentido de acolher alguém”.²²

Segundo dados históricos, as primeiras leis sobre adoção eram estritamente rígidas e articuladas pela *adoção de interesses*, visando atender essencialmente a garantia da transmissão de bens e do nome, sendo efetivamente utilizada para fins de sucessão e de garantia de patrimônio.

Uma das grandes barreiras para a introdução da adoção na lei comum foi o conflito dos princípios de herança. A terra somente poderia ser herdada por pessoas ligadas por laços sangüíneos, sem poder ser dada em vida ou morte por vontade de proprietário. Por isso, foi somente em 1925 que a adoção foi criada no sistema legal inglês, por meio de um estatuto.²³

Já nesta época, o preconceito em relação à adoção podia ser visto claramente nas leis, que usualmente protegiam os *filhos de sangue*. Cultuavam-se expressamente os *laços de sangue* e o *instinto do amor materno*, tratando, como coadjuvantes, os filhos adotivos. Em muitos dos tratados jurídicos acerca da adoção, desde o Código Napoleônico, o assunto aparece em termos como *imitação da natureza* e *filhos naturais e fictícios*.

Em controvérsia aos preceitos romanos de continuidade e perpetuidade familiar, atualmente percebemos a preocupação do legislador com a proteção da criança e do adolescente,

²⁰ WEBER, L.N.D, 1998.

²¹ GATELLI, J.D. 2003

²² *Op.Cit.* p. 20

deixando de lado a arcaica acepção romana, vindo a definir a finalidade da adoção como "mais social, protecionista e humana".²⁴

São particularidades legais da adoção em alguns países:

- ❖ Inglaterra - a adoção é regulada por uma seqüência de leis, permitindo a adoção somente plena e para menores de 18 anos com todos os direitos de um filho legítimo.
- ❖ França - é disciplinada pelo Código Civil, e prevê dois tipos de adoção: a plena, integrando menores de quinze anos à família adotiva, extinguindo laços com a família biológica; e a simples, para qualquer idade, instaurando ligação com a família adotiva, mas mantendo laços com a família biológica.
- ❖ Itália - é regulada pela Lei 431 de 1967 prevendo adoção plena para menores e adoção simples para maiores e menores, em casos particulares.
- ❖ Espanha - é disciplinada leis de 1958 e 1970, com adoção plena para menores de quatorze anos ou maiores que já estejam convivendo com os adotantes; e adoção simples, que não dá ao adotado os direitos de *filho legítimo*.
- ❖ Argentina - a Lei 19.134 prevê a adoção plena para menores, com os direitos de um *filho legítimo*, extinguindo seu vínculo com a família natural, exceto para efeitos matrimoniais, e a adoção simples, que não extingue todos os vínculos entre o adotado e sua família de sangue.²⁵

No Brasil, o progresso relacionado à adoção ocorreu com a instituição do Código de Menores de 1916, passando a existir três procedimentos básicos para a adoção: a *Adoção Simples* e a *Adoção Plena*, sendo ambas regidas pelo Código de Menores; e a *Adoção Civil*, realizada

²³ WEBER, L.N.D. 1998.

²⁴ OENNING, M. P. **Efeitos Sucessórios da Adoção no Tempo**. Florianópolis, 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 11

²⁵ *Op.Cit.*

através de escritura em cartório, por meio de um contrato entre as partes, usualmente denominada *adoção tradicional e adoção civil*.

O Código Civil de 1916 estipulou algumas flexibilidades nos termos da adoção. Determinava que a criança poderia portar o nome de seus pais biológicos, o de seus pais adotivos, ou poderia simplesmente, optar pelos dois sobrenomes. Fonseca²⁶, nomeia este tipo de filiação, de *filiação aditiva*.

Apesar da implantação da adoção irrevogável, a Legitimação Adotiva de 1965, ainda delegava à criança uma parte menor na herança, se nascessem filhos biológicos dos pais adotantes.

A partir da promulgação do Código de Menores de 1979, houve uma substancial modificação no processo de adoção. O Código instituiu o caso inédito da adoção plena e irrevogável, onde a criança passaria a integrar a família dos pais adotantes em todos os sentidos. Ao lado dessa adoção plena, realizada por uso de escritura, por meio de sentença judicial e cancelando o registro anterior, continuou a existir a adoção simples - também sob controle judicial - tendo por idéia básica fazer com que a criança não ficasse totalmente vinculada aos adotantes, para facilitar uma possível anulação.

A Constituição Federal de 1988 conseguiu romper com a distinção legal vigente até este período, determinando que filhos adotivos e biológicos são iguais em direitos, deixando de enfrentar as filiações que saíssem da órbita da filiação considerada legítima. Este preceito consta na Constituição Federal em seu Artigo 227, § 6º, e é repetido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA²⁷), em seu Artigo 20:

²⁶ FONSECA, Cláudia. 1998.

²⁷ A partir deste ponto, usaremos somente a sua sigla para designá-lo.

Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Assim, é dentro de todo um processo de movimento histórico que surgem as primeiras leis brasileiras sobre adoção, das quais apresentaremos, no quadro²⁸ abaixo, algumas das principais particularidades, através de sua evolução temporal.

LEIS	CÓDIGO CIVIL	LEI 3.133	LEGITIMAÇÃO ADOTIVA (4.655)	CÓDIGO DE MENORES	ECA
Ano da lei	1916	1957	1965	1979	1990
Idade Mínima do Adotante	50 anos	30 anos	30 anos	30 anos	21 anos
Idade do Adotando	Sem restrição	Sem restrição	7 anos	7 (plena) e 18 (simples)	18 anos
Diferença de Idade	18 anos	16 anos	16 anos	16 anos	16 anos
Permanência	Revogável	Revogável	Irrevogável	a) simples: revogável b) plena: irrevogável	Irrevogável
Filiação	Aditiva (parentesco civil criado entre adotante e adotado sem romper o vínculo com família consanguínea)	Aditiva	Substitutiva (cessa a ligação com a família consanguínea)	a) simples: aditiva b) plena: substitutiva	Substitutiva (integração total do adotando na nova família)
Herança	Só pessoas sem prole legítima têm direito a adotar filhos. Se permanecer filho único, o adotado herda integralmente. Havendo filhos legítimos supervenientes à adoção, o adotado terá direito à metade do que couber ao filho legítimo.	Se for filho único, o adotado herda tudo. Se ao tempo da adoção os adotantes já têm filhos, o adotado nada herda. Se há filhos legítimos supervenientes à adoção, o adotado terá direito à metade do que couber ao filho legítimo.	Se for filho único, o adotado herda tudo. Se ao tempo da adoção os adotantes já têm filhos, o adotado nada herda. Se há filhos legítimos supervenientes à adoção, o adotado terá direito à metade do que couber ao filho legítimo.	a) simples: se for filho único, o adotado herda tudo. Se ao tempo da adoção os adotantes já têm filhos, o adotado nada herda. Se há filhos legítimos supervenientes à adoção, o adotado terá direito à metade do que couber ao filho legítimo. b) plena: direitos iguais	Direitos Iguais (igualdade de condições com os 'filhos de sangue')

Com isso, atualmente devem ser reconhecidos por Lei e em igualdade de condições, todos os filhos, biológicos ou adotivos.

²⁸ Fonte: FONSECA, Cláudia. 1998, p.121.

Veronese e Oliveira²⁹, acreditam que é justamente no cerne das relações familiares que se concretiza e se estabelece o verdadeiro direito, e "por mais que o direito, através de normas, tente alcançar o justo e equilíbrio das relações familiares, há algo que se lhe escapa, há algo não normalizável, pois estas relações são regidas também pelo inconsciente."

Assim, sobressaindo um pouco do âmbito do Direito, das leis e das normas, avolumamos nossa visão pelo mundo afora, percorrendo diversas culturas, onde o sistema da adoção possui significados diferentes dos que costumamos presenciar.

1.3 Viajando Pelo Universo Cultural: as diversas formas de conjugar o verbo adotar

Existem pessoas do mundo ocidental que, quando pensam em adoção, simbolizam esta prática, rodeada de preconceitos e de estigmas, como algo longe do *natural*.³⁰ Por isso, sentimos a necessidade de destacar algumas formas de constituir uma família, que não seja por fins biológicos, em diferentes partes do mundo.

Na Polinésia Francesa, a adoção corresponde a uma regra da sociedade, constituindo-se numa norma, e a sua ausência requer uma explicação. Nesta cultura, a adoção consiste na coexistência de duas famílias (biológica e adotiva), não caracterizando abandono e rejeição, mas sim, um gesto de amizade realizada, principalmente, entre parentes e amigos. Assim, não existem crianças abandonadas, à medida que todas são acolhidas voluntariamente, e os casais estéreis já têm conhecimento de que alguns amigos lhe confiarão tantas crianças quantas desejarem criar. Nesta cultura "a pessoa pode ser genitor pela natureza, mas torna-se pai pela vontade e

²⁹ VERONESE, Josiane R.P., OLIVEIRA, Luciene C.P. Adoções e Relações Familiares. **Revista Katálysis**. n.2, Florianópolis: Editora da UFSC, p. 49-60, maio de 1998.

³⁰ WEBER, L.N.D. 1998.

compromisso. Assim, para eles, a parentalidade não é uma questão de biologia, mas antes de tudo uma tarefa civil e social".³¹

Na Oceania, costuma-se considerar o bebê como pertencente primeiramente ao clã matrilinear, devendo ser alocado de acordo com o bem do grupo. A mãe que não aceitar dar seu filho a uma *velha solitária* ou a uma *prima estéril*, pode perfeitamente ser *tachada* de egoísta.³²

Segundo Weber³³, por possuírem uma concepção cíclica da vida, o fato de confiar a educação de crianças a terceiros é uma tradição antiga na África, principalmente, com o intuito de proporcionar à criança o conhecimento acerca da vida de seu clã, e fazer com que compreendam que o núcleo familiar não é composto exclusivamente por pai e mãe, mas por outras pessoas também. Uma família pode doar seu filho a outra, por amor, amizade, reconhecimento, como forma de presente. A adoção é socialmente controlada na África pelo fato de não se confiar uma criança a um desconhecido.

Os Gonjás da África Ocidental põem seus bebês em circulação, seja por razões de divórcio, seja para estreitar os laços de solidariedade interna das linhagens. Geralmente, a criança é mandada aos seis ou sete anos, à casa de uma prima ou de algum conhecido da família, a dezenas ou centenas de quilômetros da casa dos pais biológicos, para receber alguma formação profissional. Segundo Fonseca³⁴, lá as crianças entram em circulação, a fim de entrelaçar ramos geograficamente dispersos no grupo familiar.

No Alto Volta (Burkina Fasso), entre os Mossis (patrilineares), as jovens mães são encorajadas a dar seus bebês a uma esposa mais idosa; assegura-se assim, a estabilidade das

³¹ *Op. Cit.*, p.62.

³² FONSECA, Cláudia. 1996.

³³ WEBER, L.N.D. 1998.

³⁴ FONSECA, Cláudia. 1996.

mulheres mais jovens que, de outra forma, poderiam estar tentadas a deixar o domicílio conjugal, e retornar à casa dos pais³⁵.

Já no Havai, a adoção é bastante comum, possuindo o significado de fortalecer a aliança entre amigos como uma transação generosa. Para a população havaiana, a adoção é uma construção social, onde o parentesco não está relacionado com a noção biológica, mas sim, algo essencialmente cultural.³⁶

A riqueza brasileira também é caracterizada por uma diversidade de formas de filiação adotiva. Alguns dos etnólogos brasileiros costumam utilizar a expressão *circulação de crianças* para designar toda e qualquer transação onde a responsabilidade de uma criança é passada de um adulto para outro, ou seja, o processo que usualmente conceituamos de adoção. Este processo ocorre quando a criança deixa a casa dos pais biológicos sem perder sua identidade social original, e os pais, por sua vez, costumam colaborar com os pais adotivos na criação da criança. É caracterizado por possuir "formas alternativas de organização vinculada a uma cultura urbana popular".³⁷

Esse processo de circulação de crianças é um fenômeno que os ingleses popularmente chamam de *fosterage*, marcado por uma transferência (neste caso, da filiação) apenas parcial, e num curto período de tempo.

Numa pesquisa realizada em camadas populares da cidade de Porto Alegre - RS, Fonseca³⁸ confirma a existência de dados que mostram um número surpreendente de famílias urbanas de baixa renda que abrigam algum tipo de *filho de criação*. Acredita ela, que algumas mães de grupos populares concordam em dar seus filhos para outra mãe criar, pois crêem não ser

³⁵ *Op.Cit.*

³⁶ WEBER, L.N.D. 1998.

³⁷ FONSECA, Cláudia. 1996, p. 15

³⁸ *Op.Cit.*

esta questão a mais significativa. Muitas mulheres idealizam que seu filho será criado melhor em outra família com mais condições e oportunidades de proporcionar um futuro diferente daquele que elas poderiam oferecer.

Nestes casos, os elos entre os dois lares - adotivo e biológico - da filiação estabelecem uma relação de amizade, proporcionando a criança passar parte de seu tempo nos lares de suas duas mães. Aproximadamente 70% das mulheres que Fonseca³⁹ entrevistou em sua pesquisa, participaram de algum processo de circulação de crianças, como *receptoras* ou como *doadoras*.

Ainda no Brasil, podemos visualizar uma cultura que costuma explicitar a adoção ligada a clandestinidade, ao segredo e aos estereótipos que historicamente a rodeiam. Em suas vias obscuras, ocorre a chamada *adoção à brasileira*, caracterizada quando pais adotantes registram uma criança que não é sua, como seu filho biológico, uma prática considerada ilegal e por lei traduzida como falsidade ideológica.

O registro do filho alheio como próprio é prática largamente utilizada, apesar de constituir figura delituosa, ao menos em tese⁴⁰, a que a lei comina pena de reclusão, a não ser que o agente tenha sido impulsionado “por motivo de reconhecida nobreza, hipótese da qual a pena é de detenção de um a dois anos”.⁴¹

A justiça tem se pronunciado contrária a essa prática, mas relativamente ela é bem tolerada. Por tratar-se de uma prática criminosa, não se tem dados precisos sobre ela, mas alguns pesquisadores⁴² acreditam que no Brasil a porcentagem a este tipo de adoção alcança os 90% do

³⁹ FONSECA, Cláudia. 1996.

⁴⁰ Código Penal, artigos 242, 245 e 299.

⁴¹ *Op. Cit.* Artigo 242, parágrafo único.

⁴² DIAS, Cristina Maria de S.B. Adoção: avanços e obstáculos. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Curitiba, n.78, ano VII, dezembro de 1995, p.1-4.

total de crianças adotadas registradas em cartório. Segundo dados de Weber de 1995⁴³, os adotantes com nível sociocultural menos privilegiado, realizam em maior número esta forma de adoção.

Comumente costuma-se justificar esta prática, criticando o processo de adoção, acusando-o de ser por demais lento, exagerado de formalidades e burocracias, desconhecendo questões extremamente relevantes. Uma delas, refere-se ao poder judiciário, responsável por todo o processo legal de adoção, que atualmente encontra-se num estágio de crise institucional com excesso de demandas, carência de recursos humanos, materiais etc. Além disso, deve seguir os procedimentos da Lei 8069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, tomando cuidados básicos para impedir que haja a ocorrência de um novo processo de rejeição. Podemos citar ainda, a existência de pessoas de má índole, que se utilizam desta forma de colocação em família substituta, para as diversas formas de exploração infantil.

Outro aspecto que presenciamos na cultura brasileira é o fato de muitas pessoas realizarem a adoção esperando que os futuros filhos adotivos lhes dêem maior satisfação talvez, até, que seus filhos biológicos, pois os criaram por gesto de caridade e não de obrigação. Assim sendo, muitos pais adotivos esperam que as crianças adotadas lhes sirvam de amparo na sua futura velhice. Estes são apenas alguns dos muitos mitos presentes em alguns postulantes à adoção em todo o país, certamente ligada a todo um processo de total desinformação ao tratar este assunto.

Em recente pesquisa realizada por Weber⁴⁴ sobre opinião acerca da adoção, constata-se esta desinformação sobre o assunto. Percebeu-se que muitas pessoas acreditam que "é interessante adotar crianças com mais de dez anos para que possam auxiliar nos serviços

⁴³ WEBER, L.N.D. 1998.

⁴⁴ WEBER, L.N.D. 1998.

domésticos", que "cedo ou tarde o filho adotivo vai dar problema", "uma criança adotada vai sofrer preconceitos e ser tratada diferente pelos outros", entre muitos outros depoimentos.

Em relação a este tema, Fonseca⁴⁵ acredita que as crianças são acolhidas por duas razões: uma é o prestígio que os pais adotivos passam a ter nas redes sociais; a outra se refere ao prazer derivado do convívio com uma criança, pois as "crianças dão sentido a existência diária [...] elas são onipresentes - heróis ou diabinhos - brincando de bola na rua, tomando banho de lama depois da chuva, folheando gibis na casa de uma vizinha, etc. É por causa delas que se briga (as crianças se atiram pedras, as mães não se falam mais) e é por meio delas que se faz amizades”.

Percebe-se com isso que dar os filhos com *garantia viva* em contratos econômicos, militares ou políticos, e ainda, sociais e afetivos, entre adultos, é uma prática observada em diversos cantos do mundo, e, embora no Brasil, crianças e adolescentes tenham sido contemplados com uma lei que acompanhou os passos da modernidade, alguns critérios de subjetividade utilizados na sua operacionalização dificultam o acesso a algumas medidas. Os cidadãos que não atendem aos modelos estéticos, culturais e econômicos, produzidos por uma estrutura social antagônica, vivem o drama das desigualdades e são discriminados por suas diferenças. É o caso das crianças e adolescentes declarados como abandonados que, por razões vinculadas às suas particularidades, não conseguem ser inseridos em famílias adotivas.

Em razão de suas diferenças⁴⁶, crianças e adolescentes sofrem determinações derivadas das desigualdades produzidas na sociedade submetendo-as a critérios seletivos. Esses diferentes, continuam a lotar instituições esperando, um dia, resgatar o direito e o desejo de ser filho .

⁴⁵ FONSECA, Cláudia. 1996, p.26.

1.4 Institucionalização x Adoção: uma resposta possível?

De acordo com Carvalho⁴⁷, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990, do total de crianças e adolescentes existentes no Brasil, cerca de 53,5% vivem em situação de pobreza, e muitas dessas crianças abandonadas e carentes convivem no chamado processo de *triangulação*: casa, rua e instituição.

Igualmente à adoção, a prática de internar crianças órfãs e abandonadas existe há muito tempo, tendo como finalidade separar pessoas do convívio familiar e social por motivos diversos, mas principalmente, por razões de doenças ou crimes.

O abrigo em entidade é entendido como uma alternativa de moradia provisória, que pressupõe um contínuo empenho de restabelecimento para criança, da possibilidade da vida familiar e da construção de seu projeto de vida. De acordo com o ECA, é considerado como medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação das crianças e adolescentes em família substituta, não implicando em privação da liberdade. (Art. 101)

A institucionalização de crianças foi criada como um dispositivo que pretendia "proteger a criança", mas o que realmente ocorre é, simplesmente, uma segregação familiar e social de crianças e adolescentes marginalizados (carentes, abandonados, doentes, autores de ato infracional). Após o abrigamento de crianças - medida que deveria ser tomada como recurso extremo e por curto período de tempo - existe uma grande probabilidade da ocorrência do abandono em instituições.

⁴⁶ Por serem negras, por estarem com idade acima dos considerados adotáveis (zero a dois anos), ou por possuírem alguma doença ou deficiência física

Para Weber⁴⁸, a criança institucionalizada é o protótipo dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante e, ainda, dos prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil.

Numa nova tentativa de definir os direitos da criança e do adolescente como dever da família, da sociedade e do Estado, e que devem ser assegurados com prioridade absoluta, no Brasil, em julho de 1990, foi promulgado o ECA, em substituição ao antigo Código de Menores de 1979. Uma das prerrogativas mais básicas e primordiais do ser humano, e que consta nesta lei, é o direito à convivência familiar e comunitária.

Uma das formas de devolver dignidade e respeito às crianças e adolescentes abandonados proporcionando o direito primário de convivência familiar e comunitária, é a adoção, que nesse sentido moderno ocorre necessariamente em situações chamadas de adoções tardias (de crianças maiores), morais (crianças deficientes ou com graves problemas de saúde) e inter-raciais.

Quando falamos de adoção, podemos entender que existem centenas de pessoas querendo adotar uma criança, e também milhares de crianças esquecidas nas instituições, desejando uma família substituta, e que esses segmentos podem encontrar-se.

Weber⁴⁹, realizou uma pesquisa com pais e filhos adotivos e com a população em geral indicando alguns determinantes para este desencontro de crianças e adolescentes institucionalizados e postulantes à adoção. A principal variável encontrada resume-se em uma palavra: *preconceito*, seja consciente, ou não. De acordo com as opiniões de boa parte da população encontradas nesta pesquisa, as pessoas:

⁴⁷ CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (coord.). **Cadernos de Ação - Trabalhando Abrigos**. n.3. São Paulo: Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, março 1993.

⁴⁸ WEBER, L.N.D. Institucionalização X Adoção: um caminho possível? **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Ano VIII, n.83/84, 26 de maio de 1996.

- ❖ Têm medo de adotar crianças mais velhas (acima de seis meses), pela dificuldade na educação;
- ❖ Têm medo de adotar crianças de cor diferente da sua, pelo “preconceito dos outros”;
- ❖ Têm medo de adotar crianças com problemas de saúde, pela incapacidade de lidar com a situação, e pelas despesas que podem gerar;
- ❖ Têm medo de adotar uma criança que viveu muito tempo em instituições de abrigos pelos *vícios* que poderia trazer consigo;
- ❖ Sentem medo de que os pais biológicos possam requerer a criança de volta;
- ❖ Sentem medo de adotar crianças, sem saber a origem de seus pais biológicos, pois a *marginalidade* dos pais seria transmitida geneticamente;
- ❖ Culpabilizam os pais pelo internamento e abandono dos filhos, e pensam que o governo deveria controlar a natalidade, principalmente em mulheres pobres;
- ❖ Pensam que uma criança adotada, cedo ou tarde, traz problemas;
- ❖ Acreditam que a adoção visa, primordialmente, o adotante, e não a criança, sendo um último recurso para pessoas que não conseguem ter filhos biológicos;
- ❖ Acreditam que a adoção pode servir como algo para *desbloquear* algum fator psicológico, e tentar ter filhos naturais;
- ❖ Acham que quando a criança não sabe que é adotiva, ocorrem menos problemas, assim, deve-se adotar bebês e *fazer de conta* que é uma família “natural”;
- ❖ Acham que as adoções realizadas através dos Juizados são demoradas, discriminatórias e recorreriam à *adoção à brasileira* caso decidissem adotar;
- ❖ Consideram que somente os laços de sangue são fortes e verdadeiros.

⁴⁹ *Op.Cit.*

Apesar da institucionalização de crianças e adolescentes ter surgido como uma tentativa de solucionar o problema do abandono, vem se mostrando ineficaz, não atingindo as verdadeiras causas dos problemas (miséria social, carência de apoio sócio-educativo...), uma vez que não possibilita qualquer tipo de retorno às famílias de origem, acabando por excluir crianças de uma convivência familiar e comunitária.

Parece-nos claro, então, que a institucionalização deste contingente de crianças e adolescentes fadados ao abandono, não se constitui a melhor das soluções, pois acaba por privá-los de um convívio afetuoso, que lhes permitem uma intimidade e cumplicidade, somente possíveis numa relação familiar inexistente numa instituição.

Em contrapartida, não podemos pensar que os elementos e efeitos trazidos pela institucionalização, sejam de um determinismo absoluto para sua vida futura. Esta situação poderá ser passível de mudanças.

O encontro de laços afetivos é uma situação suficientemente poderosa e, por isso, a adoção poder se traduzir em uma das maneiras de modificar a vida de crianças e adolescentes esquecidos nas instituições, pois da mesma forma que existe todo um contingente de crianças institucionalizadas, há centenas de pessoas desejando adotar um filho. E porque não unir esses dois contingentes?

Como forma de enriquecimento do trabalho, destacaremos a seguir, algumas modalidades da adoção dos chamados *diferentes*, ou seja, daqueles considerados inadotáveis por possuírem características peculiares.

1.5 Resgatando o Direito de Ser Filho: um breve panorama sobre a adoção tardia

A adoção é considerada tardia quando a criança a ser adotada tiver mais de dois anos. Tais crianças, ou foram abandonadas tardiamente pelas mães que, por circunstâncias pessoais ou sócio-econômicas, não puderam continuar criando-as, ou foram “retiradas” dos pais pelo poder judiciário, que os julgou incapazes de mantê-las em seu poder familiar⁵⁰ e, outras vezes, em menor número, por serem crianças órfãs.

Vargas⁵¹ nos lembra que, tanto na adoção tardia, como na vida, as chances de sucesso ou fracasso das relações que se estabelecem, dependem da capacidade de suporte, de entrega, de trocas afetivas, profundas verdadeiras entre os protagonistas.

Enquanto muitos postulantes esperam ansiosos para poder adotar um bebê, percorrendo os mais diversos caminhos na sua busca, um grande número de crianças, que já ultrapassaram os três ou quatro anos, aguardam uma família que os acolha. Porém, à medida que passa o tempo, e elas crescem, esta possibilidade vai ficando cada vez mais remota.

Postulantes à adoção manifestam a vontade de viverem todas as experiências do filho, desde as primeiras fraldas e mamadeiras; receios com relação à adoção de crianças maiores, que se manifestam em medos das seqüelas psicológicas deixadas pelo abandono e institucionalização, das influências provocadas pelo ambiente de origem, das dificuldades de adaptação, dos possíveis ressentimentos guardados pela criança, dos “maus” costumes, das lembranças da família anterior, dificultando a criação de novos vínculos familiares. Todas são razões que contribuem para a diminuição das chances de adoção dessas crianças.

Em contrapartida, existem razões que impulsionam a adoção de uma criança que já passou a primeira infância, pois existem casos de futuros adotantes que, apesar de desejarem

⁵⁰ Com a Lei 10.406/02 adotou-se o termo “poder familiar” em substituição ao termo “pátrio poder”, que seria a denominação que a lei dá para o “poder” que os pais detêm sobre os filhos, ficando na verdade como um conjunto de deveres que implicam em zelar pela pessoa e pelos bens dos filhos.

realmente um filho, temem a possibilidade de adotar uma criança que possa apresentar alguma anomalia, e, acolheriam com maior tranquilidade uma criança maior, cujo grau de saúde física e mental, já esteja mais bem definido.

Em outras situações, para algumas pessoas já não tão jovens, atender às exigências de um bebê, constitui um obstáculo, pois não possuem a energia necessária que a situação requer. Todavia, sentem-se dispostos a ter outros cuidados, pertinentes de uma criança maior.

Da mesma forma, existem casais, com filhos adolescentes ou adultos, que têm a vontade e disponibilidade afetiva para terem um outro filho. Como a adaptação com um bebê lhes parece mais difícil, a opção por um menino, ou uma menina, mais independente, que já corre, brinca, e exterioriza seus sentimentos, seria a mais adequada. Além disso, lhes daria a oportunidade de se sentirem novamente jovens pais, revivendo experiências e permitindo dar um amor paternal que nestes casos, está vivo e presente.

Em muitas situações, essas crianças de difícil colocação familiar, só conseguem ser encaminhadas para adoção de famílias estrangeiras, embora estas também tenham preferência por adotar crianças mais novas.

A adoção internacional, embora se constitua uma medida excepcional, de acordo com o ECA, segundo Silveira⁵², é amplamente utilizada na colocação de crianças tidas como inadotáveis em território nacional. Em virtude disso, discorreremos brevemente sobre as particularidades da adoção de crianças e adolescentes em famílias estrangeiras.

⁵¹ VAGAS, Marlizete M. **Adoção Tardia: um estudo do processo de adaptação criança-família**. Boletim Adoção em Terre des Hommes. Ano VII, n.69, 26 de março de 1995, p. 04

⁵² SILVEIRA, A.M. **Particularidades da Adoção: a questão da etnia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1.6 A adoção Internacional e o Cenário Brasileiro

A adoção internacional passou a ter maior expressão com o envolvimento das nações, expressando-se de forma mais acentuada após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a comunidade internacional passou a preocupar-se com a exclusão e o abandono sociais que, de certa forma, surgiram paralelamente ao desenvolvimento industrial.

Segundo Gatelli⁵³, na década de 60, a comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU, criada em 1945) já demonstravam uma preocupação no que se refere à adoção internacional. Tanto que, em 1960, por iniciativa da ONU, a adoção por estrangeiros passava a ser debatida com maior ênfase, e tornava-se objeto de discussão e estudo num seminário na cidade de Leysin, na Suíça, onde se idealizaram os *Fundamental Principles for Intercountry Adoption - Leysin*⁵⁴.

O início das adoções internacionais concretizou-se após a Segunda Guerra Mundial, especificamente quando crianças órfãs e abandonadas, principalmente da Europa, foram adotadas nos Estados Unidos e Canadá; data-se um crescimento nos anos 50 e 60, com crianças da Coreia, Vietnã e regiões asiáticas.⁵⁵

Em 1980, após o Vietnã e Coreia terem modificado suas leis, limitando a saída de crianças, as agências internacionais voltaram suas expectativas para a América Latina.

O primeiro país latino-americano que incorporou a adoção internacional foi a Colômbia, seguido do México, El Salvador, Honduras e, em um curto período de tempo, toda a região.

⁵³ GATELLI, João Delciomar. 2003.

⁵⁴ Princípios Fundamentais para Adoção Internacional – Leysin, Suíça.

⁵⁵ WEBER. L.N.D. 1998.

Segundo Weber⁵⁶, existem várias formas de uma criança ir para o exterior; para tanto, explicita duas delas:

- ❖ Adoção legal – com o objetivo de conseguir uma criança para pessoas que não podem ter filhos biológicos ou, visando o interesse da criança em encontrar uma família; e
- ❖ Adoção supostamente legal – realizada a cargo das agências internacionais de adoção, com subornos a funcionários e indução de mães ao abandono.

A adoção internacional é um assunto controvertido. Tem sido uma preocupação de juristas em nível internacional, que tentam coordenar as diferentes leis nacionais, a fim de prevenir contra abusos e garantir os direitos da criança adotiva. Os boatos sobre gangues que seqüestram bebês para vendê-los no exterior circulam, no mínimo, desde o início da década de 70. Nos Estados Unidos e na Europa, jornais e livros contaram histórias grotescas sobre a compra de bebês do terceiro mundo para uso em experiências médicas. Apesar de a maioria destas histórias serem, sem dúvida, a sustentação de uma opinião pública ávida por assuntos comoventes, é inegável que as autoridades brasileiras descobriram redes especializadas no comércio da adoção internacional.

No Brasil, a primeira proposta de um plano de adoção internacional de crianças carentes foi realizada pela Ministra da Saúde e da Família da França em 1976, ao encontrar-se com o então Ministro Brasileiro da Previdência Social, Nascimento e Silva. Tal proposta não foi bem vista por algumas autoridades brasileiras, mas o episódio serviu para despertar o governo para o problema. Um novo Código de Menores foi promulgado nos anos seguintes, facilitando, inclusive, a adoção por estrangeiros⁵⁷.

⁵⁶ *Op. Cit.*

⁵⁷ GATELLI, João Delciomar. 2003.

Segundo Gatelli⁵⁸, o Brasil é um dos países do Mercosul que já incorporou, em sua legislação interna, os mecanismos necessários a uma adoção internacional, de acordo com as exigências da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993 (Convenção de Haia).

A adoção por estrangeiros, antes da Constituição Federal de 1988, que prevê a possibilidade dessa adoção em seu artigo 227, §5º, era praticada no Brasil de duas formas: uma, por escritura pública sem qualquer intervenção da autoridade judiciária, quando se tratava de adotando que estivesse sob o pátrio poder⁵⁹, e a outra, de menor em situação irregular, sob intervenção e dependente do judiciário.

De acordo com Gatelli⁶⁰, a adoção de criança e adolescente por escritura pública, hoje proibida no Brasil, foi largamente utilizada, principalmente por poder se realizar sem a participação direta dos adotantes, que se faziam representar por procuradores com poderes especiais, o que é hoje, também, expressamente vedado por nossa legislação⁶¹.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe que a colocação em família substituta estrangeira constitui-se medida excepcional, e poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá um laudo de habilitação para instituir o processo (arts. 31 e 52).

Quando funciona bem, mesmo que os pedidos nacionais tenham, sistematicamente, prioridade, a adoção internacional serve principalmente para absorver crianças de difícil colocação: negras, mais velhas ou que apresentam algum problema físico. Os pais estrangeiros

⁵⁸ *Op.Cit.*

⁵⁹ Hoje, denominado “poder familiar”, como já citado anteriormente

⁶⁰ GATELLI, João Delciomar. 2003.

⁶¹ Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), artigo 39, parágrafo único.

passam por um processo de seleção rigorosa, e a adaptação da criança à nova família é monitorada, às vezes durante anos, após sua chegada.

De acordo com isso, Fonseca⁶², vê a importância em desmistificar a ideologia filantrópica – por exemplo, os europeus ou norte-americanos que falam da adoção de uma criança do terceiro mundo como um ato de “solidariedade norte-sul”. Esta solidariedade, que exclui todo o contato com a família biológica das crianças adotadas, é mais baseada em estereótipos mitificados do que na realidade.

Por isso, a autora não vê justiça colocando-se contrário à adoção internacional, uma vez que são prioritárias as solicitações de casais brasileiros. Assim, “recusar pelo zelo xenófobo, a permissão para estas crianças serem adotadas, seria apenas nacionalizar a miséria”.⁶³

Como uma outra modalidade de adoção, considerada em conjunto com as demais explicitadas linhas atrás, a adoção inter-racial no Brasil é permeada de mitos e estereótipos, os quais conheceremos, mais profundamente, no capítulo próximo.

⁶² FONSECA, Cláudia. 1996.

⁶³ FONSECA, Cláudia. 1996, p. 138.

CAPÍTULO II

ENTRE MITOS E PRECONCEITOS: OS DESAFIOS DA ADOÇÃO INTER-RACIAL

2.1 A Busca pelos Assemelhados: o preconceito racial no processo de adoção

A análise do processo de colocação em família adotiva põe na pauta de discussão, a discriminação às crianças e aos adolescentes, que são marcados pela pobreza e pelas diferenças étnicas.

A busca pelos assemelhados e a dificuldade de aceitar crianças que não se encaixem nos padrões da estética vigente no imaginário da sociedade brasileira, são aspectos que têm sido incorporados no interior das práticas judiciais, e revelam a intolerância às diferenças raciais, e a negação à diversidade étnico-cultural.

Embora seja uma prática antiga, a colocação de crianças em lar adotivo, como uma alternativa de estruturação parental pelas vias dos laços de afinidade, multiplicou-se nas sociedades modernas, principalmente com o crescimento do fenômeno do abandono nos grandes centros urbanos industriais.

Através de dados históricos destacados anteriormente, ressaltamos o preconceito em relação à adoção, explícito nas leis, que usualmente protegem os *filhos de sangue*. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, conseguiu romper com a distinção legal vigente até este período.

A adoção constitui-se no ato de vincular a criança desamparada a uma nova família, com os mesmos direitos de um filho biológico. Todavia, para que tal fato se concretize, vários obstáculos, muitas vezes, são apresentados e, necessariamente, terão que ser vencidos para que a adoção seja realizada.

Os obstáculos são vinculados a questões burocráticas e de ordem cultural, vinculadas à criança e, conseqüentemente, aos adotantes, que normalmente criam obstáculos fazendo restrições em relação ao adotando. Com isso, esquece-se que as crianças "disponíveis" à adoção, estão precisando integrar uma família, e não apenas preencher um vazio de um casal, que não teve condições de ter seu filho biológico.

Um dos objetivos do ECA é garantir aos que se encontram em situação de risco pessoal e social o direito à convivência familiar, seja na modalidade da adoção, ou por outra medida que lhes assegure a possibilidade de um pleno desenvolvimento. Mas muitas pessoas que desejam adotar, estão em busca de um filho que não puderam conceber pelos laços da consangüinidade, razão pela qual, procuram na adoção, a possibilidade de encontrar uma criança para suprir esta ausência.

Os pretendentes em geral, quando indagados acerca de suas expectativas sobre a criança que desejam como filho, argumentam que gostariam de adotar àquela que correspondesse ao modelo que idealizaram, e que tenha traços raciais semelhantes aos seus.

Mesmo com os avanços em direção ao reconhecimento e garantia de direitos de crianças e negros na sociedade brasileira, ainda permanece a ideologia racial de mais de cem anos atrás. Deste modo, traços fenotípicos⁶⁴, como a cor da pele, têm se constituído como um dos principais entraves no acesso igualitário à justiça, mesmo em se tratando de sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento.

Silveira⁶⁵ alega que, quando indagados acerca da cor/etnia da criança desejada, apenas 1,4% dos cadastrados revelaram que, particularmente este fator não era importante. Ela

⁶⁴ São aspectos do indivíduo, as características que podemos observar, tais como: a morfologia, a fisiologia, o comportamento, a cor da pele, a forma do nariz, a forma dos olhos, o tipo dos cabelos... (SILVEIRA, 2002).

⁶⁵ SILVEIRA, Ana Maria. **Particularidades da Adoção: a questão da etnia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

afirma que esse aspecto conduz a hipótese de que, os traços raciais dos sujeitos são considerados como um poderoso instrumento de elegibilidade no âmbito das adoções.

Enquanto prática social, a adoção é atravessada por crenças, valores e padrões de comportamento construídos e vigentes até então.

Dentre os limites e preconceitos que atravessam o processo de adoção, verificamos o preconceito racial, constituindo-se um dos sérios entraves quanto à escolha do adotado.

Na aplicação da medida da adoção, o grupo de origem negra que integra a relação dos excluídos, parece se destacar negativamente dos demais. A intolerância às diferenças raciais se configura na atitude de adotantes que expressam suas preferências, geralmente por crianças brancas.

A população afrodescendente⁶⁶ foi e continua sendo vítima das formas societárias mais opressivas, excludentes e autoritárias que, durante muitos séculos, construíram e determinaram o viver em sociedade. Mas alguns setores da sociedade, atualmente, fingem não perceber o fenômeno da discriminação, sofrido por esta parcela da população, fazendo assim, com que reine a mitologia da igualdade entre etnias e povos, como forma de camuflar uma realidade presente.

O Brasil é um país que possui uma população negra bastante grande, ficando atrás, mundialmente, somente da Nigéria. Mesmo assim, há uma certa minimização e desqualificação deste segmento nacional humano tão vasto e com grande presença sócio-cultural.

O preconceito contra a população afrodescendente brasileira instaura-se em todos os setores da sociedade. Sendo assim, não poderia manifestar-se de forma distinta na adoção de crianças e adolescentes afrodescendentes.

Na adoção, o preconceito racial emerge a partir das exigências impostas pelos casais requerentes, que ao se cadastrarem, expõem como idealizam e como desejam a criança, tratando a questão como um ato mercantilizável.

Essas exigências são impostas, com o intuito de que seus futuros filhos se assemelhem, o mais próximo possível, às características físicas dos postulantes, a fim de evitar preconceitos futuros e constrangimentos à família.

Segundo Silveira⁶⁷, a preferência pela cor/etnia⁶⁸ da criança está, muitas vezes, relacionada ao preconceito encontrado no contexto da família extensa. Algumas pessoas revelam que adotariam crianças sem fazer restrições a qualquer característica física, mas defrontam com resistências por parte de seus familiares.

Uma pessoa que toma a decisão de adotar uma criança, cujas características raciais, ou de cor de pele sejam diferentes das suas, tem grande probabilidade de enfrentar os preconceitos no Brasil, pois vivemos numa sociedade em que os preconceitos são, direta ou indiretamente, manifestados pelas pessoas. E por isso, muitas vezes cometemos injustiças, delitos contra as crianças, sobretudo, em estado de abandono.

De acordo com Schreiner⁶⁹, desde a década de 70 nos Estados Unidos, e mais recentemente na Inglaterra, grupos de trabalhadores sociais têm se oposto à adoção e ao acolhimento de crianças negras em famílias brancas. Em 1983, a Associação de Assistência aos

⁶⁶ Estamos cientes que o termo afrodescendente pode não ser o mais adequado, mas foi uma opção que tivemos neste momento, tomada em função de este termo estar sendo largamente utilizado pela mídia e por militantes do movimento negro.

⁶⁷ SILVEIRA, Ana Maria. 2002.

⁶⁸ Segundo Silveira (2002), embora tenha aumentado significativamente o número de candidatos identificados como sendo de origem negra, representados por um percentual de 5%, mais de 50% do total de candidatos cadastrados, desejam adotar uma criança de etnia branca, independente de suas origens raciais. Isto leva a considerar que a exclusão de origem negra no processo adotivo, é verídica também em famílias negras, ou seja, nem sempre os adotandos são aceitos em seu próprio grupo racial. Destacamos isto, por estarmos cientes da situação, mas que não nos alongaremos nesta discussão, por não estar pertinente ao objetivo do estudo.

⁶⁹ SCHREINER, E.N.P. Identidade Negra e Adoção Inter-racial. **Boletim Nas Janelas da Adoção**. São Paulo, n. 22/23, p. 6-7, junho de 2000.

Trabalhadores Negros e Profissionais Coligados, apresentaram evidências à Comitativa Seleta da Assembléia Legislativa em defesa da reivindicação a respeito de que as crianças negras deveriam ser outorgadas exclusivamente a famílias negras. Vejamos as principais justificativas apresentadas por eles:

- ◆ As crianças negras que convivem com famílias brancas não chegam a desenvolver uma identidade negra positiva, confundindo identidades e desenvolvendo um conceito negativo a seu respeito, acreditando, ou mesmo desejando serem brancos.
- ◆ A menos que sejam muito cuidadosamente treinadas e acompanhadas, as famílias brancas não conseguem transmitir às crianças negras, a habilidade e "técnicas de sobrevivência" que eles necessitam para lidar com as práticas racistas da sociedade.
- ◆ As crianças crescerão sem a capacidade de relacionar-se com pessoas negras e, ao mesmo tempo, terão experimentado a rejeição da sociedade branca.

Esta mesma autora relata ainda, que estudos que foram realizados nesta área têm demonstrado que a maioria das crianças, que foram adotadas num sistema inter-racial, de fato tiveram pouco contato com seu próprio grupo racial, pois suas famílias adotivas tendem a viver em áreas predominantemente brancas e de classe média. Enquanto os estudos relatam um considerável grau de ajuste familiar e bons resultados educacionais com crianças negras adotadas por famílias brancas, existe a evidência de que, uma razoável proporção de crianças que, de forma errada, se identificam como brancos e mostram uma preferência pela *brancura*.

Em outro estudo americano citado por Schreiner⁷⁰, 30 crianças adotadas inter-racialmente foram comparadas com outras 30 crianças negras adotadas por famílias negras. Em ambos os grupos, as crianças tinham a idade aproximada de 14 anos. Elas eram diferentes em

⁷⁰ SCHREINER, E.N.P. 2000.

suas próprias percepções raciais: enquanto as crianças adotadas com famílias afrodescendentes, descreviam a si mesmos como negros, apenas um terço das crianças adotadas por famílias de outra cor o fizeram deste modo; os outros se descreviam como mestiços, humanos, americanos ou, em três casos como brancos. Os autores notaram que as crianças adotadas no sistema inter-racial, que estavam vivendo em comunidades e freqüentando escolas integradas racialmente, eram aqueles que, mais freqüentemente, descreviam-se como negros.

A adoção inter-racial evidencia todos estes desafios. E como o Brasil, que ficou na contramão da história, como um dos últimos países a abolir as chagas da escravidão, apresentando um número elevado de crianças e adolescentes afrodescendentes abandonados e/ou em instituições de abrigo, como poderemos lidar com esse problema? A adoção poderá dar resposta a essa indagação e dar solução a essa realidade fragmentada das crianças afrodescendentes?

Na questão da cor da criança revela-se toda a pobreza das palavras bonitas. Ninguém é racista, mas poucas ousam adotar crianças negras. Para que a adoção **colorida** seja bem sucedida, deve existir por parte dos pais (brancos) firmeza, maturidade, amor, que permitam ao seu filho, enfrentar a sociedade hipócrita.⁷¹

Alguns autores, por suas palavras, discordam do fato de crianças negras serem adotadas apenas por famílias negras, como é o caso de Weber⁷², que acredita ser necessário resgatar o verdadeiro sentido de proteção à criança e rever o conceito de *criança adotável*. Segundo ela, *criança adotável* deve passar a ser toda aquela que não tem possibilidades de ser criada por sua família de origem, e passa, portanto a estar *pronta* a integrar-se a uma família substituta.

⁷¹ SCHUEPP citado por PAIXAO, M.F. **O Preconceito Racial na Adoção de Crianças na Vara da Infância e da Juventude de João Pessoa**. João Pessoa, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba. (grifo nosso), p. 68.

Small⁷³, recomenda três aspectos principais sobre adoção inter-racial. Primeiro, as Agências de adoção (no caso do Brasil, os Juizados de Infância e Juventude) deveriam efetivar adoções inter-raciais em casas que fossem capazes de fornecer uma identidade racial positiva para a criança, e em famílias que fossem capazes de propiciar a ela o aprendizado de técnicas necessárias para conviver em uma sociedade racista. Segundo, essas agências ainda, deveriam ter um programa de treinamento para pais que optassem por realizar uma adoção inter-racial. Em terceiro e, por último, sugere que em adoções inter-raciais, as crianças devam ter idade inferior a um ano.

Em 1993, os pesquisadores Kallgren e Caudill⁷⁴ avaliaram algumas agências de adoção com o intuito de verificar se elas seguiam os passos recomendados por Small, em 1984. Os resultados indicaram como pontos fortes das agências, a colocação de crianças em idade precoce, a avaliação de capacidade dos adotantes em aceitar e conviver com diferenças étnicas, e o aconselhamento sobre os preconceitos que permeiam este tipo de adoção. Em contrapartida, constataram não estarem totalmente preparadas para identificar as necessidades da adoção inter-racial, sugerindo que devam se esforçar um pouco mais em relação ao aconselhamento aos pais; que providenciem leituras acerca do assunto; que organizem grupos de apoio para que esses pais adotivos possam trocar experiências com outros em situação similar.

As pouquíssimas pesquisas existentes no Brasil acerca da adoção inter-racial, explicitam um número bastante reduzido desse tipo de adoção. Rufino⁷⁵, em recente pesquisa realizada em algumas cidades catarinenses, em relação ao número de crianças e adolescentes

⁷² WEBER, L.N.D. 1998.

⁷³ Citado por WEBER, L.N.D. 1998.

⁷⁴ *Op. Cit.*

⁷⁵ RUFINO, Silvana S. **As Faces e as Contrafaces da Adoção Inter-racial: estudo da realidade catarinense.** Florianópolis, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.

afrodescendentes institucionalizados nas regiões do estado, constatou um número surpreendentemente baixo, em relação às adoções inter-raciais. Vejamos:

- ❖ Na região que se integra a cidade de Tubarão - a Região Sul -, uma cidade onde a população afrodescendente corresponde a 8,11% do total de 95.062 habitantes⁷⁶, constatou-se 7,11% de crianças e adolescentes afrodescendentes, do total de crianças institucionalizadas. Ocorreu, nos últimos três anos, um total de 109 adoções; 11% delas foram com crianças afrodescendentes e destas, 58,33% de adoções foram inter-raciais
- ❖ Na cidade de Joinville, integrando a Região Norte, com população de 347.151 habitantes, onde 21,83% são de descendência negra. Do total de crianças institucionalizadas nesta região, 7,05% são afrodescendentes; em contrapartida, de um total de 123 adoções nesta cidade, 4% das adoções foram com crianças desse grupo e destas, 75% caracterizaram-se como adoções inter-raciais, no mesmo período citado acima.
- ❖ Já na cidade de Lages, na Região Centro-oeste, com uma população estimada em 151.235 habitantes, com 15,17% de cidadãos afrodescendentes, 19,80% das crianças e adolescentes institucionalizadas, também são afrodescendentes; nas adoções, de um total de 104, 7% delas foram com estas crianças e, destas, 57,14% foram caracterizadas adoções inter-raciais.
- ❖ Na Região Oeste, sendo representada pela cidade de Chapecó, 17,12% de uma população de 123.050 habitantes, são cidadãos afrodescendentes; 22,34%, do total de crianças institucionalizadas, são crianças também afrodescendentes; e do total de 50 adoções, 12% foram realizadas com estas crianças e, destas, 50% caracterizaram-se como inter-raciais.
- ❖ Por fim, na região de Florianópolis - Região Central -, uma cidade com 9,93% de cidadãos afrodescendentes, de uma população de 255.390 habitantes, 28,92% das crianças

⁷⁶ Dados do Censo de 1991 (IBGE).

institucionalizadas são afrodescendentes; em contrapartida, apenas 5% do total de 62 adoções, foram com crianças afrodescendentes e, destas, 66,67% foram inter-raciais.

Weber⁷⁷, numa pesquisa realizada em todo Brasil constatou que 31% dos pais brancos adotaram filhos *pardos*, e somente 4,5% adotaram crianças negras.

Em outro estudo específico da cidade de Curitiba - PR realizado por Weber⁷⁸, observou-se uma diferença significativa entre adoções nacionais e internacionais, envolvendo crianças negras. Do número de processos em que constava a cor da criança adotada, somente 5% dos brasileiros realizaram adoções inter-raciais, sendo que com crianças *pardas*. Em contrapartida, 44% dos estrangeiros realizaram adoções inter-raciais com crianças *pardas*, e 12% com crianças negras.

Assim, a realidade nos expressa uma maioria absoluta dos pretendentes tendo o sonho de concretizar o desejo de paternidade. Com isso, procuram adotar crianças mais novas, com características físicas semelhantes às suas, capazes de passarem por seus filhos verdadeiros. E, como resultado de todo esse processo de características físicas impostas e escolhas, temos uma fila de crianças negras, crescendo em instituições, aguardando, com cada vez menos esperanças, o dia de ter um lar e constituir uma família.

Desta forma, percebemos a cruel realidade do abandono de crianças negras em instituições e da adoção inter-racial, com seus entraves e desafios, em todo o território nacional.

A inserção de uma criança e ou adolescente em família adotiva está ligado ao desejo daqueles que querem adotar. Conciliar as necessidades da criança com o desejo dos adotantes, tem sido mais difícil do que se imagina, uma vez que, as necessidades da criança ou do

⁷⁷ WEBER, L.N.D. 1998.

⁷⁸ *Op.Cit.*

adolescente disponibilizados para adoção, devem se sobrepor a qualquer interesse daqueles que desejam adotar.

Weber⁷⁹, em sua pesquisa verificou que boa parte dos serviços de adoção do país revelam uma postura contrária às adoções inter-raciais, embora quase sempre argumentam que são os adotantes que têm preconceitos raciais. A autora cita o depoimento de uma senhora de São Paulo que explicita esse preconceito: “a assistente social me disse, por telefone, que a criança tinha um probleminha: ela era feia e negra”.

Numa pesquisa realizada numa das comarcas de São Paulo, Silveira⁸⁰, demonstra que muitos daqueles que atuam no processo de colocação de crianças em família adotiva, tendem a considerar a proximidade racial, entre adotandos e adotados, como um fator necessário. Neste sentido, constatou-se nas fontes documentais consultadas que há um maior detalhamento dos traços fenotípicos das crianças disponibilizadas para a adoção. Além dos caracteres relativos à cor, são considerados outros que dão visibilidade à aparência: “A assistente social nos comunicou que Patrícia é uma criança parda clara... Quase branca; tem olhos castanhos e cabelos encaracolados”.

Esta autora ainda constatou que os pretendentes, no geral, quando indagados acerca de suas expectativas sobre a criança que desejam adotar, argumentam que gostariam de adotar uma criança que correspondesse ao modelo que idealizaram, alguém que tenha traços raciais semelhantes aos seus: 53,4% dos inscritos para adoção, independente de suas origens raciais, desejam adotar uma criança de etnia branca.

[...] as preferências por cor/etnia da criança está, muitas vezes, relacionada ao preconceito encontrado no contexto da família extensa. Algumas pessoas

⁷⁹ WEBER, L.N.D. 1998, p.238.

⁸⁰ SILVEIRA, Ana Maria. 2002, p.98.

revelam que adotariam crianças sem fazer restrições a qualquer característica pertinente à sua identidade. Porém defrontam com resistências por parte de seus familiares.⁸¹

Outro destaque dado nesta pesquisa é o fato das categorias utilizadas para designar as cores das crianças para adoção: além das categorias brancos, pretos, pardos-claros, pardos-escuros e mestiços (crianças descendentes da raça amarela), existe ainda uma codificação de cor, na qual o pardo é indicado como menos pardo ou mais pardo. O pardo nestas sub-divisões é identificado pelos símbolos mais (recebendo um ou dois símbolos +), ou menos (-), que, de acordo como as explicações obtidas dos profissionais, significa mais claro ou mais escuro.

Esta pesquisa indica ainda, que o direito à convivência familiar adotiva tem ocorrido de maneira desigual quando se levam em conta alguns aspectos relacionados às características de crianças e adolescentes, disponíveis para adoção. Partes da identidade destes sujeitos, como sexo, idade, cor/etnia, por vezes, acabam se sobrepondo ao seu estado de vulnerabilidade, funcionando como critérios que podem dificultar ou facilitar a sua colocação em lar adotivo.

[...] esta pesquisa vem confirmar que na escala do branqueamento, ser pardo claro no contexto da adoção significa ser quase branco, e por conseguinte, ter maiores possibilidades de acesso ao direito de conviver em família adotiva. No entanto, ser preto, negroide ou com traços negroides predominantes, significa permanecer institucionalizado e ter pouquíssimas chances de ser incluído na ordem de 'preferência nacional'.⁸²

⁸¹ SILVEIRA, Ana Maria. 2002. p.125

⁸² *Op.Cit.* p. 159.

2.2 Da Senzala às Sociedades Atuais: a busca de cidadania dos cidadãos afro-brasileiros

Conhecer os conceitos envolvidos no sistema das relações raciais no Brasil, compreender o modo como eles operam, na teoria e na prática, é fator básico para se combater o racismo.

De acordo com a Literatura, “o preconceito é um conceito antecipado e sem fundamento razoável; opinião formada sem ponderação; superstição, convencionalismo”.⁸³

Como julgamento antecipado, a palavra preconceito é caracterizada pela formação de uma opinião sem avaliação prévia dos dados e fatos. Esse pré-julgamento, por fim, poderá acarretar ações contra grupos étnicos, religiosos, sociais ou qualquer outro que se identificar como diferente, afastando-os, enquanto minorias⁸⁴, da distribuição dos benefícios sociais.

Teodoro⁸⁵, trabalhando conceitos relacionados ao racismo destaca o preconceito como um conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, idéia preconcebida e também como um julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste.

O preconceito pode manifestar-se de modo verbal, reservado, público e ainda comportamental, sendo que neste último caso, é referido como discriminação que, por sua vez, caracteriza-se pela atividade com o intuito de agressão, separação ou tratamento desfavorável daqueles que tem raças diferentes, grupos étnicos diferentes.

⁸³ FERNANDES, F. et.alli. **Dicionário Brasileiro o Globo**. 45ed. São Paulo: Globo, 1996.

⁸⁴ Quando falo de minorias, falo em termos de visibilidade social e não em quantidade populacional, como o negro, por exemplo.

⁸⁵ TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In. MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 95-111.

Para Marinho⁸⁶, a discriminação pode ser conceituada como o ato de identificar diferenças e, a partir delas, afastar e distinguir. Ela é também, uma prática difundida e amparada pelas teorias racistas, por ser sua resultante.

As teorias que sustentam a superioridade de uns sobre os outros, baseado em diferenças biológicas ou étnicas, ou seja, a teoria racista, foi segundo Santos⁸⁷, cultuada pelos homens pelo medo do diferente, a incapacidade de se relacionar com o outro de forma igual, e a necessidade de ser pertencente a um grupo entendido como superior.

No final do século XVII, com o Iluminismo e o progresso científico, alguns estudiosos procuraram fundamentar por meio científico as idéias racistas, através de estudos que comprovam as diferenças entre as raças.

Hoje, devido a diversos estudos genéticos, pode-se afirmar que as raças são iguais geneticamente e que não existe nenhum fator que imponha a superioridade de uma raça sobre a outra. Marinho⁸⁸, afirma que as diferenças entre as raças são apenas culturais e/ ou geográficas, pois as biológicas não existem. Segundo ela, o conceito raça já foi substituído pela expressão grupos étnicos.

Assim, para os seres humanos, raça existe apenas uma: a humana. O que existem são etnias. O termo *etnia*, por sua vez, tem origem etimológica de *ethos*, *povo* remetendo a idéia de reunião de indivíduos pertencentes à mesma cultura, abordando influências culturais, psicológicas, ambientais entre tantas outras.

⁸⁶ MARINHO, Cláudia M.R. **O Racismo no Brasil: uma análise do desenvolvimento histórico do tema e a eficácia da Lei como instrumento de combate à discriminação racial**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸⁷ SANTOS, Joel Rufino dos. **O Que é Racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁸⁸ MARINHO, Cláudia M.R. 1999.

Segundo Cunha⁸⁹, por muito tempo, pensou-se que a definição de grupo étnico pertencesse à biologia. O critério que substituiu o de raça após a Segunda Guerra Mundial – essa guerra que praticou um genocídio em nome da pureza racial – foi o critério da cultura. Grupo étnico seria, então, aquele que compartilharia valores, formas e expressões culturais, e “embora seja relativamente satisfatório o critério cultural, na medida em que corresponde a muitas das situações empíricas encontradas, ele deve ser usado de modo adequado. Isso significa que devem dele ser erradicados dois pressupostos implícitos: o de tomar a existência dessa cultura como uma característica primária, quando se trata, pelo contrário, de consequência da organização de um grupo étnico; e o de supor em particular que essa cultura partilhada deva ser obrigatoriamente a cultura ancestral”.

Assim, grupos étnicos distinguem-se de outros grupos, por exemplo, de grupos religiosos, na medida em que se entendem a si mesmos e são percebidos pelos outros como contínuos ao longo da história, como portadores de uma cultura e de tradições que os distinguem de outros.

Segundo Marinho⁹⁰, na atualidade as principais noções teóricas do racismo derivam das idéias desenvolvidas por Artur de Gobineau no século XVIII, deformando o sentido de raça, utilizando-o para justificar diferenças e comportamentos contrários às raças consideradas inferiores. Por meio desta teoria surge a doutrina Eugênica, objetivando “melhorar” as raças humanas, impondo a raça branca como a superior, alegando estar sendo contaminada pela negra e pela amarela.

⁸⁹ CUNHA, Manoela C. Parecer sobre critérios de Identidade Étnica. In. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense-EDUSP, 1986, p. 113-119.

⁹⁰ MARINHO, Cláudia M.R. 1999.

Santos⁹¹, por sua vez, alega que as principais teorias racistas foram criadas visando atingir os negros e os judeus; mas outros grupos sofrem identicamente com esta discriminação. Na Grécia antiga, por exemplo, havia uma forma de racismo, a xenofobia⁹², que era alimentada contra os bárbaros, como eram chamados aqueles que não eram gregos.

Outra manifestação racista ocorreu mais recentemente, no período da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, entre os anos de 1939 e 1945, com uma política do estado nazista de Hitler, acarretando o assassinato de cerca de seis milhões de judeus em virtude de um exaltado nacionalismo.

De acordo com Guimarães⁹³, a palavra *racismo* tem diversos significados diferentes. Pode ser referido como sendo uma doutrina, científica ou não, que prega a existência de raças humanas como diferentes qualidades e habilidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. É também denominado como um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela idéia de raça e de superioridade racial, no plano moral, estético, físico ou intelectual.

Doutrinas distintas que competem o termo *racismo*, Appiah⁹⁴, considera três cruciais. A primeira doutrina é a visão do *racialismo*, de que tem características hereditárias, possuídas por membros da espécie humana, que permitem dividí-las num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça, constituem, segundo a visão racialista, uma espécie de essência racial e faz parte do teor do racialismo, que as características hereditárias essenciais das “Raças do

⁹¹ SANTOS, Joel Rufino dos. 1994

⁹² Xenofobia, *s.f.* Aversão às pessoas e coisas estrangeiras (do grego *xenos* + *phobos*) – FERNANDES, F. et.alli. **Dicionário Brasileiro Globo**. 45.ed. São Paulo: Globo, 1996.

⁹³ GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito e Discriminação: queixas e ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. Salvador: Novos Toques, 1998.

⁹⁴ APPIAH, K.A. **Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 33-35.

Homem” respondam por mais do que as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto – com base nas quais formulamos nossas classificações informais.

A segunda doutrina que este autor destaca é a que se poderia chamar de “racismo extrínseco”: eles fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que esses racistas fazem entre os povos é a crença de que os membros das diferentes raças diferem em aspectos que *justificam* o tratamento diferencial; aspectos – como a honestidade, a coragem ou a inteligência – incontrovertidamente considerados (ao menos na maioria das culturas contemporâneas) aceitáveis como base para o tratamento diferencial das pessoas.

A terceira e última, seriam os *racistas intrínsecos*, ou seja, pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada uma tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros. Assim como, por exemplo, muita gente presume que o simples fato de ser biologicamente aparentada com outra pessoa – um irmão, uma tia, um primo – lhe confere um interesse moral por essa pessoa, o racista intrínseco sustenta que o simples fato de ser de uma mesma raça é razão suficiente para preferir uma pessoa à outra. Para esse racista, nenhuma quantidade de provas de que um membro de outra raça é capaz de realizações morais, intelectuais ou culturais, ou de que tem características que, em membros de sua própria raça, haveriam de torná-lo admirável ou atraente, serve de base para tratar essa pessoa como ele trataria os membros similarmente dotados de sua própria raça.

A não aceitação da diferença é uma das formas mais conhecidas de manifestação racista. Também chamada de *heterofobia*, pode se manifestar através do segregacionismo caracterizado pelo afastamento daquela raça considerada diferente, inferior ou de assimilação.

Santos⁹⁵, atenta para dois tipos de segregações: uma é a chamada segregação racial, podendo ocorrer de várias formas e a mais conhecida delas, o *Apartheid*, teve como cenário o país África do Sul; a outra é a segregação extralegal, que não está expressa em leis, onde os indivíduos discriminados passam a viver em guetos e freqüentar apenas alguns lugares permitidos.

A assimilação é uma outra forma de manifestação heterofóbica. É também conhecida como a teoria do branqueamento da raça negra; aqui, esta cultura ao invés de incorporada, é “engolida” pela imposição branca por meio de suas crenças, religiões, políticas, gostos e preferências, que passam a prevalecer.

No sistema brasileiro, segundo Santos⁹⁶, mais do que o medo do diferente e a crença na superioridade de uns sobre os outros, as teorias racistas também objetivam a manutenção do *status* social, pois aqui, a discriminação ocorre contra o negro pobre, já que estes dois motivos, muitas vezes se confundem, pois a grande maioria dos negros são pobres.

O racismo, assim, manifesta-se nos entremeios das atitudes e camuflado pela crença de que o único problema existente é o econômico, ou seja, que o negro não tem possibilidades de ascensão social em virtude de ser pobre, e não por sua etnia. A necessidade de preservar seu espaço na sociedade faz com que muitos estabeleçam diferenças entre si, com a intenção de pregar a superioridade de uma etnia sobre a outra.

A discriminação por sua vez, pode ser exercida de maneira direta e indireta. A direta, diz respeito às atitudes expressas e regras claras, através de proibições, distinções e tratamento desigual. Já a indireta, é manifestada não por meio de palavras ou atos; é conhecido como racismo cordial, que se percebe através de olhares e gestos *não intencionais* distinguindo o

⁹⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. 1994.

⁹⁶ *Op.Cit.*

diferente, ou ainda por atitudes que muitas vezes são vistas como *brincadeiras*. São os atos sutis, que com aparente inexpressividade são considerados *normais*.

Na Convenção Internacional que discutiu sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, esta expressão compreende a discriminação direta como “[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico e social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública”.⁹⁷

O brasileiro convive quotidianamente com atitudes preconceituosas, mas parece haver uma tendência de insistir em reduzi-las, caracterizando-se como ser cordial para provar que não é racista. Silva⁹⁸, afirma que o homem cordial, característica que, segundo ela, o brasileiro se orgulha, alimenta o mito da democracia racial e omite o racismo, pois “pelo lado social e político, o Brasil foi calcado em uma hierarquia, onde é comum aceitar a história da escravização do negro e do índio, e conseqüentemente achar natural a miséria em que se encontra a massa de mestiços oriunda desses negros e índios”.

Isso explica ainda, porque nos dias atuais ocorrem massacres contra estes povos, como a queima de índios (episódio de Brasília) e se matam crianças na rua (episódio da Candelária em 1992), como tentativas pitorescas de limpeza étnica.

Em algumas pesquisas de opiniões realizadas com objetivos distintos, muitas vezes a pergunta sobre a raça do entrevistado é excluída com o pretexto de que esta indagação possa

⁹⁷ SILVEIRA, Ana Maria. 2002, p.17.

⁹⁸ SILVA, Érica Sarmiento da. **O Mito da Democracia Racial: o mito do racismo cordial no Brasil – a visão mitológica, antropológica e jornalística**. Rio de Janeiro, 1999. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo). Faculdade Estácio de Sá, p.80.

causar desconforto ou sensação de discriminação. Segundo Santos⁹⁹, no censo de 1972, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) retirou a pergunta “Qual é a sua cor?”. Alegou o presidente desta instituição que é inútil saber quantas são as pessoas de cor, pois *não temos nenhum problema racial no país*.

Segundo Silva¹⁰⁰, o homem cordial pode existir somente por interesses pessoais, pois quando convém ao prestígio social, o mito entra em ação, mas quando não lhe é conveniente, o racismo assume a sua *devida* posição. Expõe que,

o mito, esconde, na realidade a verdadeira hierarquia e os conflitos da sociedade brasileira, porque faz parecer que tudo é harmonioso, que apesar das diferenças, todos estão realmente juntos, não importando as diferenças de cor [...] que todos admiram a beleza da mulata [...] com um mito que acoberta os conflitos em nome de uma história bonita.

Esse racismo cordial vem sendo apontado como a forma mais comum de racismo no Brasil, e por não ser expresso, torna-se na prática mais complicado caracterizá-lo, mais difícil de combater e amenizar a denúncia do racismo por meio de uma lógica absurda: se não há racismo, não há motivos para se organizar e lutar contra algo que não existe. Desta forma, enfraquecem os movimentos, e, por conseqüência, todo o poder de manifestação da população negra.

É sabido que a população negra é segregada socialmente, e sua ascensão social é dificultada devido a razões históricas e estruturais; a mobilidade social dessa população é vista como uma exceção à regra; no esporte, na política, nas artes e no campo intelectual; os modelos para a população negra são poucos, principalmente aqueles que, ao alcançarem postos de destaque, procuram assumir sua *negritude*, e contribuir para que mais negros atinjam uma

⁹⁹ SANTOS, Joel Rufino dos. 1994.

¹⁰⁰ SILVA, Érica Sarmiento da. 1999, p.81.

identidade social satisfatória. Essa falta de oportunidades, implica que tal população seja visualizada como inferiores, acabando por fazê-los acreditar que realmente o são.

Referente às possibilidades de desenvolver uma identidade pessoal, ao negro foi dificultado, mesmo estando relacionado aos seus ancestrais. Segundo Chagas¹⁰¹, a queima de arquivos que documentava a chegada de escravos ao Brasil, dificulta o conhecimento sobre seus dados biográficos, que em sua maioria, são incompletos e omissos. Diferentemente acontece com o grupo branco, que, mesmo filho de imigrantes conhece e valoriza suas raízes: “[...] referente à identidade do eu, como consequência dos aspectos anteriores, o eu do negro, despido de bom nível de auto-estima, é fragmentado pela dicotomia branco-negro, prevalecendo a negação da negritude”.

A visão estereotipada do negro que é disseminada pela ideologia atinge o objetivo desejado, discriminando-o como inferior de forma a ser assumida como verdade indiscutível e mantendo assim, os argumentos que *justificariam* tratamentos desiguais para negros e brancos.

Para Bandeira¹⁰², a vertente cultural revelou e comprovou a negritude de nossa cultura, como catalisadora de nacionalidade e *brasilidade*, ainda que não tenha patrocinado o reconhecimento nacional dos direitos sociais dos seus agentes. A percepção social do potencial político do reconhecimento da negritude cultural, como conteúdo de identidade nacional, vem sendo manipulada e desgastada pelos ‘brancos’ através da folclorização da cultura negra.

É exatamente desta forma que os estereótipos com suas funções sociais vão contribuir para criação e preservação de ideologias de grupos, para explicar ou justificar uma variedade de ações sociais.

¹⁰¹ CHAGAS, C.C. **Negro: uma identidade em construção**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p.20.

¹⁰² BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

O estereótipo é um termo de origem grega, composto pelo binômio *stereos*, que significa rígido, e *tipos*, que significa modelo. Ele indica, portanto, um modelo rígido a partir do qual se interpreta o comportamento de um sujeito social, sem considerar o seu contexto e a sua intencionalidade. Ele seria um “complexo de idéias aceitas sem a mais fundada crítica a respeito de uma situação, classe, raça ou grupo social particularizado; complexo de atos favoráveis ou desfavoráveis, atribuído por componentes de um grupo em relação a outro”.¹⁰³

Segundo Pereira¹⁰⁴, os estereótipos envolvem um processo onde os indivíduos que pertencem a um determinado grupo apreendem a simbologia que envolve a estereotipia, e reproduzem-na ao longo da história, garantindo a manutenção das diferenças identitárias entre os grupos.

Para este mesmo autor, os estereótipos representam atribuições de um grupo sobre outro e podem ser de dois tipos que se intercomplementam por não existir uma fronteira demarcada entre eles: referentes às características não-psicológicas de um grupo (por exemplo, a sua riqueza ou poder, condições ecológicas em que vive, sua cor de pele), e referentes às suas características psicológicas.

Os estereótipos e preconceitos se mostram como produção consensual de um determinado grupo e servem como categorias explicativas das diferenças étnicas. Essas categorias, ao traduzirem as diferenças, são articuladas dentro da conjuntura de uma nação de um grupo perante outro.

Tanto no passado como no presente, esta prática da *estereotipia* contra o negro é utilizada de forma sutil, mas obtém grandes resultados.

¹⁰³ OLIVEIRA, Anselmo P. **O discurso da Exclusão na Escola**. Joaçaba: UNOESC, 2002, p. 21.

¹⁰⁴ *Op.Cit.*

Os livros didáticos e a televisão continuam mantendo o padrão discriminatório, ou evidenciando em gravuras e textos a raça negra em desenhos desvalorativos, ou simplesmente omitindo a figura do negro.

Conclui-se com isso, alertando o dano que essa prática provoca contra o negro, especialmente a criança negra, em pleno momento de evolução, estaremos contribuindo para devolver ao negro o que lhe é constantemente negado – o direito de ser diferente. [...] a escola que, para criança é o início da inserção na sociedade já recebe a criança negra segregando-a; a mesma prática é percebida nas igrejas, centros de lazer, revistas infantis, enfim em todos os veículos de comunicação social.¹⁰⁵

O sistema escolar, principalmente a rede pública, onde se concentra a maioria da população negra, utiliza métodos e procedimentos didáticos inadequados a essa população, o que favorece ao longo dos anos, reprovação e conseqüente evasão escolar.

Conforme visualiza Baía¹⁰⁶, se o professor resolve, numa de suas aulas com seus alunos de primeiras séries ensinar-lhes o uso do dicionário e escolher as palavras negro e branco, as crianças vão encontrar a definição de negro e de branco, respectivamente, como: “que recebe a luz e não a reflete; preto. Escuro. Sombrio. Denegrado, requeimado do tempo, do sol. Lutuoso, fúnebre. Que causa sombra. Que traz a escuridão. Tenebroso. Tempestuoso. Indivíduo da raça negra. Escravo; homem que trabalha muito” e “da cor do leite ou da neve; alvo, cândido, claro: [...] diz-se da raça caucásica. Que é dessa raça [...] limpo. [...] homem da raça caucásica. Patrão, senhor [...]”.

Com isso, a criança negra tende, não raras vezes, a negar a sua identidade social e sua pertença racial nos espaços que interage, onde é vista de modo inferior, subalterno e feio. De outro lado, a criança branca assimila uma auto-estima positiva: superior, dirigente, bonita.

¹⁰⁵ CHAGAS,C.C. 1996, p. 29.

Essas crianças reproduzem atitudes que traduzem a forma pela qual foram formadas em núcleos de sociabilidade primária, como a família, a secundária como a escola. Isto é: os negros são inferiores, não merecem respeito; os brancos são superiores. Portanto, as construções da identidade social da criança se produzem por entre as experiências vividas por ela nos grupos sociais.¹⁰⁷

Quando a história conta de forma ingênua a saga do povo negro¹⁰⁸, e quando a sua cultura é utilizada no que se convém ao lucro (carnaval, por exemplo) e a folclorização, e não valorizada e incentivada, nega-se ao negro a possibilidade mínima de conquistar uma identidade pessoal, social e racial satisfatória.

Na realidade brasileira o preconceito contra o negro é fabricado de forma sutil e eficaz, ressaltando-se, conforme esboça Chagas¹⁰⁹, as seguintes formas:

- a) Respaldo na legislação, sendo sedimentados em atos oficiais que decretam a marginalização do povo negro;
- Bula Papal de 16 de junho de 1452 – conferido ao rei de Portugal permissão para invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos, pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo.
- Lei complementar a Constituição de 1824 – proibindo negros de freqüentarem escolas, por que eram considerados doentes de moléstias contagiosas;

¹⁰⁶ BAÍA, W.A. A Criança Negra nos Currículos Escolares: notas em curso. “Novas Identidades na Amazônia: crianças e adolescentes em destaque” – **Anais do V Seminário Avançado em Serviço Social**. Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal do Pará. Belém, maio de 2000, p. 73.

¹⁰⁷ BAÍA, W.C. 2000, p. 73.

¹⁰⁸ A historiografia oficial transmitiu por muito tempo a idéia depreciativa do negro passivo e submisso, que teria aceitado, sem reação, a sua escravização, porque a instituição escravista já lhe era familiar na sua terra de origem. Essa imagem foi desmentida pela atmosfera de tensões permanentes que marcaram o Brasil durante os três séculos de escravidão: suicídios e fugas dos escravizados, assassinato dos mestres, revoluções. (MUNANGA, 1996)

¹⁰⁹ CHAGAS, C.C. 1996.

- Lei de Terras de 1850, n. 601 – *a partir desta nova lei as terras só poderiam ser obtidas através da compra*. As terras conquistadas pelos negros na formação dos quilombos eram agora vendidas a preços inacessíveis a eles;
 - Lei do Ventre Livre – 1871: institucionalização do ‘menor abandonado’ e ‘menino de rua’.
 - Lei do Sexagenário – 1885 – institucionalização do desamparo à velhice.
 - Decreto 528 – Emigrações Européias (1890) – exclusão do negro do trabalho nas indústrias;
- b) Escamoteamento da discriminação racial, através da falsa imagem de que não há racismo no Brasil;
- c) Ideologia do branqueamento, que tem como conseqüência à ausência de modelos negros em que se possa respaldar e facilitar que ele se assuma enquanto raça. Há, inclusive, a colaboração intencional dos meios de comunicação nesse sentido;
- d) Disseminação do sentimento de culpa no negro, responsabilizando-o pela condição de indignidade e subvida em que vive;
- e) Ufanismo¹¹⁰ que aliena e esconde a exploração e desvalorização da raça e cultura: apologia da mulata como objeto sexual, folclorização da religião;
- f) Omissão da história real do negro.

A redução do grupo negro a condições de indignidade e não cidadania, culmina com uma má conseqüência para esta população: o negro acaba assumindo-se como responsável e causa de tudo que lhe é atribuído pela sociedade; ao assumir sua inferioridade, responsabiliza-se pelo tratamento desigual.

São conseqüências danosas para o povo negro, que o afetam em seus aspectos psicológicos e sociais, que Chagas¹¹¹ resume assim:

¹¹⁰ Ufanismo, s.m. Otimismo quanto às possibilidades do país. Fonte: TERESARIOL, Alpheu. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Erechim-RS: Edelbra, 1996.

- ❖ Ausência ou baixo nível de auto-estima;
- ❖ Negação da etnia negra;
- ❖ Identidade atribuída pelo grupo branco;
- ❖ Apatia, inércia, desesperança;
- ❖ Assunção da inferioridade e auto-responsabilidade por não atingir ascensão social.

Sem uma auto-estima positiva, um grupo social não pode, através do processo de comparação social, sentir-se com os mesmos direitos que os outros grupos e, assim, iniciar um movimento em direção a mudanças sociais.

Não possuindo uma identidade social satisfatória e aceitando as categorizações externas, sem tentar mudanças pessoais e/ou sociais, o grupo negro acaba colaborando na manutenção dos estereótipos.

Os estereótipos atribuídos aos negros – inferior, incapaz, vadio, indolente, e muitos outros – aliados à força dos meios de comunicação, que lhes confirma essas imagens e idéias, mantém tanto o grupo branco como o grupo negro com essa visão desvalorativa acerca dessa etnia. Como consequência, há a dificuldade de o povo negro assumir a sua negritude e algumas vezes, até leva a busca de identificação com as características da etnia branca, negando a sua própria etnia.

Segundo Appiah¹¹², nas obras dos sofistas pré-socráticos há argumentos no sentido de que é o caráter individual, e não a cor da pele, que determinavam o valor de uma pessoa. Os gregos identificavam os povos por sua aparência característica, tanto em aspectos biológicos, como a cor da pele, dos olhos e do cabelo, quanto em questões culturais, como penteados, o corte da barba e os estilos de vestuário. E, embora tivessem uma opinião negativa da maioria das

⁴⁸ CHAGAS, C.C. 1996.

culturas não gregas – chamavam os estrangeiros de *bárbaros* -, eles respeitavam muitos indivíduos de aparência diferente (em particular quanto à cor da pele) e presumiam, por exemplo, haver adquirido muito de sua cultura do povo de pele mais escura do Egito. Já no velho testamento, como seria de se esperar, o que se considera característico nos povos, são menos a aparência e os costumes, do que sua relação, através de um ancestral comum com Deus.

A identidade que o grupo negro introjetou para si continua sendo atribuída pelo poder hegemônico do grupo branco que tem a seu favor todos os recursos, inclusive impunidades que favorecem a manutenção dessa postura perversa.

Por isso, destaca-se a importância, da tomada de consciência de que existem impedimentos concretos para que o processo de *tornar-se negro* inicie sua evolução. Chagas¹¹³, expõe algumas propostas e estratégias de mobilização:

- ❖ Divulgação da cultura negra;
- ❖ Não à prática de atitudes preconceituosas na família;
- ❖ Ocupação de espaços que favorecem gerar modelos negros em situação favorável à auto-estima;
- ❖ Tomar conhecimento da verdadeira história da raça negra;
- ❖ Incentivo por parte das famílias a assumir a diferença étnica, valorizando-a;
- ❖ Necessidade de estar ligado à fonte que motive o desenvolvimento da auto-estima;
- ❖ Valorização da raça e criação de condições de conscientização e auto-aceitação, entre tantas outras.

A questão do negro hoje ressalta o aspecto da luta na medida em que identidade étnica pode servir de via à sua afirmação como ator social e político.

⁴⁹ APPIAH, K. 1997.

¹¹³ CHAGAS, C.C. 1996.

Ao dizer que alguém é negro, adjudicamos mentalmente determinada cultura. A expectativa é que ele sambe, que seja malandro e bom de bola, que esteja ligado a um orixá - e teríamos mais expectativas, se conhecêssemos mais do seu contexto cultural. Se ele não faz nada disso, é visto como um negro diferente.

Santos¹¹⁴, alega que não sabemos qual o desenho exato das culturas negras brasileiras – elas não aparecem isoladas de outras: o que há são contextos justapostos, mas formando um *continuum*, o que permite a um indivíduo participar de vários contextos ao mesmo tempo, que na atualidade, coincidem cada vez menos com as etnias.

Mas pergunta-se: o que é enfim, um negro? Uma identidade *incertamente* biológica, *inconscientemente* histórica, *seguramente* sociológica e *imprecisamente* cultural?

Este autor, conta um caso de Malcom X, o maior líder do movimento negro dos Estados Unidos, que quando criança, sua mãe, uma mulher clara de cabelos lisos, arranja um emprego reservado a brancos. Certo dia houve um problema em casa e o garoto correu ao emprego dela para prevení-la. No dia seguinte foi despedida, porque, tendo um filho preto, quase certamente pertencia à raça negra.

Este incidente não aconteceria desta forma no Brasil, seria até mesmo inimaginável, pois aqui não existe segregação legal ou formal e a discriminação se faz, geralmente, com base na cor e não na etnia. Isso nos remete a pensar que grande parte da população, e talvez uma maioria, se *auto classifica* como quer. A não ser que seja inquestionavelmente negro (pela cor), o negro o será se quiser. Influirá também, é claro, o que os outros acham que ele é.

Surge então outra indagação: porque o desejo de branquear? Certamente para fugir das injustiças que resultam do processo de *hierarquização racial* existente no Brasil, que coloca o branco no topo, e o negro na posição de inferior na escala social.

(...) revolto-me diante do ‘novo negro’, que ‘quer subir na vida’ e isolar-se ‘daquela gatinha negra’ e repudia os movimentos negros¹¹⁵, ‘ porque eles dão azar’. Os três casos traduzem o ardil da democracia racial fictícia, cuja função é aprisionar o negro dentro de paradoxos que conduzem à negação de si próprio, constrangê-lo a ver-se como ele pensa que é visto pelos brancos. A pessoa interage com seu mundo, e para resguardar sua identidade, precisa começar por negá-lo e transformá-lo.¹¹⁶

D’Adsky¹¹⁷, lembra que “cidadão de segunda categoria, o negro pode valorizar sua identidade a partir da tomada de consciência da sua marginalização, sem a qual se torna difícil para ele reivindicar seu lugar ao sol”.

A experiência histórica específica dos negros - a escravidão – deixou-os marcados durante muitas gerações, o que segundo Munanga¹¹⁸, teria atrasado seu acesso e sua participação em diversos setores da vida nacional, criando um declínio e uma certa estagnação econômica em relação aos membros de outros grupos étnicos. Combinando esse passado histórico com a discriminação racial, continua a prejudicar a etnia negra: “as estatísticas sobre indicadores econômicos relacionados à população negra estão hoje disponíveis graças a reintrodução no quesito Cor no censo oficial, a partir de 1980, devido às reivindicações dos movimentos negros”.

O acesso do negro ao sistema produtivo caracteriza-se por uma concentração desproporcional nos setores de atividades que absorvem a mão-de-obra menos qualificada e menos remunerada. Daí a desigual participação entre negros e brancos na distribuição da renda nacional e no consumo do produto social, evidenciando uma estrutura em que os preconceitos e a discriminação racial têm um papel fundamental.

¹¹⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. **A Questão do Negro na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1990.

¹¹⁵ Movimento Negro é o conjunto de instituições e personalidades que, desde então, travam organizadamente a luta contra o racismo. (SANTOS, 1990, p.6)

¹¹⁶ FERNANDES, Florestan. **O Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989, p.26.

¹¹⁷ D’ADSKI, Jacques. **Pluralismo e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, p.85.

Segundo Munanga¹¹⁹, a historiografia oficial transmitiu por muito tempo a idéia depreciativa do negro passivo e submisso, que teria aceitado, sem reação, a sua escravização, porque a instituição escravista já lhe era familiar na sua terra de origem. Essa imagem foi desmentida pela atmosfera de tensões permanentes que marcaram o Brasil durante os três séculos de escravidão: suicídios e fugas dos escravizados, assassinato dos mestres, revoluções. As fugas em bandos organizados e a formação de *quilombos*, constituem manifestações de resistência ativa e podem ser interpretadas como estratégia de ruptura, como tentativas de libertação e de construção de novo modelo de sociedade, inspirado nos quilombos africanos.

Com isso, explicita-se a idéia de que as vítimas do racismo não cruzaram os braços, passaram por um processo de conscientização, permitindo desvendar as máscaras da *democracia racial*.

No contexto desse processo, na véspera da revolução de 1930, alguns negros se reuniram em São Paulo para criar a Imprensa Negra, com intuito de denunciar as práticas discriminatórias evidentes no mercado de trabalho, no ensino e nos espaços de lazer. Dessa imprensa, nasceu em 1931, a Frente Negra, considerada como o maior movimento racial de caráter explicitamente político, que transformada em partido político em 1936, foi suprimida pela ditadura Vargas, como os demais partidos políticos. No entanto, seu sopro reaparece no fim da ditadura, em 1945, através da Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro e do Teatro Experimental do Negro, para retomar a luta racista reprimida¹²⁰.

¹¹⁸ MUNANGA, Kabengele. O Anti-Racismo no Brasil. In. MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996, p. 82.

¹¹⁹ *Op.Cit.*

¹²⁰ MUNANGA, Kabengele. 1996, p. 83-84.

Os movimentos negros com o sentido de desencadear a tomada de consciência da população negra, surgiram inicialmente em solo americano. No Brasil, os movimentos emergiram com os quilombos, como grandes marcos de revolta contra o poder dominador.

Na década de 60, apesar das ações de revolta (individual ou coletiva) não serem caracterizadas como *negritude*, o sentido da palavra começa a ganhar amplitude na poesia, no teatro (TEN - Teatro Experimental do Negro, em 1944), na imprensa negra, da Frente Negra Brasileira em 1937, da Associação de Negros Brasileiros em 1945; e em 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU) com o objetivo de combater o mito da democracia racial.¹²¹

No início do movimento negro, uma das principais reivindicações era a criação de leis mais severas, que punissem o agressor racista, uma vez que verificamos que as leis brasileiras, desde o império, se desenvolveram de forma camuflada e pouco visível.

Das antigas legislações brasileiras, nem as Ordenações Filipinas e nem o Código Criminal de 1830, continham dispositivos que penalizassem a discriminação racial. Somente com o fortalecimento do movimento abolicionista que, em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre (n.º 2.040, conhecida também como Lei Rio Branco) declarando livres todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir da data da lei. Após esta, foi criada a Lei dos Sexagenários (n.º 3.270) em 1885, libertando automaticamente todo escravo que atingisse 60 anos de idade. E logo após, veio a Lei Áurea (n.º 3.553) de 13 de maio de 1888, extinguindo definitivamente a escravidão no país.

Após seis décadas de declarada extinta a escravidão brasileira, a Lei Afonso Arinos – nome do legislador e autor da proposta - n.º 1.390 de 03 de julho de 1951, inclui contravenções penais à prática dos atos resultantes de preconceito de raça ou de cor. Segundo esta lei, as práticas consideradas como discriminação racial não são enquadradas como crime, mas sim uma simples

contravenção penal. “Esperou-se mais de sessenta anos para editar uma lei contra a discriminação não-existente ‘oficialmente’, lei que, diz-se *en passant*, não teve nenhuma eficácia”.¹²²

É com a Carta Magna de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, que se mantém a garantia de igualdade perante a lei e inaugura a constitucionalização do crime de preconceito à raça. Mas é somente em 1988 – marco brasileiro de luta pelos direitos humanos - que a *Constituição Cidadã* faz referência à prática de racismo e não somente da discriminação racial.

Em conseqüência da atual Constituição Federal, e um século após a Abolição, foi promulgada uma nova lei, graças às pressões dos movimentos negros: em 05 de janeiro de 1989 é aprovada a Lei Caó (n.º 7.716), de autoria do Deputado Carlos Alberto de Oliveira, criminalizando a discriminação racial, mas não definindo os crimes resultantes de manifestações verbais do preconceito. Este somente foi contemplado pela Lei n.º 9.459 de 13 de maio de 1997, que trata do “crime do preconceito” alterando os artigos 1.º e 20.º da Lei Caó:

Art. 1.º serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional

[...]

Art. 20.º [...] praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia, religião ou procedência nacional.¹²³

Esta lei acrescenta ainda, um terceiro parágrafo ao artigo 140.º do Código Penal, para apenar com reclusão de um a três anos e multa, a injúria que consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia religião ou origem.

Apesar da lei em vigência representar um avanço, ao considerar qualquer prática discriminatória como um crime inafiançável e sujeito à reclusão, não se mostrou eficaz, porque é

¹²¹ **MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO**: 1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo. Salvador, 1988.

¹²² MUNANGA, Kabengele. 1996, p. 87.

¹²³ MARINHO, Cláudia M.R. 1999.

preciso, nesse domínio, comprovar a flagrância e apresentar testemunha que, de praxe, não é da cor da vítima negra.

Segundo Turra e Venturi¹²⁴, em épocas recentes, no ano de 1988, o país ocupava a 70º posição da lista de qualidade de vida da ONU. Na distribuição de cor, o negro ficaria na 108º posição mundial de qualidade de vida, enquanto os brancos na 48º posição. Estes autores nos dão outros dados:

- ❖ 50 % dos negros têm renda individual mensal, no máximo de dois salários mínimos;
- ❖ O salário médio pago aos negros no mercado de trabalho da grande São Paulo é de praticamente a metade do salário pago aos brancos pela mesma função;
- ❖ Os negros detêm apenas 1% nos postos de trabalho em nível estratégico no país;
- ❖ Entre profissionais igualmente preparados, o branco tem 90% mais chances de ficar com vaga no emprego;
- ❖ Num universo de mais de 5.000 pessoas entrevistadas, apenas 4% dos negros conseguiram acesso ao nível superior;
- ❖ Os não brancos no Brasil têm 4/5 anos de média de escolaridade, os brancos 6/7 anos;
- ❖ Apenas 2% dos aproximadamente 50 mil alunos da USP (Universidade de São Paulo) são negros;
- ❖ A expectativa de vida dos negros é de 64 anos, enquanto dos brancos é de 70 anos;
- ❖ Hoje os negros e mulatos correspondem a 10% da classe média brasileira.

Apesar desses dados, não se pode negar que a população negra conseguiu algumas vitórias nos últimos anos, como as leis explicitadas anteriormente.

¹²⁴ TURRA, C., VENTURI, G. (orgs.) **Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

Há um reconhecimento por parte da sociedade brasileira de que de fato a população negra foi e vem sendo prejudicada no acesso a vários espaços de estrutura social, no emprego, na educação. A ausência de políticas públicas implica prejuízos irreparáveis a este segmento.

Segundo Munanga¹²⁵, a partir dos anos 80, sente-se uma mudança de atitude e de tom de voz por parte de algumas personalidades políticas e governamentais, uma espécie de confissão ainda tímida sobre a existência do racismo no Brasil, do preconceito e da discriminação racial de fato. Com a abertura democrática, quase todos os partidos políticos começaram a oferecer espaço aos candidatos negros a partir das eleições de 1982.

Em 11 de maio de 1984, o Senhor André Franco Montoro, então governador do Estado de São Paulo, cria o Conselho de Participação e de Desenvolvimento da Comunidade Negra, tendo como finalidade, desenvolver estudos relativos à condição da Comunidade Negra; propor medidas que visassem à defesa de seus direitos; e a eliminação da discriminação racial que impede a sua plena inserção na vida econômica, política e cultural.

De acordo com Munanga¹²⁶, na ocasião da instalação dos membros deste Conselho, em 29 de Agosto de 1984, o Senhor Tancredo Neves, candidato à presidência da República na época, enviou um telegrama ao governador André Franco Montoro com o seguinte conteúdo:

Esta campanha devia começar em São Paulo, por tudo que esse importante Estado representa na assimilação e no interesse de todas as raças, respeitando todas as crenças, ao aproveitar e criar meios para que a construção do progresso não seja apenas privilégio de alguns, mas o direito de todos. Se for eleito, como espero, essa será uma das minhas preocupações, como Presidente da República.

Essas palavras revestiram uma importância particular para a Comunidade Negra, pois foi a primeira vez que um candidato à presidência da República, se interessou por seus problemas.

Em 1988, ano do Centenário da Abolição, ocorre a criação da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. No tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, comemorado em 20 de novembro de 1995, os discursos sobre a necessidade de implementação das políticas, ações afirmativas, ações positivas, discriminações positivas, políticas compensativas, enfim, todas as expressões equívocas e equivocadas inspiradas na realidade norte-americana, soaram com muita força, ocupando o lugar dos discursos habituais.

Em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra, vinculado ao Ministério da Justiça e à Secretaria dos Direitos da Cidadania, formado por representantes da sociedade civil e do governo federal, com o objetivo de inserir a problemática negra da agenda nacional. Este, dividiu sua área de atuação em dezesseis áreas estratégicas, chamadas Grupos Temáticos que são: Informação – quesito cor; Trabalho e Emprego; Comunicação; Educação; Relações Internacionais; Terra (Remanescentes de Quilombos); Políticas de Ação Afirmativa; Mulher Negra; Racismo e Violência; Saúde; Religião; Esportes; Legislação; Estudos e Pesquisa – Ciência e Tecnologia; Cultura Negra; Política e Estratégia. Esse GTI foi criado e em pouco tempo, extinto.

Com o atual presidente da República, foi instituído, através de Decreto, em 10 de março 2003, um Grupo de Trabalho Interministerial, para elaborar proposta para a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Diz o seguinte:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Presidência da República, Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, voltada, precipuamente:

¹²⁵ MUNANGA, Kabengele. 1996.

¹²⁶ MUNAGA, Kabengele. 1996, p. 87.

I - à coordenação das ações relativas à política nacional de combate ao racismo e às práticas resultantes de preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica;

II - à formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional de defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação racial ou étnica;

III - promoção das articulações necessárias à implementação da política nacional de combate ao racismo e à discriminação racial ou étnica.¹²⁷

O Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março, foi a data da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Esta data, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1969, é uma lembrança aos mortos no massacre de Shaperville, África do Sul.

Em 21 dias do mês de março do ano de 1960, 20 mil negros saíram pelas ruas da cidade de Johannesburgo, na África do Sul, protestando contra a lei do passe, que obrigava as pessoas a andarem com cartões de identificação. A África do Sul vivia o auge do *apartheid*, um regime que promovia a segregação racial através de leis e práticas públicas. De acordo com a Constituição do país, todos eram obrigados a usar os cartões que estabeleciam locais por onde elas podiam ou não passar. Apesar de ser um protesto pacífico, o exército sul-africano atirou covardemente sobre os manifestantes de Shaperville. O resultado foi trágico: 69 mortos e 186 feridos. Como lembrança desse dia de luta da população negra mundial, a ONU aprovou, em Assembléia Geral de 21 de novembro de 1969, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Foi no dia 21 de março de 2003 então, que o Diário Oficial da União publicou a Medida Provisória, criando a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, nomeando Matilde Ribeiro¹²⁸ como primeira titular.

¹²⁷ Decreto de 10 de março de 2003. Disponível em: <www.portalfro.com.br>. Acesso em: 05 mai. 2003.

¹²⁸ Matilde Ribeiro, que tem status de ministra, é assistente social, militante negra e feminista doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP, e tem como área de especialização Políticas Públicas e Gestão Ambiental, assessorou o

As propostas para a formulação da nova Secretaria foram tiradas do programa “Brasil sem Racismo”, referência para a construção da política pública assumida como uma peça do programa de governo do então presidente Senhor Luís Inácio Lula da Silva. Nele constam nove áreas para intervenção sobre a questão racial: Terras de quilombos; Trabalho, Emprego e Renda; Saúde; Educação, Cultura e Comunicação; Mulher; Juventude; Segurança; Relações Internacionais; Gestão Pública, Governo e Sociedade.

Esta secretaria deverá assessorar diretamente o presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. A Medida Provisória também dá um prazo de 90 dias para constituir um grupo de trabalho para elaborar proposta de regulamentação do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPIR).

São palavras do presidente Senhor Luís Inácio Lula da Silva durante a cerimônia de criação desta secretaria:

Essa situação injusta e cruel (de discriminação) é produto da nossa história de escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social, mas também é resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-las.¹²⁹

Além da criação desta Secretaria, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indica para uma das vagas abertas no Supremo Tribunal Federal (STF), com a escolha do primeiro negro para ocupar uma cadeira de ministro da mais alta corte do país, Joaquim Benedito Barbosa

Sindicato dos Metalúrgicos no ABC, nas questões de gênero e raça, e foi coordenadora da Assessoria dos direitos da Mulher de Santo André – SP e integrou o governo Lula de transição.

¹²⁹ Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da Ministra Matilde Ribeiro, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial Disponível em: <www.sintuf.org.br>. Acesso em: 05 mai.2003.

Gomes¹³⁰. A escolha inédita no Brasil de um negro para o Supremo Tribunal Federal tem caráter simbólico e é uma vitória dos movimentos de defesa de direitos humanos, em especial, os que trabalham no combate ao preconceito racial. É também uma sinalização de que o governo Lula pretende dar espaço a políticas de combate ao preconceito, somando-se à criação da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.

Apesar de toda essa evolução legal, das conquistas dos movimentos sociais negros, e a idéia de que o racismo não tenha diminuído, consideramos como pontos positivos todas as mobilizações e lutas sociais para que chegássemos até aqui.

Em contrapartida, a falta de possibilidades de ascensão na sociedade, a opressão, a segregação social e econômica, são formas de racismo que não são atingidas pela lei. Esta forma de racismo impede o crescimento da população afro-brasileira, como o acesso às escolas e ao mercado de trabalho de forma igualitária.

No Brasil, de um modo geral o negro é visto como uma figura que somente possui méritos como jogador de futebol ou como músico; a mulher negra é considerada como símbolo sexual, enfatizando seu erotismo, encerrando-se assim suas qualidades.

O racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem mais racistas. Toda a carga da herança cultural que modelou a sociedade brasileira é tão fundamentada no racismo, que nem os próprios negros escaparam à assimilação de sentimentos contrários à raça negra.

¹³⁰ Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 48, é procurador da República no Rio de Janeiro e em Brasília desde 1992, Negro e com atuação marcada pelos trabalhos sobre ação afirmativa contra o racismo, tendo publicado o livro "Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade". Formado pela Universidade de Brasília, em 1979, atuou como advogado também no Rio, nos EUA e na França. Fez mestrado em direito constitucional, direito administrativo e direito público comparado e doutorado em direito público pela Universidade de Paris-2. Professor-adjunto do Departamento de Direito do Estado da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Segundo Santos¹³¹, devido ao mito da democracia racial, entende-se que o negro tem maior dificuldade em vencer por culpa exclusiva sua, já que as condições estão à disposição de todos. Nessa concepção, o negro teria culpa exclusiva de sua não ascensão social e a idéia que o racismo lhe persegue.

Mas o racismo brasileiro é bastante evidenciado na vida dos cidadãos afro-brasileiros. Segundo Vergara¹³², em São Paulo, a morte violenta, através da arma de fogo é a causa mais freqüente de morte entre os negros. A educação também se constitui um “privilégio” da população branca, pois o analfabetismo entre os negros chega a ser o dobro observado entre os brancos.

No mercado de trabalho observamos as diversas dificuldades da população negra que reúne poucas possibilidades de ingressar na escola ou faculdade. Essa população, que geralmente é “pobre”, sofre com diversos problemas para obter boa qualificação. O acesso ao trabalho é outra limitação, por meio de baixos salários e políticas discriminatórias, já no processo de seleção, com o fator “boa aparência” que historicamente exclui cidadãos afro-brasileiros.

A pesquisa jornalística realizada pela *Folha de São Paulo* e a *DataFolha*, no ano de 1995¹³³, confirma em números, que a democracia racial é mesmo um mito. Segundo dados, apesar de 89% dos brasileiros afirmarem existir preconceito de cor contra negros, somente 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros. Segundo Turra e Venturi¹³⁴, “os

¹³¹ SANTOS, Joel Rufino dos. 1994.

¹³² Vergara citada por MARINHO, Cláudia R.M. 1999.

¹³³ TURRA, C.; VENTURI, G. 1995.

¹³⁴ *Op.Cit*, p.11.

brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros”.

Como conclusão a esta pesquisa, estes autores acrescentam ainda que,

Esta pesquisa apresenta de certa forma uma radiografia da 'democracia racial' brasileira. Ela mostra que a grande maioria dos brasileiros não acredita nela e ao mesmo tempo procura praticá-la ou ao menos dar a impressão do que o faz. [...] negros, pardos, brancos e outros se distinguem quase, tanto na convicção de que os brasileiros têm preconceito de cor - branco contra preto, preto contra branco - quanto à negação de que ela ou ele pessoalmente seja preconceituoso. E para tornar o quadro ainda mais enigmático, poucos são os negros e pouquíssimos os pardos que dizem já terem sido discriminados.¹³⁵

Em contrapartida a isso, buscando-se a concretização de políticas que venham "corrigir" os efeitos do racismo e o desequilíbrio da balança social, em alguns países começou-se a estudar a implantação das políticas de Ação Afirmativa.

Com a criação (e rápida extinção) do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996, cresceram as discussões sobre a implantação de políticas de Ação Afirmativa no Brasil.

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como a compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (...) elas visam combater os efeitos, no presente, das discriminações ocorridas no passado.¹³⁶

Ela pode ser entendida como um conjunto de estratégias políticas, cuja finalidade é promover a igualdade de oportunidades sociais, por meio de um tratamento preferencial daqueles

¹³⁵ TURRA, C.; VENTURI, G. 1995, p.11-12.

que historicamente tem sido *perdedores* na disputa pelas oportunidades sociais. É também definida como políticas de *discriminação positiva*.

De acordo com Marinho¹³⁷, nos Estados Unidos a ação afirmativa foi implantada pelo presidente Richard Nixon, visando assegurar vagas para a população negra em universidades e repartições públicas, determinando cotas obrigatórias de participação dos negros nestas organizações, com o objetivo de tentar anular os efeitos e impedimentos que esta população sofreu. Os negros querem a existência da ação afirmativa, ao contrário dos brancos, que entendem ser um racismo "invertido", pois beneficiaria uma parte da população por causa da sua cor.

Marinho¹³⁸, afirma existir, em relação à implantação da ação afirmativa no país, duas posições.

Uma delas, favorável, acredita que os objetivos serão alcançados por meio da promoção da igualdade entre pessoas, seja através de políticas públicas, ou de normas que garantam um espaço proporcional ao tamanho da população afro-brasileira. Desta forma, possibilitaria meios efetivos e adequados para que essa população consiga sua ascensão social, por meio da equidade de oportunidades.

A outra, é contrária, por acreditar que essa prática somente agravaria o racismo proporcionando benefícios específicos a somente algumas pessoas, *simplesmente* em virtude de sua cor. Assim, aumentaria a prática racista com o argumento de que os negros não teriam condições de ingressar em algumas instituições, se não fossem as políticas de Ação Afirmativa.

¹³⁶ **GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL** – População Negra. Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos da Cidadania. Brasília, 1996, p.10.

¹³⁷ MARINHO, Cláudia M.R. 1999.

¹³⁸ MARINHO, Cláudia M.R. 1999.

As duas posições citam o caso norte-americano para pautar suas análises: a primeira acredita que essa prática estaria sendo extinta dos Estados Unidos, pois os objetivos já teriam sido alcançados; a segunda acredita que essa prática estaria sendo eliminada em virtude de não ter alcançado seus objetivos.

Desde 2000, tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, alguns projetos de lei prevendo cotas para negros em todo país, como o projeto do ex-senador Abdias do Nascimento, que prevê reserva de 40% das vagas em universidades e empresas, e o da ex-senadora e atual Ministra da Assistência e Promoção Social Benedita da Silva, que repassa ao estado a tarefa de obrigar as empresas de comunicação à contratação de pelo menos 40% dos negros em todas as etapas de sua produção.

No âmbito dos movimentos sociais, alguns projetos de lei estão em discussão tratando da criação do Fundo Nacional para Políticas de Ação Afirmativas, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades, e ainda outras, que dispõe sobre a diversidade étnico-racial nas empresas, universidades, em uma aplicação similar das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos.

Assim como algumas universidades do país já adotaram o sistema de cotas para negros, como é o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aqui em nosso estado, a comissão de estudos para a elaboração da proposta de políticas públicas de ação afirmativa da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) definiu em 20% o percentual de cotas para negros na universidade. Este índice somente deverá ser inserido no vestibular para ingresso em 2004, já que a universidade precisa de tempo para se adequar à nova situação.

Enfim, mesmo com a evolução legal apresentada anteriormente, relativa aos crimes de racismo não terem diminuído, ressaltamos um ponto favorável: o grande crescimento das discussões acerca do problema. Mas ainda se faz necessário que o problema do racismo seja

"admitido" por toda a população, por meio de discussões objetivas e inteligentes, para que se resulte em soluções reais e não somente paliativas, ou que venham a camuflar toda essa realidade expressa; e que o grupo negro possa ter mais visibilidade social e, conseqüente, a auto-estima recuperada.

A raiz da falta de auto-estima¹³⁹ dos afrodescendentes está num passado de escravidão, quando milhares de homens e mulheres foram arrancados de sua terra, trazidos à força, ameaçados e torturados. O massacre emocional e mental que o negro sofreu e ainda sofre é intenso. As mensagens de inferioridade que vivencia no dia-a-dia, fazem com que ele, sem perceber, as assuma como verdadeiras. Transformar esses conceitos envolve todo um processo de autoconhecimento.

Conforme estudos americanos citados anteriormente, a maioria das crianças que crescem em um ambiente onde suas identidades raciais são negadas, tendem a desenvolver uma atitude emocional não saudável em relação às suas origens étnicas, pois “desde criança, recebemos e aprendemos a introjetar ideologias que a sociedade pretende perpetuar e a família é a instituição que inicia a pessoa nesse aprendizado. Depois, outras instituições dão continuidade a este processo”.¹⁴⁰

Como sabemos, as primeiras vivências da criança influenciam diretamente o processo de formação da identidade social. Chagas¹⁴¹, para explicar este fenômeno recorre a Piaget. Para este pesquisador,

o desenvolvimento do juízo moral da criança descreve a transição do estágio em que o valor das opiniões é avaliado mais pela origem daquelas do que pelo seu conteúdo para o estágio em que a criança começa a interagir e a cooperar com

¹³⁹ SILVA, Ana Maria et.alli. (1999) tem a auto-estima como a estima por si próprio; é a pessoa gostar de si mesma, aceitar-se com os defeitos e virtudes, dar o merecido valor às qualidades que possui e buscar corrigir as suas dificuldades.

¹⁴⁰ CHAGAS, C.C. 1996, p. 27-28.

¹⁴¹ *Op.Cit*, p. 37

seus iguais. Ela começa a assumir, conceitualmente, o papel do outro. Tudo isso depende do desenvolvimento do pensamento operatório, mas também da ‘emergência de uma nova moralidade’, a passagem da coação à cooperação. Esta passagem não se fará, se a criança estiver exposta a uma só fonte de informação e enquanto estiver com medo dessa verdade.

Desta forma, a infância tem papel fundamental para a formação de futuros preconceitos e conflitos, mantendo-se ao longo da vida, sensível aos contextos que a sociedade “impõe”.

Segundo Silva¹⁴², a criança que cresce sem ter garantidas as suas necessidades básicas de afeto, atenção, alimentação e higiene terá a sobrevivência seriamente comprometida. A identidade do ser humano é formada através da relação com o outro, com base no processo original de identificação.

Essa identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro; passa pela sua contribuição histórica na sociedade brasileira, de sua visão de mundo, de sua religião. Mas isso não quer dizer que para se sentir negro, seja preciso necessariamente, freqüentar o candomblé ou outras religiões africanas, não quer dizer que se tenha que escutar samba ou outro tipo de música dita negra. Isso faz parte de um processo de consciência. A partir do momento em que se valorize essa religião, essa música, essa arte como cultura diferente, e não inferior às outras culturas, isso basta para construir uma identidade positiva.

E ainda, consideremos que hoje, brancos e negros brasileiros compartilham, muito mais do que percebem, modelos comuns de comportamento e idéias: “os primeiros são mais africanizados, e os segundos, mais ocidentalizados do que acreditam”.¹⁴³

¹⁴² SILVA, Ana Maria et.alli. **Gostando Mais de Nós Mesmos: perguntas e respostas sobre a auto-estima e a questão racial**. 2ed. São Paulo: Gente, 1999.

¹⁴³ MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. In: OLIVEIRA, I. (coord.) **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes**. Niterói-RJ: Intertexto, 1999, p. 15

Segundo Munanga¹⁴⁴, os movimentos negros organizados enfatizam a reconstrução de identidades como uma das plataformas mobilizadoras no caminho para a conquista da cidadania, preconizando que cada grupo respeite sua imagem, memória coletiva, respeitando ao mesmo tempo a identidade dos outros. Mas esta proposta esbarraria numa *mestiçagem cultural*, pois o espaço do jogo de todas as identidades não é delimitado explicitamente:

Como cultivar seu jardim se não é separado dos jardins dos outros? No Brasil atual, as cercas e as fronteiras entre as identidades vacilam, as imagens e os deuses se tocam, se assimilam e se unificam; por isso, tem-se certa dificuldade em construir identidade racial e/ou cultural “pura”, que não se mistura com a identidade dos outros.¹⁴⁵

Por isso, propomos analisar a adoção inter-racial, numa relação fundada na interação de sujeitos diferentes, buscando promover uma experiência, em que esse encontro se traduza numa ocasião de crescimento para ambos os lados, reconhecendo reciprocamente seus direitos e dignidade, como forma de considerar os aspectos positivos, e não de exclusão de uma relação entre etnias diferentes: isso é a educação intercultural.

¹⁴⁴ *Op.Cit.*

¹⁴⁵ MUNANGA, Kabengele. 1999, p. 16.

CAPÍTULO III

TRANSITANDO ENTRE CULTURAS: A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO EXPERIÊNCIAS DE ENCONTROS

3.1 Educação Intercultural: a complexidade da relação entre culturas diferentes

Pensar no surgimento da tematização da Educação Intercultural implica relacioná-lo ao fenômeno da globalização - do saber e das comunicações pensando a unidade humana na base de sua diversidade cultural - e o aparecimento de novos padrões de regulação social.¹⁴⁶

As sociedades do século XXI, com a globalização entre continentes distantes, que aparentemente afirmaria a necessidade de articulação das diferenças culturais, e a superação das desigualdades, parecem, ao contrário, fortalecer as diferenças culturais e desigualdades, com o surgimento de novas formas de exclusões sociais, colocando o problema da sociabilidade, da convivência entre indivíduos e grupos, como um desafio constante.

Atualmente as relações sociais e interculturais baseiam-se na busca por novas modalidades de gerar conhecimentos. Pode-se verificar isso, no debate entre o *monoculturalismo* – compartilhamento por todos os povos e grupos de uma cultura universal – e o *multiculturalismo* – reconhecimento de que cada povo e grupo social desenvolvem, historicamente, uma identidade e cultura próprias.

Para além desse debate, tem-se a perspectiva intercultural, que é aquela baseada na interação e na reciprocidade entre grupos diferentes, como fator de crescimento cultural e de

¹⁴⁶ STOER, Stephen. Desocultando o vó das andorinhas: educação inter/multicultural crítica como movimento social. In: **Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise**. Porto: Afrontamento, 2001, p. 245-275.

enriquecimento para ambos os lados, estabelecendo uma relação crítica e solidária entre as diferenças.

A Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais, um documento da UNESCO¹⁴⁷ datada de 1978, foi um dos primeiros textos a propor os conceitos fundantes da Educação Intercultural. Ela afirma que “todos os povos e grupos humanos, qualquer que seja a sua composição ou sua origem étnica, contribuem conforme sua própria índole para o progresso de civilizações e das culturas, que na sua pluralidade e em virtude de sua interpretação, constituem o patrimônio comum da humanidade”, enfatiza ainda que “o processo de descolonização e outras transformações históricas conduziram a maioria dos povos precedentemente dominados a recuperar sua soberania de modo a fazer com que a comunidade internacional seja um conjunto universal e ao mesmo tempo diversificado”, reconhece assim, “o direito de todos os povos humanos à identidade cultural e ao desenvolvimento da sua própria via cultural no contexto nacional e internacional”¹⁴⁸.

Segundo Scherer-Warren¹⁴⁹, o multiculturalismo e as relações sociais interculturais destacam-se como temas da atualidade e de grande relevância neste período da história. Com a globalização, não sendo apenas um fenômeno econômico, mas que também ocorre nas dimensões culturais e políticas, vêm se impondo com mais força no cenário mundial, o desafio de novas relações interculturais. “No plano político, os movimentos sociais tornam-se cada vez mais transnacionais; e no cultural enfrentam o desafio da hibridação, da diversidade e do respeito à diferença”.

¹⁴⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁴⁸ FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Revista Percursos**. Florianópolis: NEEP, Outubro de 2000, p. 115-116.

¹⁴⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e a Dimensão Intercultural. In. FLEURI, Reinaldo M. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover/NUP, 1998, p.31.

Desta forma, ainda que se verifique uma tendência à homogeneização com a expansão da dimensão econômica da globalização, é pela expansão de suas dimensões culturais e políticas que “os novos movimentos sociais, de mulheres, ecológicos, regionais, étnicos e outros, se organizam a partir de suas identidades coletivas específicas”, nas décadas de 60 a 80, exigindo reconhecimento, respeito às diferenças culturais e defendendo novos direitos, desencadeando a “crescente interação destes movimentos entre si, [...] surgindo a necessidade de abertura ao outro e à reciprocidade nas trocas”.¹⁵⁰

Através da dimensão cultural e política da globalização, com a exaltação do mútuo respeito à diferença, emana a abertura ao outro, que implica numa prática de convivibilidade e de reciprocidade entre indivíduos oriundos de diversas culturas.

Tanto o multiculturalismo quanto o interculturalismo, referem-se aos processos históricos em que as culturas entram em contato e interagem entre si, mas o reconhecimento da diversidade cultural admite diferentes enfoques.

Segundo Fleuri¹⁵¹, os termos *Multi* ou *pluricultural* indicam a situação de coexistência, um ao lado do outro, sem haver, necessariamente, uma interação entre os grupos culturais diferentes. Por outro lado, o termo *transcultural* e a perspectiva *transcultural* identificam estruturas semelhantes de relação social, sem que as culturas interajam entre si.

Diferente disso, a relação *intercultural* indica a situação onde pessoas de culturas diferentes entram em interação, considerando não apenas o processo histórico de coexistência entre as diferentes culturas, mas também uma proposta de mudança.

O interculturalismo supõe a deliberada inter-relação entre diferentes culturas. O prefixo *inter*, indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade

¹⁵⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. 1998. p. 31

¹⁵¹ FLEURI, Reinaldo Matias. 2000.

(rompendo com o isolamento) e, ao mesmo tempo uma separação (diferença); refere-se ainda a um processo dinâmico marcado pela reciprocidade de perspectivas: representações sociais construídas em interação.

A Educação Intercultural assim, apresenta-se como,

[...] um processo, ou seja, um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e de dimensões: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os preconceitos e as expectativas. [...] não se traduz a uma simples relação de conhecimento: trata-se da interação entre sujeitos. Isto significa uma relação de troca e de reciprocidade entre pessoas vivas, com, rostos e nomes próprios, reconhecendo reciprocamente seus direitos e sua dignidade. Uma relação que vai além da dimensão individual dos sujeitos e envolve suas respectivas identidades culturais diferentes.¹⁵²

Uma relação entre culturas diferentes produz confrontos e visões de mundo distintas, contribuindo para que os indivíduos modifiquem seu modo de compreensão da realidade, uma vez que dá possibilidades de compreender e assumir pontos de vista diferentes de interpretar as relações a que estão expostos, traduzindo-se em oportunidades de crescimento da cultura pessoal de cada um, na busca por modificar o que impede a construção de uma sociedade mais justa, mais livre e solidária.

A complexidade da relação entre culturas coloca em evidência a necessidade de se considerar a existência de uma fronteira cultural, uma *borda deslizante e intervalar* nas relações, que estimula “o desejo de reconhecimento de outro lugar e de outra coisa”, para além de uma simples divisão e classificação binária da existência humana; bem como, a de ser este espaço intervalar da cultura, um “espaço de intervenção (tensão-negociação-tradução) que introduz a reinvenção criativa da existência, fundada num profundo desejo de solidariedade social: a busca do encontro”.¹⁵³

¹⁵² NANNI apud FLEURI, Reinaldo Matias. 2000. p. 118

¹⁵³ BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 27-29.

Emerge daí, a necessidade de “um outro lugar”, onde as potencialidades e necessidades pessoais possam encontrar algo positivo de si mesmos em uma fronteira, que não necessariamente é o lugar onde algo termina, mas que pode ser o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente, e as diferenças possam ser articuladas, e não excluídas.

Segundo Canclini¹⁵⁴, as hibridações¹⁵⁵ atualmente nos levam a concluir que todas as culturas são de fronteiras, elas “se desenvolvem em relações com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim, as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento”.

As relações entre pessoas de culturas diferentes são consideradas em sua maioria, partindo de uma *lógica binária* (índio x branco, negro x branco, centro x periferia, criança x adulto, homem x mulher...) não permitindo a compreensão da complexidade das relações de cada pólo, nem a reciprocidade e os significados advindos dessas relações. Desta forma, o conceito de *dominação cultural*, “se enredado numa lógica binária e bipolar, pode levar a supor que os significados produzidos por um sujeito social são determinados unidirecionalmente pela referência cultural de outro sujeito. Tal entendimento pode reforçar o processo de sujeição na medida em que, ao enfatizar a ação de um sujeito sobre o outro, obscurece o hibridismo das identidades, a ambivalência e a reciprocidade das relações sociais, assim como a capacidade de autoria dos diferentes sujeitos sociais”.¹⁵⁶ E é a experiência de uma educação intercultural que

¹⁵⁴ CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 348.

¹⁵⁵ Canclini (1998) utiliza essa expressão pela possibilidade de abranger diversas mesclas interculturais – não apenas as raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que sincretismo, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais.

¹⁵⁶ FLEURI, Reinaldo Matias. Educação nos limiares entre culturas. **Revista Marco Social: educação para valores**. Instituto Souza Cruz, Jan/2003, p. 13.

possibilitará a desconstrução desta *visão lógica binária* que acompanha as visões de mundo atuais.

Acentua-se aqui, o problema que o *diferente* porta nas relações de encontro, emergindo a experiência do confronto; confronto este que historicamente é pouco percebido como positividade (possibilidades de *entre-lugares*, de *hibridismos*, onde algo pode começar a se fazer presente) e, normalmente acentua a negatividade (a eliminação, a exclusão, lugar onde algo termina).

Para explicar a complexidade dessa lógica binária, Fleuri¹⁵⁷ utiliza Severi destacando que os tipos de distinção geralmente assumidos são baseados na oposição: ou/ou levando-nos a escolher um dos pólos, excluindo os outros. Mas numa análise complexa, são propostas diferentes premissas para tal distinção: a *conexão e/e*, onde as oposições não são eliminadas, mas com a possibilidade de conexões num contexto em que haja a coligação, superando as oposições, não porque as contradições desaparecem, mas porque produzem mudanças que envolvem os agentes da oposição. Por isso, há de se “considerar como correlacionados (pensar contemporaneamente) tanto a diferenciação das identidades quanto às estruturas de conexão”. Assim, tal complexidade implica a relação entre contextos que se constroem conjuntamente.

O reconhecimento das complexas relações interculturais se traduz na possibilidade de mudança dos processos de exclusão estabelecidos pela adoção de mecanismos culturais hegemônicos, que contamina a visão de mundo nas relações como bipolarizado, dissociada dos antagonismos e contradições de que é composta a vida humana e que vê, de um lado, o centro, de outro, a periferia em relação de oposição, ignorando as contradições da história e as

¹⁵⁷ FLEURI, Reinaldo Matias. 2000, p.122.

ambivalências que constituem a estrutura da subjetividade humana e de seus sistemas de significação cultural.

Parafraseando Souza¹⁵⁸, “ver a realidade sempre e somente como uma alternativa entre dois pólos opostos [...] mata a complexidade da existência humana, mata a nossa forma de conhecer a nós mesmos e ao mundo circundante”.

A educação intercultural como desafio de ampliar nossa compreensão para além de uma visão exclusivista de dominações e resistências, recuperando na natureza humana o seu caráter de manifestações ambivalentes, antagônicas e contraditórias, co-habitando com a diversidade de estruturas e processos históricos, sociais e políticos e ainda como desafio de relações entre os diferentes sujeitos, constitui-se como o próprio *lugar do aprender*.¹⁵⁹

Como um impacto ao conceito de homem, o conceito de cultura destaca-se como um “conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento humano, [...] fornecendo o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar, e o que eles realmente se tornam, um a um”.¹⁶⁰

Entendendo a cultura como um processo relacional, dotada de uma dimensão do humano em níveis profundos (pessoal e coletivo), destaca-se como condição essencial para a existência do homem, sendo a base de sua especificidade.

Diferentemente dos animais inferiores, cujas fontes genéticas de informação ordenam suas ações, o homem possui capacidades inatas de respostas muito gerais. Sendo assim, sua capacidade de ação é mais complexa e criativa, que depende de sistemas de controle

¹⁵⁸ SOUZA, Maria Izabel Porto de. **Construtores de Pontes: explorando limiares de experiências em educação intercultural**. Florianópolis, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Programa da Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 18.

¹⁵⁹ FLEURI, Reinaldo M. 2003, p.11.

¹⁶⁰ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

extracorporais para orientar sua ação. A cultura então pode ser vista como “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam de ‘programas’) – para governar seu comportamento”.¹⁶¹

De acordo com sua identificação a estes diferentes universos de relações e identidades, as pessoas desenvolvem formas diferentes de se conduzir e de interpretar a realidade, assumindo seus sistemas de valores (religiosos, políticos, étnicos...), que servem para orientar suas ações e suas relações com os *outros*.

Do ponto de vista do indivíduo, estes símbolos são dados e encontrados em uso na comunidade em que vive, utilizando-os para se orientar na construção dos acontecimentos, através dos quais ele vive. “Sem a referência a padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o ser humano seria incapaz de governar seu comportamento, e sua experiência não apresentaria qualquer forma. A cultura – a totalidade acumulada de tais padrões – é, pois, uma condição essencial da existência humana e sua principal base de concretização específica”.¹⁶²

Segundo Souza¹⁶³, a “essência” do ser humano pode ser desenvolvida na relação entre sujeitos de culturas diferentes, buscando compreender os sentidos de suas ações no contexto dos padrões culturais de cada um, uma vez que a compreensão da cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade, dando possibilidades de conversar com eles.

Da idéia de essência, emana a idéia de *representação do outro* que, sob uma indeterminada natureza humana, elimina a diferença, homogeneiza os padrões culturais, e justifica a exclusão daqueles que não se adaptam a estes padrões culturais universalizantes, o que

¹⁶¹ GEERTZ, Clifford. 1989, p. 56.

¹⁶² FLEURI, Reinaldo M. 2003, p. 11.

¹⁶³ SOUZA, Maria I.P. 2002.

é passível de acontecer, quando se desconecta natureza de cultura, quando se naturaliza a existência humana. Por isso, não se trata de reduzir o outro ao que pensamos ou queremos dele, mas de abrir e dar passagem do desconhecido ao conhecido.

É assim, que somos convidados a elucidar nossos padrões culturais como mais um dentre os existentes, possibilitando o encontro com o diferente. Sob esta perspectiva, a educação intercultural preocupa-se com as relações entre sujeitos culturalmente diferentes, não buscando somente aprender o caráter de diversas culturas, mas também compreender os sentidos que suas ações assumem nos seus respectivos padrões culturais.

Na sociedade contemporânea não se sustentaria nenhum tipo de essencialização da cultura, na visão de Bhabha¹⁶⁴, uma vez que a natureza humana seria híbrida de identidades. Identidades num contínuo trânsito em que se cruzariam várias culturas, gerando *ambivalências*, *entre-lugares*, *espaços liminares*, num contínuo vaivém, abrindo fronteiras de articulação das diferenças culturais, formando sujeitos nos *entre-lugares* de raça, gênero, geração, classe, estabelecendo a passagem para “*um outro lugar*”, tornando improvável a dominação assimiladora de uma cultura sobre outra cultura ou a força de homogeneizações e etnocentrismos. O hibridismo como contaminação de culturas, não seria mais centrado numa única cultura, ao contrário, seria a fronteira enunciadora de diversas vozes e histórias que inventam novas culturas.

Baseado nisso, este autor destaca a existência de uma *fronteira cultural* que abre uma nova perspectiva de se ver a cultura, não mais como a *repetição* do passado (das idéias fixas e estáticas de cultura e de identidade) e nem como a *diferença* tornada absoluta (que intercede a um exclusivismo de essência), mas a busca do encontro com uma cultura híbrida e desconhecida,

¹⁶⁴ BHABHA, Homi K. 1998.

uma vez que considera os indivíduos não coisificados pela cultura, mas como sujeitos que intervêm na cultura, reelaborando-a, recriando-a, resignificando-a.

Esses hibridismos culturais que, através da intervenção criadora e da posição dos sujeitos humanos, estariam em contínuo percurso por margens deslizantes, espaços intersticiais, movimentos em diversas direções, constituindo um jogo miscigenado, que nos lançaria para *outros lugares e outras coisas*, transitando por territórios culturais diferentes, para o território do *inter* (entre-lugares), provocando um distanciamento do que, até então, era familiar, nos invadindo e nos desnorteando, exigindo novas significações, ou seja, para além da pura diferença cultural.

Para exemplificar o deslocamento da lógica binária através da qual as identidades de diferença são freqüentemente construídas (negro/branco, eu/outro), Bhabha¹⁶⁵, utiliza uma metáfora de Renée Green, utilizando a arquitetura do prédio de um museu: “usei a arquitetura como referência, usando o sótão, o compartimento da caldeira e o poço da escada para fazer associações entre certas divisões binárias como superior e inferior, céu e inferno. O poço da escada tornou-se um espaço liminar, uma passagem entre as áreas superior e inferior, sendo que cada uma delas recebeu placas referentes ao negro e ao branco”.

O poço da escada significando um espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, passa a ser o processo de interação simbólica, o elo de construção da diferença entre superior e inferior, negro e branco. O movimento do poço da escada (ir e vir) – temporal e de passagem que ele propicia – evita que as identidades se estabeleçam em polaridades a cada extremidade dele. Essa passagem intersticial entre identificações fixas, abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta.

¹⁶⁵ BHABHA, Homi K. 1998, p. 22

Bhabha¹⁶⁶ nos instiga a olhar um outro espaço – o espaço do hibridismo, das mestiçagens, das misturas – resultado do cruzamento descontínuo de várias expressões culturais, lançando-nos no espaço das ambivalências, onde o contraditório, o antagônico, o dissenso podem coexistir.

Esta concepção híbrida de cultura se coloca contrária a toda visão de bipolarização e dicotomização da realidade, considerando a realidade, não como a existência de pólos essenciais, mas de complexas redes interativas e híbridas; ela é sustentada na linguagem, dando ênfase a *enunciação da diferença cultural*, o que significa *ir além* do reconhecimento e do acolhimento das diversidades, da crítica aos racismos e discriminações de todas as ordens, de exclusões e inclusões, individuais e grupais como descrição do efeito de concepções preconceituosas e estereotipadas.

Este espaço de hibridismo possibilitaria a ultrapassagem de oposições dadas – dominantes e dominados -, não se tratando mais de uma coisa e nem de outra, e nem ainda a superposição de ambas as categorias, mas de um *entre-lugar* indo além e abrindo o desejo de *outro lugar e outra coisa*, podendo ser identificado como “novas possibilidades de relações pessoais e sociais entre sujeitos marcados por uma política de diferenças”.¹⁶⁷

É então, no cerne da fronteira cultural que se estabelecem as relações interculturais, dentro da possibilidade de uma fronteira não ser o ponto onde algo termina, mas o ponto no qual algo começa a se fazer presente; onde a responsabilidade ética para com o outro e para com o planeta sejam vividas; onde todas as diferenças culturais possam ser expressas e defendidas de toda e qualquer forma de dominação; onde a convivência com a diferença seja uma aprendizagem

¹⁶⁶ BHABHA, Homi K. 1998.

¹⁶⁷ FLEURI, R.M., SOUZA, M.I.P **Entre Limites e Limiares de Culturas: educação na perspectiva intercultural**. 2002, [No Prelo], p. 07.

contínua de invenção de articulações possíveis, negociadas, que nos possibilitem a convivência compartilhada, propondo,

[...] uma relação que se dá, não abstratamente, mas entre pessoas concretas. Entre sujeitos que decidem construir contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações estas que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade. Sobretudo, promovem mudanças estruturais nas relações entre grupos. Estereótipos e preconceitos – legitimadores de relações de sujeição e exclusão – são questionados, e até mesmo superados, na medida em que sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, de suas histórias e de suas opções.¹⁶⁸

Os aspectos de uma experiência de relação intercultural nos apontam desafios para a compreensão das relações humanas à medida que nos move a investigar as possíveis fronteiras culturais que ultrapassam as classificações e análises polarizadas.

A realização de descobertas recíprocas de “si mesmos”, numa troca de visões de mundo que expande a relação para além dos limites da exclusão, onde os sujeitos possam se ver como sujeitos híbridos, num “movimento de vaivém, sem aspirar a nenhum modo específico ou essencial de ser que pensa as coisas como categorias monolíticas e fixas”;¹⁶⁹ onde possa haver processos simbólicos de negociação ou tradução, tornando possível a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios; onde haja a ultrapassagem das bases de oposição de dominantes e dominados, tratando-se enfim, de um *entre-lugar* que contestaria os campos de ambas as categorias.

¹⁶⁸ FLEURI, R.M., SOUZA, M.I.P. 2002. p.13.

¹⁶⁹ BHABHA, Homi. 1998, p. 19.

3.2 Nos Limiares de Jogos de Contrastes: um breve debate sobre a construção de identidades

Como processo de descoberta, numa viagem de conhecimento, de aprendizado e de reconhecimento, a identidade é tomada como “o sinal referencial de um conjunto de costumes, práticas e significados, uma herança duradoura, uma categoria sociológica facilmente identificável, um conjunto de traços e/ou experiências compartilhadas”.¹⁷⁰

Cassab¹⁷¹, alerta ao fato de que a definição da categoria teórica de identidade como elemento conceitual articulador da análise sobre a produção da subjetividade na contemporaneidade, comporta alguns riscos. O mais imediato deles é o de, em uma leitura apressada, considerá-la como uma *segunda pele*, aderida ao sujeito, como um rótulo classificador, que funciona como clichê reificador e justificador de desigualdade.

As identidades são construções sociais com bases materiais e históricas, baseadas sobre percepções de conhecimento, maneiras de ver e de sentir experiências vividas de poder, ou seja, que conhecimento é legítimo e deve ser levado em conta, qual experiência deve ser celebrada, e como o poder entre os diferentes conhecimentos e experiências, pode ser negociado.

As pessoas se identificam de determinadas maneiras, com o intuito de protegerem suas formas de vida, de se unirem a quem lhes dá valor, de serem reconhecidas e sentirem-se como, efetivamente, pertencentes a um grupo, um clã, a uma tribo, a uma comunidade.

As identidades se constroem num processo de contestação e de luta, e estão sujeitas a múltiplas interpretações, não sendo marco fixo, nenhuma substância essencial que algumas

¹⁷⁰ TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 238.

¹⁷¹ CASSAB, Maria A.T. **Jovens Pobres e o Futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

pessoas compartilhem em virtude de sua origem, raça, filiação religiosa, preferência sexual, sexo ou classe, mas sim, um processo de aprendizagem, que depende do contexto e que efetivamente está aberto à interpretação.

Stuart Hall¹⁷², distingue três concepções de identidade muito diferentes. São elas:

- ❖ *Identidade do Sujeito do Iluminismo*: baseada na concepção da pessoa humana como sujeito centrado, dotado das capacidades de razão e consciência da ação, emergindo quando o sujeito nasce e permanecendo o mesmo ao longo de sua existência – ele nomeia de *concepção individualista*.
- ❖ *Identidade do Sujeito Sociológico*: sujeito não autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito valores, sentido e símbolos do mundo que ele habitava – chama-a de *concepção interativa*.
- ❖ *Identidade do Sujeito Pós-moderno*: produzida pelo processo de identificação em que nos projetamos em nossas identidades culturais, este sujeito não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente; ela é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ela é definida historicamente e não biologicamente, onde a identidade plenamente unificada, completa e segura, é uma fantasia.

Para este autor, “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”.¹⁷³ Assim, a identidade sendo definida historicamente, seria formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, de tal forma que à

¹⁷² HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

¹⁷³ *Op.Cit.*, p. 12.

medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais, poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. Hall¹⁷⁴ apresenta para análise da complexidade da identidade e hibridação de culturas, o caso de um juiz negro, que foi acusado de assédio sexual a uma mulher negra, sua funcionária. Várias possibilidades de identidades em jogo fluíram deste acontecimento. Alguns negros apoiaram o assediador, baseados na questão de raça; outros a ele se opuseram, tomando como base a questão sexual. Alguns ainda estavam divididos, dependendo do fator identitário que prevalecesse: seu sexismo ou seu liberalismo. As mulheres negras estavam divididas, dependendo da forma como se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres brancas estavam divididas, conforme sua posição ou manifestação de apoio ao feminismo. Além disso, as fragmentações identitárias eram também atravessadas pela relação entre um membro da elite judiciária e uma funcionária subalterna, trazendo para dentro do jogo a questão da classe social.

Nessa experiência de jogo de identidades e suas conseqüências políticas, Hall¹⁷⁵, destaca os seguintes elementos: que as identidades eram contraditórias, se cruzando ou se deslocando mutuamente; que as contradições atuavam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto *dentro* da cabeça de cada indivíduo; que nenhuma identidade singular, como de classe social, por exemplo, podia alinhar todas as diferentes identidades, como uma *identidade mestra*; que existem hoje identificações rivais e deslocantes, emergentes de novas identidades oriundas dos novos movimentos sociais (o movimento negro, por exemplo); que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou

¹⁷⁴ HALL, Stuart. 1998, p. 18-20.

¹⁷⁵ *Op.Cit.*

representado, num processo descrito como uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política da *diferença*.

Sarti¹⁷⁶, considera as identidades como definidas em função das relações a que os indivíduos estão expostos, baseadas nos processos de *identificação* – pela necessidade de afirmação em um grupo de referência – e de *diferenciação* – pela necessidade do contraste para sua direção positiva, sendo *identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes*.

As identidades dependem ainda da “historicidade das lutas que exerceram influência sobre a consciência social em dado momento cronológico, fazendo da experiência, e da consciência da experiência, um processo importante de compreensão, e sentido pelos indivíduos que tentam compreender as condições de suas vidas”, sendo “um processo agônico, como uma complexa e enroscada mistura de prazer e dor, e que envolve o fazer sentido em nível individual, mas que também pode ser proclamada no nível das comunidades e dos movimentos sociais. Por isso, a conscientização ultrapassa a amplitude da consciência psicológica individual; ela é de fato um fenômeno que vai além da consciência psicológica de Freud (o superego), além da própria consciência individual, estando plenamente envolvida com a consciência histórica ou coletiva, isto é, com o assim chamado campo da intersubjetividade”.¹⁷⁷

A identidade tomada como *processo de construção* e não compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com outros grupos distintos, não deve ser pensada como *coisa*, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo,

¹⁷⁶ SARTI, Cyntia. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

¹⁷⁷ TORRES, Carlos Alberto. 2001, p. 245.

seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas, “não podendo entender essa construção sem o contexto onde ela se dá”.¹⁷⁸

Para explicar isso, Montes¹⁷⁹, utiliza a história dos escravos negros libertos, que nos finais do século XIX, voltaram para a Nigéria. Esses negros, que aqui no Brasil eram *africanos*, ao chegarem na Nigéria descobrem, assustadíssimos, que lá são *brasileiros!*

Na Nigéria eles eram chamados negros brancos, e causavam o maior espanto, simplesmente porque eram católicos. Como a maioria dos negros à sua volta era protestante e apenas os padres eram católicos, eles eram negros brancos porque, no sistema de relações em que se encontravam, a cor tinha deixado de ser relevante, tinha simplesmente sumido, para que eles pudessem ser identificados, em função desse contexto que permitia, de lado a lado, o jogo da identificação. Esses mesmos negros, que eram aqui os africanos, acusados de serem fetichistas, lá viraram católicos, pois ao chegarem, começaram a valorizar a comida, a arquitetura e uma série de outros signos identificatórios deles enquanto brasileiros, já que isso os distinguiu dos outros negros, com os quais mantinham relações, e lhes permitia adquirir uma nova posição de prestígio e poder.

Observem, então, que esse jogo extraordinário, esse quiproquó maravilhoso, mostra como a identidade se afirma enquanto resultado de um processo, situada num dado contexto, e em função de um sistema de relações sociais, fundado num jogo determinado de interesses. É um conceito relacional e contrastivo, com uma dimensão política sem a qual é impossível entendê-lo. Entretanto, por mais que se diga que a identidade é uma construção, ela não é aleatória; está fundada em determinados elementos estruturais que não podem ser negados.¹⁸⁰

¹⁷⁸ MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, e invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. et.alli. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Estação Ciência, 1996, p.56.

¹⁷⁹ *Op.Cit.*

¹⁸⁰ *Op.Cit.*, p. 60.

Nos defrontamos então, com um ciclo ininterrupto de construção de identidades, num jogo de contrastes, com elementos que não são aleatórios, mas que são, no entanto, re-significados de acordo com o contexto, de interesses e de posições de poder, que fazem com que um grupo reivindique uma nova visibilidade dentro da sociedade.

Assim, a identidade significa então, “um recorte num jogo de identificações, que vai permitir a um determinado grupo reconhecer-se e ser reconhecido pelas características que o identificam e que o distinguem dos demais, segundo essas categorias ele se identifica, e é pelos outros identificados”.¹⁸¹

Baseando-se nisso, surge a indagação: de que maneira se processa a formação dos sujeitos nesse *entre-lugares*?

Desta forma, por acreditar na possibilidade de uma experiência positiva em torno da adoção inter-racial e na possibilidade da formação de uma família que se pode denominar de multirracial, é que nesse contexto, destacamos a família como instituição primordial e primeira, na formação de identidades em crianças.

3.3 Trajetos de Experiências Interculturais: a família como instituição intercultural por excelência

Segundo Amaral¹⁸², educar é transmitir e reproduzir valores, perpetuá-los ou transformá-los, visando a existência futura de uma pessoa ou grupo sendo, portanto, o principal agente ideológico e transformador da sociedade e uma das mais importantes tarefas que ela se

¹⁸¹ MONTES, Maria Lúcia. 1996, p. 63.

¹⁸² AMARAL, Rita. **Educar para Igualdade ou para Diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras.** Disponível em: <www.aguaforte.com/antropologia/educarparaque.html>. Acesso em: 15/04/2003.

propõe. Entre as instituições sociais que moldam e regulam valores, a mais importante é a família, com seus padrões de ‘técnicas’ de criação e educação de crianças. São as práticas educacionais e de socialização que originam traços que formam, mais tarde, os traços culturais gerais de um grupo.

Educar para os valores – considerando-os como sistemas simbólicos de opções de um grupo social que orientam as opções pessoais de seus integrantes - implica desenvolver a capacidade humana de decidir os sentidos de sua ação cotidiana em relação com as opções que se configuram coletivamente, no contexto de uma comunidade que compartilha os mesmos referenciais culturais.¹⁸³

A tensão aumenta quando se considera a relação entre sujeitos e entre grupos que se identificam com valores e culturas diferentes. “O confronto entre uma pessoa e outra, entre um grupo e outro, pode configurar processos de sujeição, de exclusão, ou até mesmo de eliminação de um pelo outro”. Ou, ao invés disso, “pode gerar processos de aprendizagem recíproca, não só no sentido de que uma pessoa se educa mediante a relação com outra, mas também no sentido de que uma cultura se transforma ao interagir com outra”.¹⁸⁴

As relações entre os diferentes sujeitos como *lugar do aprender*, leva-nos a concordar com Brandão¹⁸⁵, quando afirma que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender a ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação”.

¹⁸³ FLEURI, Reinaldo M. 2003.

¹⁸⁴ FLEURI, R. M. SOUZA, M.I.P. 2002, p. 10

¹⁸⁵ BRANDÃO. C.R. **O Que é Educação**. 14ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 08.

Segundo Miotto¹⁸⁶, esta afirmação comporta pelo menos três aspectos. O primeiro diz respeito à universalidade da educação em que sua experiência não é privilégio de algumas pessoas ou grupos, mas é comum a todos os homens, em todos os lugares. O segundo decorre do primeiro e define a educação como inerente à própria vida, não decorrendo em determinado espaço de tempo, mas como processo contínuo dentro de uma relação que não dissocia vida de educação. O terceiro é o fato de que a educação implica relação entre pessoas, não se restringindo à área do saber, no sentido estrito do conhecimento, mas permeia todo o relacionamento humano, através do qual se aprende a conhecer, a sentir, a fazer, a conviver e a ser.

A família é uma das instituições mais antigas de educação e “mesmo os grupos que como os nossos dividem e hierarquizam tipos de saber, de alunos e de usos de saber, não podem abandonar por inteiro as formas livres, familiares e/ou comunitárias de educação. Em todos os cantos do mundo, primeiro a educação existe como um inventário amplo de relações interpessoais no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinhos-irmão da mãe, irmão mais velho-irmão caçula, e assim por diante. Esta é a rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana”¹⁸⁷. A escola então, como um “sistema pedagógico controlado por um poder externo a ele, atribuído de fora para dentro a uma hierarquia de especialistas e destinado a reproduzir a desigualdade através da oferta desigual do saber, é uma conquista tardia da história da cultura”¹⁸⁸.

Para Miotto¹⁸⁹ então, a família é um dos espaços experienciais mais importantes, porque além de representar o fruto das experiências de relações entre homens, nas quais todos os

¹⁸⁶ MIOTTO, Regina C.T. **Família e Educação**. Campinas-SP, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.

¹⁸⁷ BRANDÃO, C.R. 1985, p.31-32.

¹⁸⁸ *Op. Cit*, p.32-33.

¹⁸⁹ MIOTTO, Regina C.T. 1989.

seus integrantes estão simultaneamente inseridos (pai e filho, adulto e criança), as experiências de relações que se realizam no interior da família marcam profundamente a forma de ser de cada homem frente ao mundo.

A família, enquanto lugar constituinte da estrutura cultural, foi se transformando através dos tempos, em sentido estrutural e global, como tradução do sentido que os homens foram dando a sua existência. Como lugar comum de todos os homens, em todas as épocas, pode ser tomada como o ponto de encontro da cultura, e como a única instituição cujos membros têm uma história comum e a profundidade das relações nela estabelecidas, e lhe garante um futuro, se não juntos, pelo menos interligados.

O grande argumento de que a família é um espaço intercultural por excelência nos é dado por Lévi-Strauss¹⁹⁰. Segundo este autor, com a invenção universal do tabu do incesto, a família assinala o momento da passagem da natureza à cultura. As teses sobre a família como fato natural, fundado sobre a essência biológica do ser humano, caem por terra, expressando a passagem do fato natural da *consangüinidade* para o fato cultural da *afinidade*.

A solução estrutural do enigma do incesto, dada pelo autor, assinala uma viravolta para as ciências do homem: expressa a passagem do fato natural da *consangüinidade* para o fato cultural da *afinidade*. A proibição do incesto é a regra de reciprocidade por excelência, e a exogamia é sua expressão enquanto regra fundamental do parentesco, “obrigando” a casar com o “outro”, isto é, com um membro de outro clã. A troca recíproca das mulheres significa assegurar a circulação contínua dos bens por excelência que o grupo possui, ou seja, suas mulheres e suas filhas.

¹⁹⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. O Problema do Incesto. In. CANEVACCI, Máximo (org.) **Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Para Lévi-Strauss¹⁹¹,

[...] a proibição do incesto não é tanto uma regra que proíba casar com a mãe, com a irmã ou com a filha, mas, sobretudo uma regra que obriga a ceder a outros a mãe, a irmã ou a filha. É a regra do dom por excelência. E é precisamente esse aspecto, desconhecido com muita freqüência, que permite compreender seu caráter: todos os erros de interpretação da proibição do incesto nascem da tendência a ver no casamento um processo descontínuo que, em todos os casos singulares, extrai de si mesmo os próprios limites e as próprias possibilidades.

Com a proibição do incesto emerge a garantia da vitalidade dos grupos humanos, excluindo assim, a possibilidade de ver a família biológica como um sistema fechado de relações, determinando, através de seu caráter social, as regras para a formação dos pares e os meios para ligar as pessoas entre si.¹⁹²

Segundo Miotto¹⁹³, a partir da descoberta das determinações de Lévi-Strauss, foi possível estabelecer toda uma rede de relações entre a qual o indivíduo está inserido, não como indivíduo isolado, mas como indivíduo relacionado. Cita um exemplo: “a maternidade não significa apenas a relação de uma mulher com um filho, mas também sua relação com outros membros do grupo, como irmã, como esposa, como prima ou como estranha, do ponto de vista do parentesco. Então, as relações de parentesco, ao mesmo tempo em que definem o indivíduo dentro do grupo, determinam os que estão incluídos no grupo e excluem os outros”.

Solucionado o enigma da proibição do incesto, pode-se ver claramente que a família não está calcada na essência biológica do homem: por isso, pode-se afirmar que a família é como um fato cultural historicamente determinado e intercultural por excelência.

¹⁹¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. 1985, p. 190.

¹⁹² MIOTTO, Regina C.T. 1989.

¹⁹³ *Op.Cit.*, p.20.

Pode-se assegurar então, que a família é um dos lugares privilegiados de educação intercultural, pois nela coexistem sempre algumas culturas, tanto de famílias diferentes, como entre membros que se identificam por outras referências, como por exemplo, as gerações (criança, jovem, adulto, idoso), o gênero (homem, mulher, homossexual), a etnia e a pertença regional (negro, índio italiano, gaúcho...), entre outros. A partir de sua identificação com diferentes universos de relações e identidades, os membros desenvolvem diversas formas de se conduzir e interpretar a realidade, assumindo seus valores (religiosos, políticos, étnicos...) que, por sua vez, orientam suas opções e relações com outras pessoas e com outros grupos.

Atualmente a família vem sendo definida e discutida a partir de referências e de lugares diferentes, entre essas definições. Por isso, podemos entendê-la como “um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes”.¹⁹⁴

Podemos entender família também, como um “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.¹⁹⁵ Nesse sentido a família é o espaço onde aprendemos a ser e conviver, ou seja, é a matriz da identidade individual e social. Enquanto mediadora das relações entre sujeitos e coletividade, a família encerra um projeto de

¹⁹⁴ SZYMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº. 71 – Edição Especial. São Paulo:Cortez, 2002, p. 10

¹⁹⁵ MIOTO, Regina C.T. Cuidados Sociais Dirigidos à Família e a Segmentos Sociais Vulneráveis. In: CFESS, ABEPSS, CEAD/NEB-UNB (org). **O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais**. 1ed, v.4, Brasília: NED-CEAD/UNB, 2000, p.216.

vida baseado na solidariedade entre gerações, ao mesmo tempo em que é geradora de formas comunitárias de vida.

Sarti¹⁹⁶, no seu estudo sobre famílias de classes populares destaca que a importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família, dada a escassez atual de serviços de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos, como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, já que o processo de adaptação ao meio social e a vida cotidiana dos pobres, é mediado pela família. As relações estabelecidas ali fundam-se num código de lealdades e de obrigações recíprocas, próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito, um valor para os pobres.

Assim,

[...] a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social: a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.¹⁹⁷

Podemos dizer então, que as famílias podem ser simultaneamente descritas como instituições *fortes*, por serem um componente central da integração social, mediante a qual, os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a exclusão, e ainda porque é nelas que se dá a reprodução, e onde são transmitidos valores culturais básicos; e *frágeis* pelo fato de que não estão livres de despotismo, violência, confinamentos, desencontros e rupturas.

¹⁹⁶ SARTI, Cyntia. 1996.

¹⁹⁷ *Op.Cit.* p. 33.

A família ensina o homem a lidar com a própria vida, dando-lhe estruturas de relacionamento que lhe permitirão estabelecer outras relações com os homens.

É nela que se aprende a língua, a expressão cultural por excelência e o instrumento privilegiado no relacionamento, entre os homens. É dentro dela que se aprende a lidar com os fatos naturais da vida, sexo, nascimento e morte, a partir da vivência que se tem dos mesmos e da transmissão de toda a história mítica da cultura afeita a eles. É pela educação da família, enfim, que é possível estabelecer uma continuidade entre gerações.¹⁹⁸

A família se define assim, como o lugar de acolhimento do homem, e tem a difícil tarefa de constituí-lo como sujeito, e percorrer com ele o caminho da cultura, fazendo com que, além de reconhecer-se a si mesmo, carregue dentro de si estruturas de relacionamento que o identifiquem como parte integrante do grupo, e que lhe permitam relacionar-se com outros homens, integrar-se em outros grupos.

As relações e as trocas estabelecidas na família, que são carregadas de afetos, imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, definindo direções no modo de ser perante aos fatos da vida e aos outros: essa é a base sobre a qual a criança irá constituir sua identidade e desenvolver futuros relacionamentos com objetos, idéias e pessoas.

¹⁹⁸ MIOTO, Regina C.T. 1989, p. 23-24.

CAPÍTULO IV

“CELEBRAÇÃO DAS DIFERENÇAS¹⁹⁹”: A BUSCA DO ENCONTRO NUMA EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO INTER-RACIAL

Conforme colocamos na introdução este estudo, foram poucas as pessoas que se dispuseram a estudar sobre a adoção inter-racial. Nesse universo, os estudos apresentados são, em sua grande maioria, quantitativos e que destacam o preconceito racial de postulantes à adoção. Alguns autores internacionais, têm abordado o problema da adoção inter-racial, enfatizando principalmente, seus efeitos psicológicos.

A temática da adoção inter-racial é bastante complexa, fazendo emergir diversos aspectos, desde a sua realização até o processo relacional entre etnias e culturas diferentes, estabelecidos na nova família. Por isso, destacamos o diferencial deste estudo, propondo que, num processo de relações familiares, baseadas no diálogo, na troca de experiências, na reciprocidade entre sujeitos diferentes, possam se traduzir identidades múltiplas onde todos constroem e reconstroem a própria identidade.

Quanto ao universo pesquisado, ressaltamos que o projeto inicial compreendia, três famílias, com as quais tivemos contato por meio de encontros destinados aos grupos de apoio à adoção. Num primeiro momento, tínhamos a intenção de trabalhar com famílias, cujos filhos tivessem idade inferior a 15 anos, e que estivessem em diferentes “fases de crescimento”, como por exemplo, um na pré-adolescência (aproximadamente 12 anos), outro na meia infância (aproximadamente 8 anos) e, ainda um no início da infância (aproximadamente 2 anos).

¹⁹⁹ O termo celebração da diversidade/diferenças, está sendo atualmente utilizado por alguns pesquisadores para designar a possibilidade de respeito ao diferente a partir do diálogo, na certeza de que há a possibilidade de conviver harmoniosamente, apesar de tantas diferenças.

Porém, os sujeitos da pesquisa foram modificados, devido a alguns obstáculos enfrentados durante a fase exploratória. Mas tais mudanças não interferiram no conhecimento da realidade estudada. Desta forma, o universo restringiu-se a apenas uma família, que realizou uma adoção inter-racial, e que reside numa cidade do litoral do estado de Santa Catarina. Destacaremos nas próximas linhas, as especificidades da pesquisa proposta neste trabalho.

4.1 O que Pretendemos Buscar: dos objetivos geral e específicos da pesquisa

4.1.1 Objetivo Geral

- ❖ Discutir a adoção de criança negra por família branca, buscando conhecer as particularidades de uma relação entre sujeitos diferentes, num contexto multicultural: as múltiplas relações estabelecidas na família, com muitos sujeitos, tendo como referência, diferentes culturas.

4.1.2 Objetivos Específicos

- ❖ Identificar a existência do processo de reciprocidade e dialogicidade nas relações familiares, visando o reconhecimento das diferenças neste espaço;
- ❖ Conhecer as experiências ligadas à discriminação racial (positivas ou negativas) que favoreceram ou dificultaram o processo de identificação social dessa criança;
- ❖ Compreender como ocorrem as interlocuções familiares com outras instituições, com as quais a família está relacionada, como por exemplo, a escola;
- ❖ Identificar as formas com que são construídas as relações inter-raciais nessa família, e como lidam com essa questão.

4.2 De que Maneira Trabalhamos: dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Ocupando lugar central no interior das teorias sociais, a metodologia faz parte da visão de mundo nelas contidas, constituindo-se como caminho e instrumental de abordagem da realidade: “o próprio processo de desenvolvimento das coisas”.²⁰⁰

A pesquisa seria então, “[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.²⁰¹

4.2.1 Tipo de Pesquisa

Tradicionalmente, a presente pesquisa seria classificada como *Pesquisa Aplicada*. Mas, usando uma classificação alternativa de Pesquisa Social²⁰², esta será uma *Pesquisa orientada para o problema específico*, onde os resultados são previstos para ajudar a lidar com problemas práticos e operacionais.

Quando pensamos em realizar tal pesquisa, procuramos conhecer as conveniências e a utilidade de cada método disponível, que estivesse relacionado com os objetivos propostos. Minayo²⁰³ aponta para o fato de que as pesquisas sociais, que buscam um maior aprofundamento da realidade e do tema que ora se pretende abordar, não podem ficar restritas ao referencial apenas quantitativo.

²⁰⁰ MINAYO, Maria.C. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ed. São Paulo: HUCITEX-ABRASCO, 1993, p.22

²⁰¹ *Op.Cit.* p. 23

²⁰² Classificação utilizada por Minayo (1993).

²⁰³ MINAYO, Maria C. 1993.

Baseado nisso, além de ser uma *Pesquisa Orientada Para o Problema Específico*, ela possui caráter qualitativo, caracterizando-se por uma natureza teórica - empírica, que não pretende apenas constatar fenômenos, mas, na medida do possível, mediá-los com a totalidade, e respaldá-los com os devidos referenciais teóricos.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; elas, de acordo com Chizzotti²⁰⁴, fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. Por possibilitar a participação, a compreensão e a interpretação do entrevistador, como parte do processo de conhecimento, atribuindo um significado através da interpretação de um fenômeno, decidimos optar por este tipo de pesquisa.

4.2.2 Coleta de Dados

Respeitando o fato de que os procedimentos metodológicos devem estar de acordo com o objeto a ser pesquisado, e que os mesmos devem ser fidedignos, válidos e eficientes para atingir os resultados esperados, optamos por um instrumento de coleta de dados, que melhor se adaptou ao objeto estudado.

Para o delineamento do objeto, dividimos a pesquisa em etapas: a primeira, que aconteceu concomitantemente - a revisão de literatura e a construção do marco teórico, destacando as categorias centrais do trabalho, os conceitos e as noções utilizadas por diferentes autores; a segunda, com a coleta de dados, trabalhando com o Estudo de Caso; e por fim, a análise dos dados coletados.

²⁰⁴ CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Com base nos objetivos propostos, esta pesquisa também se classifica como uma *Pesquisa descritiva*, porque possibilitou a descrição das características da família, e como uma *Pesquisa Exploratória*, porque conduziu a familiarização com o problema, visando tornar mais explícito o aprimoramento de idéias estimulando a compreensão do problema.²⁰⁵

Quando definimos os objetivos do trabalho, não nos restringimos num trabalho de campo neutro, mas baseados em referenciais teóricos e também em aspectos operacionais, que envolvem questões conceituais, já que o “campo social não é transparente e, tanto pesquisador como atores, sujeito-objeto da pesquisa interferem dinamicamente no conhecimento da realidade”.²⁰⁶

4.2.3 Instrumento de Coleta de Dados

O Estudo de Caso na pesquisa qualitativa caracteriza-se fundamentalmente, pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.²⁰⁷

Essa técnica de pesquisa supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente, a partir da exploração intensa de um único caso. Prática caracterizada pela reconstrução da história do indivíduo, o estudo de caso pode ser visto como “um conjunto de dados que descrevem uma fase ou totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias

²⁰⁵ GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

²⁰⁶ MINAYO, Maria C. 1993. p. 107

²⁰⁷ GIL, Antônio C. 1991. p.58.

relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação”.²⁰⁸

E, por viabilizar a consideração de vários aspectos relativos ao fato estudado e dentre todas as técnicas de interrogação apresentar maior flexibilidade, elencamos, como instrumento de coleta de dados, a *Entrevista*, definida como uma “[...] conversa [...] feita pelo entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.²⁰⁹

Optamos por esta técnica de trabalho de campo, por apresentar-se também como “[...] uma forma de interação social [...], uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”²¹⁰ e por permitir colher informações “ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar ‘subjetivos’. Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais”.²¹¹

Como instrumento privilegiado de coleta de dados nas ciências sociais, e por revelar condições estruturais, como sistemas de valores, normas, o tipo de entrevista aqui utilizado, foi da *entrevista parcialmente estruturada*, que segundo Gil²¹², “[...] é guiada por uma relação entre pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. Essa forma de entrevista combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto, sem respostas ou condições pré-estipuladas pelo pesquisador.

A entrevista semi-estruturada parte da elaboração de um roteiro, consistindo em enumerar da forma mais abrangente possível, as questões que o pesquisador quer abordar,

²⁰⁸ GIL, Antônio C. 1991, p. 59.

²⁰⁹ MINAYO, Maria C. 1993, p.108.

²¹⁰ GIL, Antônio C. Metodologia de Pesquisa em Serviço Social. **Cadernos Técnicos**. nº. 23. Brasília: SESI-DN, 1996, p. 63-69.

²¹¹ MINAYO, Maria C. 1993, p.109.

²¹² GIL, Antônio C. 1991, p. 92.

partindo dos pressupostos ligados ao objeto de investigação. O entrevistador não se apega a perguntas prefixadas, para fazer intervenções, que visem aprofundar o nível de informações ou opiniões dos entrevistados.

Nessa entrevista semi-estruturada/não-estruturada, o roteiro serviu apenas de orientação para o pesquisador, onde a ordem dos assuntos abordados, não abrangeu uma seqüência, sendo determinada por ênfases definidas pelos próprios entrevistados.

Além da entrevista, utilizamos a técnica da observação como complementação de informações, uma vez que “a observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência começou a estudar, e portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso”.²¹³

Através de uma atenção receptiva a todas as informações prestadas, quaisquer que sejam, intervindo com discretas interrogações de conteúdo, com sugestões que venham a estimular a expressão de questões que interessem à pesquisa, a observação foi realizada durante o período de contato com a família, observando o contexto familiar, o espaço de moradia, a casa, os compartimentos, os detalhes expressos, os álbuns de fotografias, os porta retrato (considerando que selecionamos as fotos mais importantes para expor em algum ponto da casa).

²¹³ BECKER, Howard S. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 118.

4.2.4 Registro dos Encontros

Para que pudéssemos contar com todo o material fornecido pelo informante, utilizamos a gravação como instrumento de armazenamento dos dados coletados, complementadas por informações gerais sobre atitudes e comportamentos, transcritas através de notas pelo entrevistador, transformadas em indicadores para análise posterior.

4.2.5 Análise dos Dados

A análise e a interpretação dos dados consistem em “estabelecer uma compreensão dos dados coletados; confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-se ao contexto cultural da qual faz parte”.²¹⁴

Segundo Minayo²¹⁵, os pesquisadores costumam encontrar três obstáculos quando partem para análise dos dados obtidos na pesquisa de campo: o perigo da apreensão espontânea, como se o real se mostrasse nitidamente ao entrevistador; o obstáculo que leva o pesquisador a sucumbir à magia dos métodos e técnicas, esquecendo-se da fidedignidade às significações presentes no material e referidas a relações dinâmicas; e a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no trabalho de campo.

Por isso, a análise do material recolhido no trabalho de campo, busca sempre atingir alguns objetivos: a *ultrapassagem da incerteza*, o *enriquecimento da leitura* – ultrapassagem do olhar imediato - e a *integração das descobertas* - indo além das aparências.

²¹⁴ MINAYO, Maria C. 1993, p.68

²¹⁵ *Op.Cit.*

A expressão mais utilizada nas ciências sociais para designar o tratamento dos dados na pesquisa qualitativa é *Análise de Conteúdo*, caracterizada por

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.²¹⁶

Buscando atingir os significados no material qualitativo, algumas técnicas de *Análise de Conteúdo* têm sido desenvolvidas, como a *Análise de Expressão*, *Análise de Relações*, *Análise Temática (de Avaliação ou Representacional)* e *Análise da Enunciação*.

A análise de dados trata de classificar, categorizar, compilar dados, descrevê-los, analisá-los e chegar a conclusões a respeito das hipóteses levantadas no início da pesquisa, para confirmá-las ou para refutá-las.²¹⁷ Nesta pesquisa, utilizamos como procedimento de análise de dados, a técnica da *Análise da Enunciação* que trabalha com o continente do discurso e suas modalidades, e com as condições de produção das palavras, partindo do princípio que “a estrutura de qualquer comunicação se dá numa triangulação entre o locutor, seu objeto de discurso e o interlocutor. Ao se expressar, o locutor projeta seus conflitos básicos através de palavras, silêncios, lacunas”.²¹⁸

A análise da Enunciação apóia-se na concepção de comunicação como um processo, e não como um dado estático, e ainda, do discurso como palavra em ato, por isso, a entrevista é seu material privilegiado.

²¹⁶ Bardin, citado por MINAYO, Maria C. 1993, p.199.

²¹⁷ CHIZZOTI, Antônio. 1998.

²¹⁸ MINAYO, Maria C. 1993, p. 206.

4.2.6 Procedimentos Éticos

Respeitando o fato de que, todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais, baseamo-nos na Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, que incorpora quatro referenciais básicos – autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça – para a realização desta pesquisa.

Utilizamos como principais aspectos éticos, a ponderação de riscos e benefícios, primando sempre em favorecer, evitando danos aos sujeitos envolvidos e, respeitando sua dignidade. Realizamos as entrevistas somente após o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados, optando por uma linguagem clara para que tomassem conhecimento dos objetivos da pesquisa, bem como seus possíveis riscos e principais benefícios.

Esta pesquisa foi aprovada²¹⁹ pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, pelo processo de nº 231/2002, por unanimidade, em reunião deste comitê, do dia 24 de fevereiro de 2003.

4.3 Retratos de uma Família Multirracial: uma experiência vivenciada

Conforme a proposta metodológica do referencial escolhido, descreveremos o contato que tivemos com uma família (pais brancos) que decidiu adotar uma criança negra (adoção inter-racial).

O primeiro encontro, foi através do VII ENAPA – Encontro Nacional de Pais Adotivos e Grupos de Apoio à Adoção – em Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, em maio de 2002. Neste evento, ao final de uma das oficinas, ao relatar as dúvidas e alguns dados

²¹⁹ Parecer dado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, em anexo.

adquiridos sobre a adoção inter-racial, houve manifestação e interesse por parte de um homem, o Sr. João, cuja família havia adotado uma criança negra, colocando-se a disposição para auxílio neste estudo.

Definida a metodologia a ser seguida, foi no momento da coleta de dados, que entramos em contato, por telefone com a família. Uma Senhora com nome de Laura, atendeu-nos com boa receptividade e atenção, concordando amigavelmente com o processo de coleta de dados ora proposto, dispondo-se em contribuir, dentro das suas possibilidades, no que fosse necessário para a realização do estudo. Assim, marcamos a data e o horário de nosso encontro, propriamente dito.

No dia e hora já estipulados, fomos recebidos e acolhidos pela família durante praticamente o dia todo. Cada momento era importante: entre observações, consulta a fotografias e álbuns de fotos (iconografia), conversas informais e uma entrevista semi-estruturada, iniciamos o confronto teórico prático.

A família composta pelo pai, Sr. João, pela mãe, Sra. Laura e pelos três filhos: Iara de um mês (biológica), Inajara de dois anos e meio (biológica) e André, de treze anos e meio (por adoção); contava neste dia, com a visita da avó materna e de uma tia, que residia em outra cidade, fatores que motivaram ainda mais nosso trabalho.

Inicialmente, o Sr. João mostrou as dependências da casa, os quartos do casal, do André, e da Iara, enquanto a Sra. Laura e sua mãe, avó de André, encaminhavam o Almoço. Logo percebemos, o grande apego pelas fotografias, pois estavam presentes no quarto do casal, lembrando os bons momentos da família, como o casamento, as festas de Natal, os filhos, as viagens...

Um outro dado interessante, é que numa parede do corredor da casa, observamos diversos quadros com fotos, que, segundo o Sr. João, são de seus antepassados e de sua esposa,

fato que consideramos um tanto raro, pois fotos antigas em destaque na casa, é um importante indício da valorização da família.

Esta família expressou uma cumplicidade intensa entre seus membros, com tratamentos de carinhos, pela maneira de falar uns com os outros, e ainda pelos toques, gestos e olhares que marcam o sentimento da união.

Os filhos, são tratados por “filho” e “filha”, não expressando diferenciações entre o filho por adoção, e as duas filhas biológicas.

Sobre isso, o Sr. João contou-nos um fato inusitado:

[...] quando a Laura ficou grávida, nós o [André] levávamos sempre conosco no pré-natal, nas ultra-sonografias, ele sempre via a Inajara no monitor; só um dia que ele ficou um pouco triste, e perguntei: o que que foi filho? - ele disse: é comigo foi tudo diferente. Expliquei pra ele, que Deus escolheu caminhos diferentes, mas o amor é o mesmo, e nunca mais perguntou. Ele tem muito carinho pela Inajara, cuida dela, brinca com ela...

Numa conversa informal com o André, sobre escola, preferências e desejos, notamos que parecia ser bastante tímido – percepção desenvolvida durante todo o tempo em que estivemos com sua família, porém muito atento em todas as nossas conversas. Quando conversávamos, individualmente, somente respondia: soube destacar o que queria, o que gostava e o que achava importante, como os times de futebol que admira, o gosto pela Argentina –país de origem do pai-, a sua vontade de cursar medicina, as viagens que fez com a escola...

Depois de familiarizados com a morada, passamos a vivenciar um pouco a vida de André, através de fotos que ele mesmo mostrou, a pedido do pai. Primeiramente apontou fotos de algumas viagens com a escola. Não satisfeitos com isso, pedimos para que trouxesse mais fotos, e então, levou-nos até um quarto de televisão, localizado nos fundos da casa, onde guardava um

quadro com álbuns, nos quais continham poucas fotos de André e das outras duas meninas, compostos, na sua maior parte, por fotos das viagens do casal.

Dentre as poucas fotos, recordava o André, a primeira comemoração de Natal em que estava presente na família, resumida em dois retratos: um deles aparecia com toda a família da Sra. Laura e outra, estava somente o casal, André, e Papai Noel, que segundo o ele, a cada ano é representado por um tio diferente. A comemoração de seu primeiro aniversário junto com a nova família, também, fazia parte do pequeno acervo fotográfico do menino.

A mesa estava posta, e após uma oração de agradecimento, inclusive por nossa presença naquele lar, o almoço foi servido.

Estando todos satisfeitos, iniciamos uma conversa informal, que nos permitiu tocar no assunto da adoção do André. Então, sugerimos a gravação da conversa, incluindo algumas perguntas sobre a caracterização da família e as particularidades do processo de adoção. E assim, iniciamos efetivamente a entrevista.

A família pesquisada é de classe média, com renda familiar em torno de dez salários mínimos, onde o Sr. João, atualmente com 35 anos, tem o terceiro grau completo, com graduação em Direito, e trabalha como funcionário público municipal, e, a Sra. Laura, atualmente com 38 anos, com o terceiro grau incompleto, na área de processamento de dados, trabalha como funcionária do poder judiciário, sendo possuidores de casa própria.

Conta-nos o Sr. João, que entre o casal já existia o interesse na adoção e, logo após o casamento, surgiu uma criança recém-nascida que tinha sido abandonada no hospital, que já despertava o interesse de outro casal devidamente cadastrado no Juizado da Infância e da Juventude daquela cidade e que teriam preferência pela adoção. Sem intenção de prejudicar ninguém, João e Laura não insistiram neste caso.

[...] falei que não queríamos prejudicar ninguém, que queríamos adotar para ajudar e se não tivesse ninguém interessado. Ai então falou que tinha uma criança de oito anos, e então senti na hora que era ele. E ele falou: mas ele é negro. E eu disse, não tem problema é ele mesmo, porque a gente sente na pele. E então quando ele falou que o André era assim, eu já disse: é ele mesmo, e não tem problema de idade, de raça. (Sr. João)

Foi quando souberam do caso do André, que chegou ao conhecimento da Sra. Laura no seu trabalho, onde é assessora do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, e por já ter acompanhado uma das audiências envolvendo o menino.

Conta o casal, que André vivia num abrigo no Rio de Janeiro, e lá, foi adotado por uma família, onde o pai pertencia a corporação da Marinha do Brasil. Assim que legalizaram a adoção da criança, o pai foi transferido para Santa Catarina. Quando chegaram aqui, André fugiu de casa, alegando sofrer violência física constante praticada pelos pais adotivos, e foi abrigado novamente numa instituição de uma cidade no litoral deste estado.

[...] ele tinha oito anos e meio e estava há 7 meses no abrigo quando o adotamos; antes, mandaram [o juiz] fazer um acompanhamento psicológico com o casal e eles foram uma vez e depois não foram mais, sumiram, sem deixar endereço sem nada. (Sra.Laura)

Tendo conhecimento do caso, Sra. Laura, numa conversa com o esposo, demonstrou o interesse em adotar o menino. Contam-nos, que no outro dia já foram visitá-lo, levando alguns presentes, e tentando conversar com ele, para manterem o primeiro contato:

[...] levamos uns caderninhos, uns lápis; ele era baixinho, convidamos ele para vir passar o final de semana aqui em casa, falei que em casa tínhamos cachorros... tivemos uma conversa com ele, e ele aceitou. Depois levamos ele de volta, e aí teve um feriado e ele ficou quase a semana inteira aqui em casa. (Sr.João)

Segundo a Sra. Laura, o casal entrou com um pedido de guarda provisória, que foi aceito, posteriormente pelo juiz; logo após, fizeram o pedido de guarda definitiva, e, somente depois de algum tempo de convivência (o casal e a criança), quando saiu o resultado do processo de destituição do poder familiar do casal, que o havia adotado antes, o que possibilitou o pedido de abertura do processo de adoção.

Quando indaguei sobre a existência de algum contato com o outro casal que havia adotado o André, a Sra. Laura responde:

[...] eu tive contato com eles por causa do Fórum [audiência]. No começo eles não sabiam, mas depois ela ficou sabendo. O João falou com ela, pediu a certidão de nascimento dele, ela queria cobrar, aí a gente conseguiu através de um amigo dele que mora no Rio de Janeiro e pegou uma segunda via no cartório. Vi algumas vezes eles aqui na praia também, mas o André também nem queria saber de vê-los...

Finalizando esta explanação²²⁰ do encontro com a família, destacamos a explicação valiosíssima, que o Sr. João expõe para a chegada de André em suas vidas e em sua família. Ele nos conta isso, de uma maneira bastante peculiar:

O que a gente acha, uma explicação religiosa para isso, é que Deus destinou esse casal para trazer o André desde o Rio de Janeiro até nós, porque um casal não vai pegar uma criança que não tem nenhuma obrigação para judiar dele; não tem uma outra explicação. Porque assim que eles pegaram o André, ele foi transferido para cá. É claro que pode ter outra explicação, mas parece coincidência!

²²⁰ A título de esclarecimento, nessa dissertação não destacamos nenhuma fala do André, porque no momento da entrevista ele não aparece como voz, mas tivemos a sua participação em outros momentos do contato com a família. Entretanto, sua participação se restringiu a uma comunicação pouco verbal, e de difícil transcrição para o relato. Ainda destaco o fato de, segundo o seu pai, o André sentir-se “invadido” e não gostar muito de relatar sua vivência. Assim, como forma de não induzir ou forçá-lo a falar, optamos por relatarmos somente as falas dos outros membros da família.

4.4 Percorrendo Caminhos, Buscando Saídas.... :a análise e o tratamento dos dados obtidos

Considerando o fato desta pesquisa ter sido de natureza teórico-empírica, a qual não pretende apenas constatar fenômenos, mas mediá-los com a totalidade, os dados obtidos foram analisados a partir de um referencial teórico, de acordo com as categorias que respaldam o trabalho.

Assim, buscamos prioritariamente não apenas explicitá-los, mas transpor todas as dificuldades de articular as categorias teóricas, com os resultados obtidos, utilizando também, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como política e preceito legal, como referência para análise dos dados coletados.

A experiência da adoção inter-racial vivenciada, nos apresenta questões complexas, nos evocando a elucidar vários aspectos, não somente da educação intercultural que, neste trabalho, temos como pano de fundo, mas, questões de cunho afetivo, envolvendo as diversas fases da vida dessa criança (hoje pré-adolescente).

Por isso, optamos por dividir a análise dessa experiência em dois tópicos: um primeiro, expressando as particularidades dessa adoção; e um segundo, com as relações expressas na família, permitindo um encontro com o novo, com o diferente, implicando numa nova experiência educativa.

4.4.1 Para Além dos Laços de Sangue: as particularidades de uma experiência de adoção

Através da experiência da adoção da família contatada, percebemos alguns aspectos das particularidades do processo existente entre o desejo de adotar e a concretização dessa adoção.

O primeiro deles, é a devolução de crianças já adotadas:

[...] ele estava há 7 meses no abrigo quando o adotamos; antes, mandaram fazer um acompanhamento psicológico com o casal e eles foram uma vez e depois não foram mais, sumiram, sem deixar endereço sem nada. (Sra. Laura)

A devolução de uma criança pode ocorrer durante o período em que o casal está com a guarda, que é o período estabelecido pela Justiça, anterior à sentença de adoção. Uma vez dada a sentença, a adoção é irrevogável²²¹, embora há casos, como o de André, em que a criança, já filho para todos os efeitos, se vê rejeitada pelos pais adotivos que delegam a outros (embora não diretamente), ou então à uma instituição, a responsabilidade que assumiram ao adotá-lo, a qual não conseguiram, ou não desejavam dar continuidade..

Após a sentença definitiva, a pessoa que adota, ou seja, a família interrompe progressivamente qualquer relacionamento com os serviços que acompanharam o processo de adoção e, em caso de necessidade, os pais recorrem a outros profissionais, em busca de ajuda.

Esta é uma conduta, legalmente correta, mas seria interessante que, mesmo depois da sentença definitiva, continuassem os laços com os técnicos, ou com os grupos de apoio às adoções, o que permitiria enfrentar eventuais dificuldades, logo que surgissem, não permitindo que elas se aprofundassem.

Algumas vezes, a família adotiva recorre à justiça quando se defronta com tais problemas, buscando solucionar os conflitos existentes com seus filhos (fugas, mau comportamento), que também são comuns nas famílias com filhos biológicos. No caso dos pais adotivos, podem ocorrer fantasias, atribuídas às características pessoais que cada pessoa carrega

²²¹ Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), artigo 48.

consigo desde o nascimento, desconsiderando, assim, os fatores sociais e culturais no processo de educação da criança.

Antes da devolução, seria recomendável que as famílias adotantes solicitassem auxílio, em situações como as que foram detalhadas no caso de André, já que, a única maneira de acabar com os conflitos é tentar conhecer a situação do problema e descobrir onde estão as barreiras que impedem a comunicação e a circulação dos afetos; do contrário, o resultado é uma quebra de vínculos, buscando o encaminhamento da situação (devolução) para a Justiça.

[...] na audiência, o juiz perguntou se ele queria voltar para casa e ele disse que queria ficar no abrigo; o juiz conversou muito com eles, e demorou quase a tarde inteira na audiência e determinou o tratamento psicológico para ver se ele voltava para casa, para ver se voltavam os vínculos, mas não deu certo; e daí infelizmente, ou melhor felizmente, porque senão não estaria com a gente, e hoje está bem melhor. (Sra. Laura)

Observamos que o Sr. João e a Sra. Laura fazem parte de um grupo de pessoas que se sentem socialmente responsáveis nas questões como abandono e a marginalização de crianças e adolescentes; são tomados por uma ‘culpa’, que os leva a tentar amenizar, se não resolver o problema, optando pela adoção como uma resposta a essa necessidade.

O abrigo em entidade é entendido como uma alternativa de moradia provisória que pressupõe um contínuo empenho de restabelecimento para criança, da possibilidade da vida familiar e da construção de seu projeto de vida. De acordo com o ECA²²², é considerado como medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação de crianças e adolescentes, em família substituta, não implicando em privação da liberdade.

²²² Artigo 101.

A institucionalização de crianças foi criada como um dispositivo que pretendia "proteger a criança", mas, o que realmente ocorre é simplesmente uma segregação familiar e social de crianças e adolescentes marginalizados (carentes, abandonados, doentes, autores de ato infracional). Após o abrigamento de crianças - medida que deveria ser tomada como recurso extremo e por curto período de tempo - existe uma grande probabilidade da ocorrência do abandono nas instituições.

Vários autores, que estudaram os efeitos trazidos por uma institucionalização, comprovam que uma criança institucionalizada é caracterizada por uma ausência de vinculação afetiva estável e constante, e de todos os prejuízos causados por um ambiente impróprio para o desenvolvimento infanto-juvenil.

Segundo Weber et.alli²²³, o tipo de socialização vivenciada nos abrigos, foi caracterizada por essa ausência de vínculos afetivos capazes de prover a criança com um referencial afetivo e cognitivo necessário à elaboração de uma concepção de si mesmo e do mundo, situação esta que se agrava pelos sentimentos de rejeição e abandono.

Segundo Guirado²²⁴, as características mais freqüentemente encontradas no comportamento de crianças separadas de suas mães e mantidas em sistemas de internato, conforme estudos realizados por Bowlby, foram os seguintes:

- ❖ *Crianças separadas de suas mães entre 3 e 6 meses*: apresentam falta de atenção e expressividade diante de estímulos, sono agitado, propensão a estados febris transitórios, enfraquecimento, palidez entre outros;

²²³ WEBER,L.N.D. et.alli. **Filhos da Solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

²²⁴ GUIRADO, Marlene. **A Criança e a FEBEM**. São Paulo: Perspectiva, 1980

- ❖ *Crianças separadas de suas mães entre 6 meses e 1 ano*: apresentam, além das características anteriores, falta de apetite, insônia, repúdio a estímulos e depressão.
- ❖ *Crianças separadas de suas mães entre 1 e 3 anos*: nos primeiros dias se tornam angustiadas, negam-se a receber consolo e alimento, recusam mães substitutas; depois de alguns dias mostram-se apáticas com mutismo absoluto; em médio prazo podem apresentar afeto alegre, mas superficial, nas relações afetivas; quando a mãe retorna, podem apresentar reação hostil, exigências excessivas e ciúmes agudos;
- ❖ *Crianças separadas de suas mães entre 3 e 6 anos*: o efeito aparenta ser menos nocivo, mas evidencia-se um comportamento com ausência de domínio sobre as emoções, um estado nervoso, insegurança no amor materno, redução no rendimento escolar e desenvolvimento físico prejudicado.

De acordo com esta mesma autora, em estudos retrospectivos realizados com adolescentes que tiveram, em sua primeira infância, relações perturbadas com sua mãe, ou que foram separados delas, pode-se observar: superficialidade nas relações, ausência de sentimentos verdadeiros, inacessibilidade a qualquer tipo de ajuda, atitude evasiva, falta de concentração em atividades escolares, isolamento afetivo, mentiras, desobediência, distração, entre tantos outros.

Por isso, a separação da mãe seria uma das variáveis mais importantes da determinação de uma evolução, prejudicada nas relações afetivas ao longo dos primeiros anos de vida de uma pessoa.

Weber²²⁵ ainda destaca outro estudo acerca da criança institucionalizada, abordando questões referentes ao meio emocional, físico e social, em que as crianças são submetidas, onde o meio físico continha pouca estimulação visual, auditiva, motora e lingüística, enquanto o meio

²²⁵ WEBER, L.N.D. et.alli. 1996.

emocional era caracterizado por ausência de variações emocionais, positivas ou negativas. Já no meio social, a autora destaca alguns aspectos:

- ❖ A oportunidade de praticar algumas habilidades comuns na vida do lar é impossível na instituição, por ser a criança confinada no berço, limitada na locomoção e exploração ambiental, além de não ser observada individualmente para o esforço de comportamentos novos desejáveis;
- ❖ A motivação fornecida por pais, irmãos e demais familiares, a qual estimula e facilita a aprendizagem, está quase que totalmente eliminada em uma instituição;
- ❖ A rotina da instituição, estabelecida para racionalizar o trabalho de uma equipe de funcionários para que possam atender um maior número de crianças, num menor espaço de tempo faz com que as necessidades individuais da criança passem despercebidas.

Destacamos uma das falas do casal:

*[...] [o André] é somente um pouco quieto, tímido, mas com os amigos ele se solta, fica no telefone, sai... no começo, tinha um pouco de receio, até talvez pelo tratamento que tinha do outro casal. Então a gente chegava no quarto, abria a porta e ele já se assustava. (Sr. João)
Às vezes ele esconde as coisas que faz errado, por medo talvez, mas quando perguntamos, ele responde, fala, ri sabendo que fez algo errado. (Sra. Laura)*

É desta forma que os danos psicológicos decorrentes da institucionalização acabam por apresentar problemas de desenvolvimento na criança e no adolescente, tornando os vínculos afetivos prejudicados, pelas limitações de atitudes espontâneas, mas que podem ser passíveis de mudanças.

Registramos aqui, como necessidade fundamental para a evolução da conduta dessas crianças (em uma adoção tardia), a capacidade da mãe, em ser continente das necessidades do filho, em exercer a maternagem, diferindo daquela feita com um recém-nascido, onde as

necessidades básicas são satisfeitas de uma forma quase que automática pela mãe, que já se antecipa a tais necessidades. No caso de uma criança maior, há a necessidade de estar disponível, sendo flexível para atender as necessidades nos momentos menos esperados, pois conforme explicitado nos capítulos anteriores, “tanto na adoção tardia, como na vida, as chances de sucesso ou fracasso das relações que se estabelecem dependem da capacidade de suporte, de entrega, de trocas afetivas profundas, verdadeiras, entre os protagonistas”.²²⁶

Não podemos acreditar que os elementos e efeitos trazidos por uma institucionalização sejam de um determinismo absoluto para a vida futura da criança ou adolescente. O encontro de laços afetivos é uma situação suficientemente poderosa, para gerar consciência de si e do mundo, proporcionando condições para "reinventar" os modelos de família numa sociedade.

O pensamento comum tende a acreditar que as crianças e adolescentes que "povoam" as instituições de abrigo estão protegidas lá; tem uma boa alimentação e estão sendo bem cuidadas. Há muitos tipos de instituições, algumas mais e outras menos ocupadas. Porém, em nenhuma delas existe o básico para o ser humano: viver com uma família, criar laços afetivos e sentir-se afetivamente completo.

Rufino²²⁷ realizou uma pesquisa para traçar o perfil das crianças afrodescendentes institucionalizadas em regime de abrigo no estado de Santa Catarina, mostrando que 34% dessas encontravam-se abrigadas por período superior a quatro anos – demonstrando um descompasso entre o funcionamento dos abrigos, e a Lei 8069/90 (ECA), que prevê o abrigo como medida

²²⁶ VAGAS, Marlizete M. **Adoção Tardia: um estudo do processo de adaptação criança-família**. Boletim Adoção em Terre des Hommes. Ano VII, n.69, 26 de março de 195, p. 04.

²²⁷ RUFINO, Silvana S. **As Faces e as Contrafaces da Adoção Inter-racial: um estudo da realidade catarinense**. Florianópolis, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.

provisória -; que em 41% dos casos a situação econômica²²⁸ precária e o abandono, foram motivos relevantes para o abrigamento dos filhos; e que em 44% dos casos, a família não visita a criança.

É assim que, de carentes financeiramente essas crianças e adolescentes adquirem a conotação de abandonadas, uma vez que não há uma relação de continuidade familiar, por sua prolongada permanência nestas instituições de abrigo.

Com a análise do UNICEF²²⁹, estimando a existência de 180 milhões de crianças "esfomeadas" no mundo, nos próximos anos, e de acordo com a realidade já existente, milhares de famílias brasileiras, atualmente, são "obrigadas" a transformar a instituição de abrigo, num refúgio para solução de alguns de seus problemas. A vida, com péssimas condições de saúde, moradia e educação, faz com que os pais abriguem seus filhos, para que possam garantir a sobrevivência de outros membros dessa família, não percebendo o dano que essa brusca quebra de vínculo familiar, acarretará para o desenvolvimento de tal criança ou adolescente.

Por isso destacamos também como tarefa dos abrigos, o desenvolvimento de ações voltadas ao breve retorno familiar, para que essas crianças e adolescentes não passem anos a fio nestas instituições, demonstrando às famílias, que desta forma, não perderão, ou terão o poder familiar sobre seus filhos suspenso, mesmo que não sejam decretados judicialmente, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o tempo de permanência numa instituição deve ser limitado, citando em seu artigo 101, que o abrigo deve ser medida provisória e excepcional.

²²⁸ Ressaltamos aqui, que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 23, a falta ou a carência de condições financeiras não se constitui motivo justificado para suspensão por perda do poder familiar.

²²⁹ Dados de Weber et.alli (1996).

E, numa tentativa fracassada de retorno familiar, poderia se vislumbrar mecanismos de colocação destas crianças e adolescentes afrodescendentes em famílias substitutas, ou de encaminhamento para adoção, inclusive a adoção inter-racial, pois a família ainda constitui-se na melhor instituição capaz de oferecer suporte necessário e adequado para qualquer criança e adolescente em desenvolvimento, não importando a diferença de etnias nela existente.

Isso nos leva a crer na existência de uma cultura da institucionalização, e que, uma vez que a criança tenha vivido neste meio, carrega consigo uma gama de sentimentos e modos de vida significativos, tendo, fora deste meio, dificuldades para a sua sobrevivência e seu desenvolvimento, bem como sua inserção em outras instituições sociais, como a família, a escola, a igreja, por exemplo. Conforme explicitado no capítulo dois, a criança institucionalizada é o protótipo dos resultados de ausência de vínculos afetivos estáveis e constantes prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil.

O homem se forma pelo encontro consigo mesmo e com o outro e sem o processo de autoconhecimento e sem a interação social não haverá homem. Assim, como o desconhecimento de si mesmo impossibilita o desenvolvimento das potencialidades latentes, o efeito do malogro da integração social normal será a ausência do horizonte temporal ou a indiferença pelo futuro. Esse defeito de socialização pode ter caráter patológico e aumentar o nível de exclusão social.²³⁰

Um outro ponto que destacamos, é o fato de a primeira família que adotou o André no Rio de Janeiro, e onde ele recebia maus tratos, era de ascendência negra, contrariando a idéia de que crianças negras devam ser outorgadas exclusivamente a famílias negras, como recomenda alguns estudos americanos, citados no segundo capítulo deste trabalho, garantindo assim, uma

²³⁰ SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997, p. 58

experiência positiva, e emergindo a idéia de que não é a cor/etnia tanto da família que adota, quanto da criança adotada, que vai definir o sucesso de uma relação.

A busca pelos iguais nas adoções, é defendida por alguns estudiosos e profissionais que atuam nesta área. Entretanto, Weber²³¹ destaca que outros autores alegam a não existência de diferença no ajustamento e sucesso de uma adoção, considerando a diferença de cor ou de raça entre pais e filhos adotivo. Por outro lado, Silveira²³² destaca que os profissionais que atuam com casos de adoção, justificam o posicionamento contrário à inserção de crianças em família de cor/etnia diferentes das suas, e são justificadas por uma possível rejeição, alegando que uma criança pode ser menos rejeitada se for colocada em seu próprio grupo racial.

Neste sentido, falar das dificuldades de integração entre adotantes e adotados, significa repensar o modo de agir em sociedade, o atual modelo de relacionamentos existente, pois quando se busca um encontro com o novo, podendo primar por experiências educativas através de diálogos e respeito às diferenças, o que resulta é uma espécie de celebração das diferenças, com um fio de unicidade que as une, e com a certeza de que é possível uma convivência harmoniosa, apesar de tantas diferenças.

4.4.2 Celebrando o Encontro com o Novo: cruzando pontes que conduzem a novos processos educativos

[...] lá no abrigo tinha um outro menino que judiava um pouco dele, um pouco maiorzinho que ele e ele ficava trancado no quarto a noite para não apanhar e falei para minha esposa, se é por mim, o André não voltava pra lá, já ficava aqui em casa. E ele passou um mês mais ou menos aqui, e então conversamos com ele, e ele concordou quando perguntamos se queria ficar conosco.

²³¹ WEBER, L.N.D. **Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção**. Curitiba: Juruá, 1998.

²³² SILVEIRA, Ana Maria. **Particularidades da Adoção: a questão da etnia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[...] sobre a adoção a gente conversou com ele, em agosto (1998) ele começou a ficar conosco, e depois em janeiro (1999) ele começou a chamar de pai, de mãe. E então falamos para ele: se você quiser ser adotado por nós, nós seremos seus pais, mas você tem que querer, se você não quiser vamos te dar o mesmo apoio, carinho, vai continuar morando conosco, cuidar, isso é independente. Mas se você quiser ser adotado por nós, aí a coisa muda, você vai ter que nos respeitar como pais, o carinho, vai ser filho nosso, vai ter direitos e obrigações: esclarecemos que filho por adoção não é nem castigo e nem privilégio, que teremos filhos biológicos depois, e vai ter os mesmos carinhos, mesmas obrigações. Agora se você não quiser, vai continuar a mesma coisa, você vai continuar morando lá em casa, o carinho vai ser o mesmo. E ele disse que queria. (Sr. João)

Segundo Souza²³³, acolher é uma forma de expandir o nosso horizonte interno, de maneira a possibilitar aberturas para que novas imagens e associações se unam à rede de relações que organiza a nossa maneira de ver o mundo. “E para acolher o mundo das crianças é preciso acolhê-las. É preciso criar um ambiente em que elas possam encontrar confiança, afetividade e crença nas suas capacidades de ser e estar no mundo”.

Por isso, o ato de hospedar é um ato recíproco, de intercâmbio entre as partes, comportando um hibridismo, pois tanto aquele que hospeda como o hóspede, vivenciam a condição de terem que acolher ou hospedar, reciprocamente, outros espaços, outras vidas. A partir daí, experimentam o contato com as fronteiras das diferenças culturais, não como uma forma de deficiência, mas com o respeito pelo saber e ser do outro, fortalecendo relações de solidariedade, entre-ajuda, afetivas e a convivência com a diferença, não compreendida como carência, mas como formas diferentes de ser e estar no mundo.

Conforme citado no capítulo anterior, a família é um dos espaços experienciais mais importantes, porque além de representar o fruto das vivências das relações entre pessoas as experiências de relações realizadas na família marcam a forma de ser de seus membros.

²³³ SOUZA, Maria I.P. **Construtores de Pontes: explorando limiares de experiências em educação intercultural**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 91-92.

[...] entre nós ela (**a família**) não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também e principalmente um valor. Há uma escolha por parte da sociedade brasileira, que valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social. Assim, a família é um grupo social, bem como uma rede de relações. [...] é um dado de fato da existência social [...] e também constitui um valor [...].²³⁴

Segundo Szymanski²³⁵, a família exerce seu papel socializador de diferentes maneiras, conforme os modos de ser que seus membros foram desenvolvendo ao longo de suas vidas, utilizando-se de práticas educativas familiares através de trocas intersubjetivas, que possibilite a construção de saberes, práticas e hábitos sociais, emanando “uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro”.

A chegada do André na família do Sr. João e da Sra. Laura, segundo o relato, ‘desestruturou’ o cotidiano da família, que não havia se preparado anteriormente para receber uma criança em sua casa, e dividir com ela, os momentos familiares bons e ruins.

[...] éramos só nós, então tínhamos que nos reestruturar: por exemplo, compramos um xampu, específico para o cabelo dele, e passou um mês e notamos que o xampu não descia, não baixava e então perguntei: e o xampu, não está usando? - ele não sabia que o xampu era para cabelo, ele sempre usava o sabonete, nunca tinha usado xampu. Então ele aprendeu coisas que para nós era normal, era um hábito, como apontar um lápis, usar uma régua, era como começar de novo. (Sr. João)

[...] ele convidou um amiguinho para vir aqui, e ele não sabia como receber, porque nunca tinha recebido nenhum amiguinho em casa, então explicamos que quando chega visita, devemos dar atenção, porque a visita era para ele, então ele não sabia o que fazer, ficava perdido. A gente recebe, acompanha, faz sala, conversa e agora já ele sabe até demais (risos).. (Sra. Laura)

²³⁴ DAMATTA, Roberto. A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela M. et. alii. **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, p. 125.

²³⁵ SZMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n.º. 71 – Edição Especial. São Paulo: Cortez, p.9-25, 2002.

[...] também no primeiro dia da escola, eu fui levar ele, acompanhá-lo, e ele perguntou: os pais fazem isso? Mas foi bom, foi um aprendizado e temos que estar sempre dispostos a aprender coisas novas.(Sr. João)

A educação aparece sempre onde existem formas sociais de condução da conjunção ensinar e aprender. Segundo Brandão²³⁶, é caracterizada como uma fração do modo de vida dos grupos sociais, que produzem e praticam, para que possam reproduzir, entre todos os que ensinam, e também aprendem, o saber que atravessa os códigos de conduta, as regras do trabalho, da religião, todos os dias a vida de uma pessoa, através de trocas que existe onde a educação habita.

A presença da reciprocidade e do encontro com o outro, tem a presença assegurada de um projeto como marca de uma educação intercultural. Por isso, Souza²³⁷ nos lembra, que a palavra *encontro*, comporta uma ambigüidade de deslocamento de sentido; palavra de origem latina, no seu sentido etimológico foi traduzida pela reunião da palavra *contro*, que significa relação de pessoas que se encontram em oposição umas às outras, e a partícula *in*, pode ter um duplo sentido: como preposição “dirigir-se contra a”, correspondendo a um embate, e como prefixo, indicando uma negação – “não dirigir-se contra a”, correspondendo a uma articulação. Por isso, ela aponta para um “entre-lugar”, podendo representar tanto a aproximação, como o embate entre diferentes.

Este *encontro* pode abrir fronteiras, evidenciar entre-lugares que antes não eram percebidos, possibilitando um deslocamento, que conduz a uma identidade intervalar que rompe com a visão de estabelecer-se entre uma coisa ou outra.

²³⁶ BRANDÃO, C.R. **O Que é Educação**. 14ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 10-11.

²³⁷ SOUZA, Maria I.P. 2002, p. 15.

Esse deslocamento é possibilitado por meio das relações familiares, baseadas no diálogo, na troca de experiências, na reciprocidade entre sujeitos diferentes, que se traduzem em identidades múltiplas e, por meio desse processo, todos constroem e reconstroem a própria identidade.

Nos defrontamos constantemente, como nesta família, com um ciclo ininterrupto de construção de identidades, com elementos que são re-significados de acordo com o contexto, e citando mais uma vez Hall²³⁸, destacando que, a identidade sendo definida historicamente, seria formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, de tal forma que à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais, poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

E, lembramos também, mais uma vez o que já abordamos no capítulo anterior, em que o confronto entre uma pessoa e outra, pode configurar processos de sujeição, de exclusão, ou até mesmo de eliminação de um pelo outro. Mas também, ao contrário disso, pode possibilitar processos de aprendizagem recíproca, em que uma pessoa além de educar, (re)educa-se numa relação com a outra: é a realização de descobertas recíprocas de “si mesmos”, numa troca de visões de mundo que expande a relação para além dos limites da exclusão, onde os sujeitos se vêem como sujeitos híbridos.

Um fato engraçado e curioso, citado pela Sra. Nair (avó do André):

[...] quando fomos viajar para Argentina, ele estava parado quietinho, e o motorista perguntou: e tu, vai viajar com quem? - Com meus pais, eles tão ali! - ele respondeu. E então eu falei: Ah, eu sou a avó dele. Na hora não me toquei,

²³⁸ HALL, Stuart. 1999, p.12.

porque pro motorista era estranho, não tinha nenhum casal negro. Então a gente não se toca da cor, pra gente é tão normal ele ser neto, ser filho, mas pro motorista era diferente.

A sociedade, ainda está despreparada para viver a situação da adoção inter-racial, uma vez que a filiação adotiva ainda é vista com restrições, e devido ao caráter de subalternidade que o negro ocupou desde a época da colonização, evidenciando uma representação sociocultural, e uma constante discriminação a esta parcela da população.

[...] a sociedade não está acostumada a ver casal branco com filhos negros, a maioria, acho que 95% dos [meus] amigos não, mas tem sempre quem pergunta, porque adotar, ou porque negro, mas acho que é somente num primeiro momento, uma surpresa, mas depois, fica tudo normal. (Sr. João)

Embora, algumas pesquisas²³⁹, já explicitadas anteriormente, demonstrem que poucos são os postulantes à adoção que se disseram indiferentes em relação a cor da criança, muitos dos outros casais cadastrados podem vir a adotar crianças de outra etnia, através de programas da divulgação do instituto adoção, por meio da sociedade civil e dos Grupos de Apoio à Adoção²⁴⁰ (GA's) espalhados pelo país.

Para isso, é condição essencial que as pessoas se desfaçam de seus medos, inseguranças e mitos - dos desejos de compor uma família que se assemelhe o mais próximo de uma biológica - pois enquanto continuam em meio a esses receios, as crianças também continuam em instituições de abrigo.

²³⁹ D'agostini (2000), com dados de 3,17% dos postulantes cadastrados e Silveira (2002) com dados de 1,4%.

²⁴⁰ Grupos de Apoio à Adoção constitui-se numa sociedade sem fins lucrativos, cujos membros (na maioria das vezes pais adotivos) trabalham voluntariamente para divulgar a adoção, prevenir o abandono, preparar adotantes, acompanhar pais adotivos, encaminhar crianças para adoção e de uma maneira mais ampla, conscientizar a sociedade sobre a adoção. É uma instituição importante que surge do movimento da sociedade civil, com interesse único de resguardar a criança o direito de viver em ambiente familiar e comunitário.

[...] não podemos deixar que essas crianças sejam filhos de ninguém. O Estado as deixou a margem, seus pais a abandonaram, a instituição é somente uma 'passagem' sem lugar para vínculos; seu mundo é limitado por si mesmo e cheio de ausências. A sensação é de vazio, de dor, às vezes indiferença, ou perplexidade por estar ali sem ninguém. São filhos da solidão. Seu sonho é ter uma mãe e um pai.²⁴¹

E assim, destacamos a importância de que os postulantes à adoção inter-racial, sejam preparados por profissionais capacitados, uma vez que existe uma distância entre o desejo e a sua realização, e há um longo um caminho a ser percorrido para que se possa realizar uma adoção. Essa preparação é importante, não para que os postulantes possam tornar-se bons pais ou boas mães, mas para que tenham consciência e certeza daquilo que vão requerer junto à Justiça.

Vale acrescentar que essa preparação ainda é válida não somente para que possamos resolver os problemas de preconceito e discriminação contra crianças, que por características peculiares, são muitas vezes excluídas do processo de colocação em família substituta, mas, para inserirmos um novo estatuto na adoção inter-racial, para a possibilidade de constituição de uma família que prima pelo respeito ao diferente, através de uma unicidade que confirme a certeza de que há possibilidade da convivência harmoniosa, apesar das diferenças. É somente desta forma, que poderão se constituir famílias multirraciais, onde a criança adotada, seja respeitada com a mesma dignidade dos demais integrantes desta família.

Segundo o Sr. João, o diálogo existente entre os membros de sua família, sempre possibilitou ao André, a certeza de que realmente pertence aquele meio, não dando margem para comentários preconceituosos, pelo fato de ser filho por adoção e por ser negro.

[...] quanto aos amigos, ele sempre teve muitos amigos, que vêm aqui, eles saem juntos, telefonam; entre eles acho que nunca houve preconceitos. É porque o André tem certeza, e quando a pessoa tem certeza, ela elimina as dívidas da sociedade; o fato de ter a segurança – olha ele é meu pai, ela e

²⁴¹ WEBER, L.N.D. et.alli, 1996, p.153.

minha mãe – a postura dele já impõe. Os colegas, na escola sempre dizem: É a mãe do André, o pai do André. (Sr. João)

Neste ponto, podemos citar Souza²⁴² destacando, a necessidade de *dialogizar o outro* e não de se tentar representá-lo, como significação deste outro a partir da perspectiva da sua condição, apreendendo a sua diferença e produzindo um ato de tradução cultural. Tradução, no sentido estrito da palavra, significando “conduzir alguma coisa de um lugar a outro”, “transferir, transportar entre fronteiras, característica das culturas híbridas”, produzindo um ato de tradução cultural não se apossando do outro, explicando-o ou significando-o, mas ouvindo-lhe e absorvendo a sua diferença, realizando uma transferência de significado.

Por isso concordamos, na relação existente na família de André, com o que discutíamos anteriormente: nessa relação emerge a necessidade de “um outro lugar”, onde as potencialidades e necessidades pessoais possam encontrar algo positivo de si mesmos em uma fronteira, que não necessariamente é o lugar onde algo termina, mas que pode ser o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente, e as diferenças possam ser articuladas, e não excluídas.

E mais do que isso, urge a necessidade de exclusão dos tipos de distinção assumidos, baseados numa oposição entre uma coisa e outra, substituindo-a pela *conexão e/e*²⁴³, onde as oposições não são eliminadas, mas com conexões num contexto em que haja a coligação, superando as oposições, não porque as contradições desaparecem, mas porque produzem mudanças que envolvem os agentes da oposição.

Assim, induzindo a uma relação entre contextos que se constroem conjuntamente, numa *celebração da diversidade*, enfatizando a *diferença cultural*, significando *ir além* do

²⁴² SOUZA, Maria I.P. 2002, p. 31

²⁴³ FLEURI, Reinaldo M. 2000, p. 122.

reconhecimento e do acolhimento das diversidades, da crítica aos racismos e discriminações de todas as ordens, de exclusões e inclusões, individuais e grupais, como descrição do efeito de concepções preconceituosas e estereotipadas.

Entendemos a adoção inter-racial como um desafio numa opção que assume uma relação intercultural, emergindo a possibilidade de uma educação intercultural, para que se dissolvam justamente os mecanismos que geram a discriminação e os preconceitos, que por serem construídos socialmente, no entanto a sua desconstrução é feita também socialmente em processos de relação: relações de diálogo, de reciprocidade, de respeito às diferenças, na busca por um “outro lugar”.

É claro que sempre ocorrem alguns fatos inusitados, como com a maioria dos afrodescendentes no Brasil, explicitando preconceitos e estereótipos, contra esta parcela da população. Destaca o Sr. João que:

[...] uma vez, ele chegou meio agitado da rua, e eu já notei, e perguntei: o que foi filho? – Ah, me xingaram de negro! Eu respondi, mas não pode te xingar de negro, porque negro não é xingamento, é um orgulho, porque é tua casa, tua família.

Segundo Silva²⁴⁴, devemos tentar recuperar o sentido afetivo do termo “negrinho”, assim como os aspectos positivos do ser negro, ensinando a criança a exigir que a tratem pelo nome, e não por apelidos ou referências às suas características físicas. Em casa, o ato de chamar carinhosamente de “negrinho” provoca uma receptividade positiva, contribuindo até para aumentar a auto-estima, pois o que ofende não é a palavra, e sim o tom de xingamento.

²⁴⁴ SILVA, Ana Maria et.alli. **Gostando Mais de Nós Mesmos: perguntas e respostas sobre auto-estima e questão social**. 2ed. São Paulo: Gente, 1999, p. 32-33.

A auto-estima baseia-se em reconhecer-se como pertencente a determinado grupo étnico, e identificar-se, mesmo sem levantar bandeiras. Ser negro, sentir-se negro e sentir-se bem assim, em qualquer lugar é o grande desafio, uma questão de atitude, como a de aceitar as outras pessoas com as suas diferenças.

Destacamos nas discussões anteriores, as diversas conseqüências para o povo negro, que afetam seus aspectos psicológicos e sociais, e entre elas, a ausência, ou baixo nível de auto-estima, sem a qual, o grupo negro não se sente com os mesmo direitos que os outros grupos.

Uma pessoa com auto-estima baixa cultiva, com relação a si mesma, fortes sentimentos de ansiedade e incerteza, pois tem como referência, aquilo que presume que pensam a seu respeito. Por isso, sofre grande prejuízo em sua individualidade, pois depende dos outros para pensar a respeito de si mesma. Para o afrodescendente brasileiro, em particular, esse tipo de prejuízo faz com que dificilmente estabeleçam relações de igualdade com os outros, e sim de inferioridade.

Numa pesquisa realizada por Rufino²⁴⁵, constatou-se uma certa dificuldade de transmitir as questões referentes à cultura e origem da população negra à criança negra, adotada por uma família branca, fazendo com que o processo de construção social e cultural da identidade dessa criança fosse prejudicado, evidenciando um baixo nível de auto-estima em relação às suas origens étnicas. Vejamos o depoimento dessa mãe:

[...] as pessoas são racistas, ele era racista e não aceitava o fato de ser negro; ele dizia que não era negro, pois ninguém nunca havia dito isso pra ele. Eu mostrava a cor da minha pele – lá em casa todo mundo é bem claro – e ele dizia que era da mesma cor e foi muito difícil convencê-lo de que era negro [...] ele não queria ser negro, tanto que hoje ele não gosta; ele só tem amigas loiras, as namoradinhas loiras; ele não quer nem o branco moreno, tem que ser branco, mas ainda loiro.

A rejeição é a defesa contra aquilo que não quero para mim, porque me faz mal. Segundo Silva²⁴⁶, a rejeição à condição racial é aprendida no decorrer do processo de socialização dos indivíduos negros, porque vivemos em uma sociedade que, em sua maioria, tende a negar qualidades positivas aos negros. Desta forma, a criança que nega ou rejeita sua condição racial o faz porque recebe provas diárias de que o outro ocupa todos os espaços sociais, e as pessoas do seu grupo racial não; por isso, quando a criança diz que não quer ser negra, está mostrando que não deseja ser maltratada, ridicularizada, envergonhada, ter seu valor diminuído etc.

A relação com o outro, com o diferente na perspectiva da educação intercultural, pressupõe a construção de reciprocidade, de encontros, sem sobrepor nenhuma categoria (negro, branco, homem, mulher), possibilitando visualizar o outro como sujeito híbrido, num espaço que não aspira nenhum modo peculiar de ser, que pensa os fatos como categorias fixas, ocorrendo o que Bhabha²⁴⁷ denomina de processos simbólicos de negociação ou tradução, possibilitando a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: o entre-lugar significando o desejo de outro lugar e outra coisa, com novas possibilidades de relações pessoais e sociais.

Segundo Souza²⁴⁸, os processos de diferenciação que a nossa espécie é capaz de realizar, estabelecem cisões na dimensão complexa da ponte que, ao mesmo tempo em que separa as margens, as reúne: lugares de muitos passantes que pedem pontes para realizar a travessia em direção ao encontro.

Sempre e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens (e mulheres) para lá e para cá, de modo que eles

²⁴⁵ RUFINO, Silvana S. 2000, p.81-82.

²⁴⁶ SILVA, Ana Maria et.alli. 1999.

²⁴⁷ BHABHA, H. 1998, p.22.

²⁴⁸ SOUZA, Maria I.P. 2002, p. 27.

possam alcançar outras margens. A ponte reúne enquanto passagem que atravessa.²⁴⁹

Então, podemos considerar a ênfase ao diálogo com as diferenças culturais para num processo único construir uma história que reúna a diversidade através de pontes, na construção de uma sociedade mais justa, entendendo que a igualdade só será possível com a aceitação das diferenças.

Bhabha²⁵⁰ já nos alertava, no capítulo anterior, que atualmente não se sustentaria nenhum tipo de essencialização da cultura, pois a natureza humana seria híbrida de identidades, num contínuo trânsito em que se cruzariam várias culturas, gerando *entre-lugares*, abrindo fronteiras de articulação das diferenças culturais, formando sujeitos nos *entre-lugares* de raça, gênero, geração, classe, estabelecendo a passagem para *um outro lugar*. O hibridismo desta forma, seria a fronteira enunciadora de diversas histórias que inventam novas culturas.

Esses hibridismos culturais, estariam em contínuo percurso por espaços intersticiais, movimentos em diversas direções, constituindo um jogo miscigenado, que nos lançaria para *outros lugares e outras coisas*, transitando por territórios culturais diferentes, para o território do *inter* (entre-lugares), exigindo novas significações, para além da pura diferença cultural.

Chas²⁵¹ num depoimento prático, útil para pais adotivos – falando também enquanto pai adotivo, numa experiência de adoção inter-racial - destaca o que seria necessário fazer para ajudar a promover uma identidade racial saudável em suas crianças. Destaca então que

[...] ação deve se voltar simultaneamente em duas estratégias. Primeiramente, devemos cercar nossas crianças com atitudes reveladoras da valorização e do

²⁴⁹ Martin Heidegger: citado por FLEURI, Reinaldo M. Educação nos limiares entre culturas. **Revista Marco Social: educação para valores**. Instituto Souza Cruz. Janeiro, 2003, p.10

²⁵⁰ BHABHA, Homi K. 1998.

²⁵¹ CHAS, Todd. Construindo uma Identidade Racial. **Boletim Nas Janelas da Adoção**. Ano 4, nº24, 01 de agosto de 2000, p.05.

respeito que sentimos pela sua origem. Não importa onde você mora, você pode começar a introduzir leituras, música, bonecas e desenhos que celebrem a identidade racial de seu filho. Esta experiência pode ser positiva para toda a família, mesmo que não seja fácil. Minha mãe pode dar seu testemunho. Ela espantou-se ao descobrir que não havia um único cartão de aniversário com uma criança negra na cidade da Flórida. Ela tomou como missão pessoal à conscientização das pessoas, e hoje, a loja de cartões e sua papelaria favorita, diversificaram adequadamente seus estoques.

Para poder construir com ela (a criança) uma relação diálogo, em uma adoção inter-racial destaca-se a necessidade partilhar aquilo que a ela pertence, como a sua história, a história de seu grupo étnico, para que o processo de “gostar de ser negro”, comece a se fazer presente, dando possibilidade para a construção de uma identidade racial saudável.

Por isso, este mesmo autor cita, como um segundo ponto de valorização e construção de uma identidade racial saudável:

O segundo aspecto de nossa ação é mais difícil. Não é sempre fácil criar relacionamentos pessoais com membros de comunidades afro-americanas, em lugares como a baía de São Francisco, por exemplo. Mas felizmente existem diversos eventos (tais como concertos, comemorações de feriados, cultos de igreja, desfiles e passeatas) e algumas alternativas de consumo (tais como cabeleireiros, loja de roupas e restaurantes) que proporcionam acesso a exemplos dos costumes americanos. Mais importante do que isso existem outras crianças negras, além de seus filhos. Uma forma mais fácil de estabelecer uma amizade com famílias afro-americanas é através de nossos filhos. Então, como podemos iniciar este processo? Bem, oferecer-se para trabalhar nas escolas públicas locais ajuda no processo (e as escolas vivem precisando de voluntários!), mas existem outras formas bem sucedidas. É inevitável que outras crianças se aproximem para ver o bebê ou brincar com nossas crianças. Nós damos preferência aos parques freqüentados por crianças negras. Esta filosofia é válida para todos os ambientes incluindo bibliotecas, supermercados e restaurantes. Quando nós não esperamos pela solução, mas a construímos, conseguimos, certamente, alternativas para desenvolver as relações adequadas que beneficiarão nossas crianças.²⁵²

O gostar de ser negro depende da forma que se desenvolve a auto-estima da criança. Esse processo consiste em ações que promovam o resgate da cultura e história do negro,

²⁵² CHAS, Todd. 2000, p.05.

evidenciando também seus heróis, uma vez que os modelos favoráveis à etnia, podem facilitar o fortalecimento desta auto-estima.

Procuramos sempre buscar valorizar e resgatar [a cultura] o negro; ele começou a fazer capoeira e fiz junto; resgatar a importância da contribuição da cultura negra, as coisas boas, o [ídolos] Martin Luter King, Nelson Mandela. E sempre destaque, não é benefício e nem prejuízo, é uma circunstância de cada um, e sempre buscar as coisas boas de cada um, de cada raça, e ele acompanhou bem. E ele sabe, ele valoriza. (Sr. João)

Segundo Silva²⁵³, podemos, junto com as crianças, descobrir instrumentos que lhes possibilitem: conversar sobre as diferenças raciais em casa e na escola; aprender a gostar de si mesmas; aprender a respeitar quem é diferente. Afinal é necessário que as crianças (assim como os adolescentes e os adultos) entendam que os seres humanos - embora os fatos possam levar a crer no contrário - devem ser julgados pelo caráter, e não pela cor da pele.

Na escola ele tem professores negros, e já colocamos ele na escola adventista – porque na época eu trabalhava lá -, por eles trabalharem bem a parte moral, de convivência, comportamento, apesar de sermos de outra religião, porque são princípios que a gente valoriza, trabalhos contra álcool, drogas. E é tudo bem, porque ele não se discrimina, lá ele não é discriminado; a gente não se discriminando, não dá espaço para isso, ele age com naturalidade o fato de ser negro e ter uma família branca. (Sr. João)

Diferente do caso do André, na pesquisa citada anteriormente realizada por Rufino, na época escolar a mãe (branca que adotou um filho negro) alega que o filho teve uma professora negra em uma das primeiras séries - pois teve que passar várias vezes por esta fase - e foi um dos piores anos para a criança, surgindo problemas tanto na escola quanto na própria casa deles.

[...] foi um ano terrível pra ele [...] foi a última escola que foi convidado a se retirar. E eu não tive coragem de chegar para professora e dizer que era por causa dela, e fiquei com medo de ela não entender, de ela ficar magoada; hoje eu faria diferente. Eu pediria para que, não que contasse

²⁵³ SILVA, Ana Maria et alli. 1999, p.28.

para professora, mas que fizesse com que ele trocasse de turma, porque ele não estava preparado ainda. [...] ela até era legal e mimava bastante ele; era uma ótima professora. Eu tentava fazer ele pensar diferente.

A escola constitui-se numa das instituições que podem favorecer uma real integração da criança negra, por caracterizar um ambiente de vida particularmente significativo para a formação pessoal e social da criança.

São diversas as situações que podem envolver diretamente a instituição escolar no desenvolvimento da criança. Uma delas é a observação de questões sociais e educativas relacionadas à diversidade cultural de seus alunos, bem como à diversidade racial.

Segundo Figueiredo²⁵⁴, os contos infantis e mitologias ajudam as crianças a construir sua identidade, em que se colocam no lugar dos heróis e vivenciam as sensações dos personagens. Os sentimentos de inferioridade e auto-rejeição são as conseqüências mais comuns na auto-estima de quem não se reconhece nas histórias contadas na escola.

Esta autora, destaca um projeto elaborado por uma professora para despertar o respeito às diferenças, após presenciar diversas atitudes racistas. Pediu à classe que desenhasse os heróis preferidos, já prevendo o resultado: a maioria citou personagens brancas. Ela aproveitou os dados e ensinou, nas aulas de Matemática, como elaborar gráficos: 94% de personagens brancas, 4% de orientais e 2% de negras.

Depois apresentou o herói Kiriku, do filme *Kiriku e a Feiticeira*, um desenho animado que se passa na África, em que todas as personagens são negras. A turma assistiu ao filme, reescreveu a história e a sinopse e fez resenhas. Em seguida a professora pediu um exercício de comparação com os contos de fadas tradicionais e o levantamento das características desse gênero literário. Para começar, lançou a pergunta: por que não vemos

personagens negras em outras histórias? Os alunos conseguiram se lembrar de algumas, como o Negrinho do Pastoreio, o Zumbi e Tia Nastácia. Qual a diferença entre eles e Kiriku? "Ele é um herói, professora", responderam.

A outra atividade foi de leitura de livros cujas personagens principais são negras, como *Luana*, de Aroldo Macedo. Em seguida as crianças pesquisaram em jornais e revistas reportagens sobre racismo, enquanto a professora mostrava fotos e histórias de grandes ícones brasileiros negros, como o professor Milton Santos.

Em Ciências, foram estudadas diversas versões para a criação do mundo, e a professora apresentou lendas africanas e indígenas. Aqui, um aluno muçulmano trouxe sua experiência e enriqueceu a discussão sobre pluralidade cultural.

É de fundamental importância para o desenvolvimento da criança afrodescendente, o posicionamento que os professores assumem frente a ela, e mais ainda, frente ao problema da diferença racial, pois segundo Pinto et.alii.²⁵⁵, as crianças não recebem o mesmo tratamento na escola. Muitos professores reservam uma cota maior de contato físico e palavras de carinho aos alunos brancos, fazendo com que os alunos negros sintam-se inferiorizados, e com que os brancos passem a crer que tem mais valor que os colegas.

Antes de freqüentar a escola, as crianças já conhecem o preconceito e sabem que as pessoas são discriminadas conforme a sua cor. Por isso Pinto et.alii.²⁵⁶ propõem que a escola passe a discutir a questão do racismo, o quanto antes puder.

²⁵⁴ FIGUEIREDO, T. A. **Porque os Heróis Nunca são Negros?** Disponível em:< black_family@grupos.com.br> Acesso em: 19 dez.2002.

²⁵⁵ PINTO, Tânia R. et.alii. O Silêncio vai acabar. **Nova Escola**. São Paulo, n.º120, março de 1999, p. 10-17.

²⁵⁶ *Op.Cit.*

Em sua experiência, Soares²⁵⁷ mostra que, entre alunos repetentes, com notas baixas ou problemas de comportamento, o número de negros ou descendentes de negros é muito grande. Isso acontece, segundo ele, devido a baixa *auto-estima*, que este estudante tem.

Neste sentido, os professores que tentam aceitar esse rendimento inferior, sentindo pena e protegendo esta criança de maneira diferenciada, podem estar, inocentemente, dizendo-lhe que ele é inferior.

Ainda referente às escolas, na pesquisa de Rufino²⁵⁸, a mãe destaca o fato de que as pessoas tratam as crianças adotadas de forma diferenciada. Segundo ela, as pessoas discriminam as crianças sem ao menos perceber ou se darem conta do que estão fazendo, apresentando dificuldades em lidar com a questão naturalmente com uma intenção explícita de *mimar*.

[...] é a questão do paternalismo, da pena mesmo [...] é mais fácil elas aceitarem no sentimento da pena do que da rejeição.[...] no caso da professora negra, ela era carinhosa com ele e não porque ele era adotivo; ela até tentava entender, porque ele estava num mundo diferente agora, e não por pena.

Em relação à filiação adotiva na escola, esse tipo de paternidade e maternidade poderiam ser visualizadas com a mesma dignidade daquelas baseadas nos *laços de sangue*. Mas destaca-se ainda, a importância de colocar esta questão numa representação da família que não seja estereotipada, levando em conta os novos modelos, que vem se afirmando na sociedade.

Durante uma das falas do Sr. João, ele cita um acontecimento muito interessante que aconteceu na escola de seu filho, durante uma das aulas:

[...] uma vez, um professor que foi fazer um trabalho sobre genética, sobre pai e mãe, e o que herdou de cada um deles. E o professor disse que filhos por

²⁵⁷ Citado por PINTO, Tânia R. et.alli. 1999.

²⁵⁸ RUFINO, Silvana S. 2000.

adoção não precisavam fazer. Ai eu falei: Filho, você vai pegar uma folha e vai colocar tudo que você herdou do seu pai e de sua mãe. Ele falou: Mas como? Você herdou o bom humor da mãe, a alegria, e tolerância que a mãe tem e isso é muito mais importante que a parte física, você herdou muita coisa do pai e da mãe, o respeito do pai...Notei que isso foi somente um despreparo da professora.

Segundo Fleuri & Souza²⁵⁹, isso explicita a maneira como os educadores (as) podem separar e absolutizar partes de um contexto cultural mais amplo e complexo, impedindo a convivência de padrões culturais que aparentam ser contraditórios, mas que fazem parte da mesma realidade.

Estes autores citam um fato curioso que aconteceu numa escola: a educadora pede que as crianças citem três animais que os alunos conhecessem. Então, uma das crianças responde: “Feio, Scubidu e Pavaroti”, resposta que foi considerada incerta pela educadora. Inconformada, buscou defender-se dizendo que Feio era seu gato, Pavaroti seu periquito e Scubidu seu cachorro.

Fleuri & Souza alegam que a educadora, tendo como referência a concepção genética dos animais (cachorro, gato e periquito), deixou de lado a referência cultural da criança de considerar seus animais pelos nomes. Então o que ocorreu foi “uma superposição de padrões culturais na resposta da criança, complexizando o sentido cultural de animal e uma homogeneização e simplificação na resposta esperada pela educadora, embasada em um único padrão cultural”.²⁶⁰

A visão do professor pode explicitar o descaso com a particularidade de André, deixando de lado a referência que ele tinha (pais que não lhe transmitiram caracteres físicos, mas sim de comportamento, de ações...). No caso do André, sua resposta e seu trabalho desviam-se de um único padrão cultural estabelecido pelo professor, pois dentro de seu contexto, este último

²⁵⁹ FLEURI, R.M. SOUZA, M.I.P. **Entre Limites e Limiars das Culturas: educação na perspectiva intercultural**. 2002, p.15-16. [No Prelo]

²⁶⁰ *Op.Cit*, p.16.

tinha um significado para “características herdadas”, mas foi aberto por André, que colocou em movimento outro significado a partir de seu contexto. Assim, “o(a) enunciator(a) de um discurso não pode nunca fixar o significado de uma forma rígida, porque as palavras são ‘multimodulantes’, elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento[...]”.²⁶¹

Alloero et.alli.²⁶², atenta para a dificuldade, além do despreparo de alguns professores para lidar com a questão da filiação adotiva, de encontrar materiais escolares que apresentem uma paternidade e maternidade que se diferencie da questão biológica, caracterizada principalmente por uma relação afetiva que se consolida com a convivência compartilhada.

[...] é muito importante que os docentes, as associações de pais, os institutos de pedagogia, os autores de livros e as editoras, em conjunto, enfrentem o problema da família na sua realidade atual. É muito importante que contribuam positivamente para modificar as percepções dos papéis familiares, para tornar possível o confronto entre a imagem (dos livros) e a realidade para cada educador.²⁶³

A escola representa, uma fundamental agência de socialização e formação da criança, e sua intervenção incide fortemente sobre o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, podendo contribuir – em termos mais gerais – para a superação de tantos lugares-comuns, de tantos preconceitos ainda presentes na sociedade e na sua própria estrutura formativa.

Em todos os seus níveis a escola pode, e deve, dar uma importante contribuição para a compreensão dos diversos aspectos de uma adoção. Essa contribuição se dará, principalmente, através da reformulação do conceito de paternidade e maternidade, entendido não apenas como

²⁶¹ ALLOERO, Luíza et.alli. Adoção e Escola. **Boletim Adoção em terre des Hommes**. Ano VII, nº 76/77, 26 de outubro de 1995, p.02.

⁶⁴ *Op.Cit.*

²⁶³ *Op.Cit.*

derivado de uma relação biológica, mas também, e, sobretudo como consequência de uma relação afetiva, construída dia após dia, considerando-a com a mesma dignidade daquela “de sangue”, não colocando essa questão numa representação da família não estereotipada, levando em conta os novos modelos existentes na atual realidade social.

As mudanças vividas em nossa sociedade e o advento de novas formações familiares, devem ser levadas em consideração nos livros utilizados pelos professores, pois ajudarão a moldar as percepções dos jovens alunos, formando suas representações da realidade.

Segundo Alloero et.alli²⁶⁴, os poucos estudos nessa área revelam que os livros escolares ainda utilizam, em sua grande maioria, os estereótipos que caracterizam o modelo de família “oficial”, em que o conceito de paternidade e maternidade está exclusivamente baseado nas ligações biológicas.

Para Silva²⁶⁵, os pais podem auxiliar a escola a contemplar de forma positiva a diversidade racial, e também as várias formas de constituir família, doando materiais que permitam às crianças perceberem a diversidade racial, como por exemplo, equipando a biblioteca com livros que tenham personagens negros apresentados de maneira positiva, e indicando, quando possível, brinquedos e material pedagógico, ou oferecendo a seu filho revistas com pessoas negras para os trabalhos escolares, uma vez que “[...] nem sempre o preconceito é explícito. Às vezes, ele se manifesta na forma como os professores tratam a criança, como se ela fosse menos inteligente. Oferecem a ela menos carinho e permitem que os colegas a deixem fora das atividades ou destinem-lhe, por exemplo, papéis inferiores em brincadeiras e jogos”.

Além disso, as crianças tendem a criar laços afetivos com os professores, que passam a ser o segundo modelo, feminino ou masculino, mais importante depois da mãe ou do pai, e, ao

²⁶⁴ ALLOERO, L. et.alli. 1995.

²⁶⁵ SILVA, Ana Maria et.alli. 1999, p.39-40.

prejudicar uma criança negra, o professor está produzindo efeitos sobre o conjunto das outras crianças e incentivando, indiretamente, atitudes incompatíveis com o processo educacional. “Um professor que discrimina é um pai ou mãe que rejeita”.²⁶⁶

A construção da identidade passa por olhar para fora e identificar alguém que se admire. Qual criança não quis um dia, ser igual ao pai, à mãe, a um tio ou primo? À medida que ela cresce, vai precisar de outros ídolos, outros modelos com os quais possa se identificar e nos quais possa espelhar-se. Certamente se formos buscar na nossa história, encontraremos grandes homens e mulheres negros^{267 268}.

Assim, é superando as formas de relação baseadas na exclusão para não ver as diferenças culturais como oposições, que Souza²⁶⁹ menciona o educador brasileiro Paulo Freire, que enfatizou, a necessidade de não se negar a diferença, mas de com ela se buscar a interação, a reciprocidade entre homens e mulheres que se educam em relação, mediatizados pelo mundo, fazendo emergir a abertura para o encontro entre dois mundos diferentes, produzindo também o encontro com a alteridade como confronto. Esses confrontos são traduzidos como conflitos que possibilitam ir para além das visões de discriminação e estereótipos – legitimadores de relações de sujeição e exclusão - alimentados em nossas culturas. “Um ir além, para outro lugar, possibilitando a expansão de nossa identidade e a expansão de nosso conhecimento de nós mesmos e do mundo que nos cerca”. Por isso, “[...] o encontro com a alteridade não é apenas a exclusão e dominação, mas pode ser ponte de encontro com outras possibilidades de ser no mundo”.

²⁶⁶ SILVA, Ana Maria et.alli. 1999, p.40.

²⁶⁷ Zumbi ou a revolucionária Luiza Mahin. Há escritores como Luís Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto, Solano Trindade, Carolina de Jesus e engenheiros como André Rebouças; há o abolicionista José do Patrocínio, escultores (Aleijadinho era mulato), pintores e músicos. Existem ainda líderes carismáticos, como o ex-senador Abdias Nascimento

²⁶⁸ SILVA, Ana Maria et.alli. 1999, p.49.

Acredito que incentivar o respeito e a admiração por outras culturas não predominantes, realçará a identidade negra de meus filhos. Desenvolver uma finidade com outros grupos tem como grande sentido o combate ao isolamento que uma criança adotada inter-racialmente pode sentir. Participar de uma celebração do ano novo Chinês, do festival de Cinco de Mayo (comunidade latina) ou uma parada de orgulho gay, incentivam não somente estes relacionamentos interculturais entre aliados naturais, mas abrem um reino inteiro de possibilidades para pais brancos que procuram promover a identidade racial de suas crianças.²⁷⁰

Ser no mundo, questionando e superando estereótipos e preconceitos, uma vez que sujeitos diferentes se reconhecem a partir de suas histórias e opções, celebrando “o híbrido, a impureza, a mistura, a transformação que deriva de novas e inesperadas combinações. Aquela que se exalta na degeneração e teme o absolutismo do puro. Mestiçagem, mistura, um pouco disso e um pouco daquilo é o modo através do qual o novo entra no mundo. [...] é um canto de amor em relação ao nosso ser marginalizado. Por todo o percurso da história humana, os apóstolos da pureza – com aqueles que sempre afirmaram possuir uma explicação completa – semearam destruição entre os seres humanos que eram simplesmente misturados [...]. Experimentar qualquer forma de migração, significa receber uma lição sobre a importância de tolerar o ponto de vista dos outros. Poder-se-ia quase dizer que a emigração deveria se construir em exercício para todos os aspirantes à democracia”.²⁷¹

E, novamente utilizando-nos das palavras de Bhabha²⁷², conforme a discussão apresentada no capítulo anterior, destacamos, numa adoção inter-racial, a necessidade, mais do que nunca, da existência de uma *fronteira cultural* que abre uma nova perspectiva pela busca do

²⁶⁹ SOUZA, M.I.P. 2002, p.64.

²⁷⁰ CHAS, Todd. 2000. p.05.

²⁷¹ RUSHDIE, Sakman citado por SOUZA, Maria I.P. 2002, p.134.

²⁷² BHABHA, Homi K. 1998.

encontro com o novo, o desconhecido, considerando sujeitos envolvidos na relação, como pessoas que intervêm na cultura, no contexto, reelaborando-a, recriando-a, resignificando-a.

Enfim, com a possibilidade de ver nos outros sempre uma diferença e nunca uma inferioridade, sempre uma paridade e nunca uma segregação, enfrentando o tema da diferença não pelo seu cancelamento, mas pela sua valorização, é que a educação intercultural, como predisposição a aprender e conhecer “coisas” novas como objeto de interação, se coloca contra qualquer tipo de cultura que se considere superior, impedindo a compreensão e a aceitação de outros e outras, contra qualquer tipo de preconceito e de intolerância.

Somente enfatizar a indignação como fator de negação, não é o bastante. É importante ter consciência desta relação, pensando na sua possibilidade de superação de explorador e explorado, porque somente desta forma poderemos construir uma nova forma de sociedade, uma nova forma de relação, uma nova forma de transgredir as relações, que hoje estão vigindo e que são permeadas pela exploração e discriminação, tanto nas relações inter-pessoais como nas relações sociais e econômicas, estruturais da sociedade.

Enfim, mais do que aqui, tentar explicitar respostas, essa experiência de relação intercultural nos aponta desafios, para a compreensão das relações inter-pessoais e sociais, nos instigando a dar mais atenção aos possíveis entre-lugares, as fronteiras entre uma cultura e outra, e ultrapassar as classificações e análises polarizadas, construindo relações de reciprocidade, superando os princípios de sujeição de exclusão, numa perspectiva de descobertas de novos caminhos de compreender e apreender as questões de identidade e pluralidade cultural no cenário brasileiro.

CAPÍTULO V

POSSÍVEIS SINAIS DE LUZ NUM MAR DE ESCURIDÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESTUDADO

Apesar de todos os avanços do nosso tempo, alguns temas permanecem tratados de forma preconceituosa, ou esquecidos dos meios científicos, como é o caso da adoção. Mesmo sendo uma prática corrente da sociedade desde tempos remotos, continua encoberta no silêncio, alimentada por medos e mitos.

Embora existam algumas pesquisas quantitativas sobre a adoção inter-racial no Brasil, e também sobre as discriminações existentes nos procedimentos da adoção, destaca-se que o debate sobre o assunto tem se restringido às práticas judiciárias, tendo em vista as desigualdades de inclusão de crianças e adolescentes negras em família substituta.

Por isso o que tentamos explicitar, com o decorrer do presente estudo, é exatamente a complexidade de uma situação peculiar de adoção inter-racial, envolvendo diversos aspectos, que iniciam no processo que antecede a sua concretização, e se prolongam durante todas as outras vivências da família em questão.

Destacamos ainda, que este trabalho, foi uma primeira aproximação com a temática, tentando elucidar os aspectos referentes a uma experiência concreta de adoção inter-racial nos limiares da educação intercultural, que nos conferiu dificuldades de apropriação de uma perspectiva teórica, que pudesse dar conta da discussão e da análise dos dados que obtivemos.

Por isso, ressaltamos que, futuramente esse debate aqui exposto, poderá traduzir-se em uma análise mais aprofundada.

Uma experiência de adoção inter-racial, por fazer emergir questões de peculiar complexidade, convida-nos a fazer algumas considerações, com intuito de finalizar o estudo a que nos propomos.

É condição essencial, a vivência e reconhecimento positivo, pela criança, das características culturais e biológicas que ela adquiriu originalmente, e em particular, a cor da sua pele, uma vez que os cidadãos afrodescendentes possuem ‘marcas’ a olhos vistos. Traços fenotípicos, como a cor da pele, são componentes da negritude, e que expressa a diferença, mesmo no caso da não-identificação, pois ela – a cor – expressa a marca de identidade de um grupo. Sendo assim, não há como negar a história pregressa de uma criança negra, pela existência de traços demarcados.

Baseado nisso e considerando as primeiras vivências da criança como determinante no processo de formação da identidade social, tomando a família como a instituição primeira e primordial na formação dessa identidade, é que situamos neste estudo a adoção inter-racial, como uma forma de educação intercultural, onde “a educação [...] **(além de ser)** entendida como a transmissão de informações de um indivíduo para o outro [...] passa a ser concebida como construção de processos em que diferentes sujeitos desenvolvem ações de reciprocidade entre si”.²⁷³

A educação intercultural busca o desenvolvimento de estratégias, que promovam a construção de identidades e o reconhecimento das diferenças, fazendo surgir, o “campo híbrido,

²⁷³ FLEURI, Reinaldo M. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Revista Percursos**. Florianópolis: NEEP, Outubro de 2000p. 125 (grifo nosso).

fluído e polissêmico, ao mesmo tempo promissor, da diferença, que se constitui nos entre-lugares das enunciações de diferentes sujeitos e identidades sócio-culturais”.²⁷⁴

A busca por novas possibilidades de relações pessoais e sociais entre sujeitos marcados por uma política de diferenças; a procura de “um outro lugar”, onde as potencialidades e necessidades possam encontrar escoamento positivo das pessoas em relação, numa fronteira que não é o lugar onde algo termina, mas onde alguma coisa começa a se fazer presente, onde as diferenças possam ser articuladas e não excluídas: aqui está a possibilidade de formação de identidades que não se estabelecem em polaridades, mas sim em interação.

Por isso, a experiência de adoção inter-racial – que também pode ser considerada uma adoção tardia – que vivenciamos e explicitamos neste estudo, traduz-se numa rica experiência de educação intercultural, que explicita a superação das relações de dominação, que geralmente comportam as relações entre diferentes, abrindo possibilidades para um hibridismo cultural como forma de acolhimento das diferenças.

A experiência da família do Sr. João e da Sra Laura é por excelência um espaço liminar como “um processo de interação simbólica que se dá entre o ir e vir, entre uma coisa e outra, um movimento temporal e uma passagem que evita que as identidades de cada extremidade se estabeleçam em polaridades primordiais”²⁷⁵ primando sempre pelo o desejo de um outro lugar.

Desta forma, se uma criança afrodescendente é adotada por pais brancos, sentindo-se e sendo sentida como um verdadeiro membro dessa família, com a mesma dignidade e respeito perante os outros, constata-se o prenúncio da possibilidade de constituição de uma família multirracial, mesmo em sociedades, em que ainda permanecem fortes os sinais e as barreiras estabelecidas entre as diferentes etnias.

²⁷⁴ FLEURI, R.M. et ali. **A Questão da Diferença na Educação: para além da diversidade**. 2002 [No Prelo], p.01.

²⁷⁵ BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p.22.

Esta conscientização poderá permitir à criança afrodescendente adotada por pais brancos, que ela possa mostrar-se à sociedade que tanto a discrimina e a marginaliza - ao meio extrafamiliar - não como um "hóspede" ou um filho "bastardo", mas como um real componente de uma família que é, e que pode se considerar multirracial, que contribui e valoriza a diversidade étnica, ressaltando a dignidade de crianças e adultos de todas as etnias, através do encontro de pessoas que se *transformam* ao interagirem com outras.

Assim, nesses momentos finais de reflexão enfatizamos a importância de que os profissionais que trabalham com a adoção inter-racial – em particular os assistentes sociais²⁷⁶ - se apropriem das questões aqui enfocadas, para que possamos superar o impacto da adoção inter-racial somente pela discriminação que carrega consigo, transportando-nos para um debate que enfatize a relação ali estabelecida, que pode se traduzir numa experiência de convivência harmoniosa com as diferenças.

Não pretendemos ter uma resposta absoluta e verdadeira para nenhuma das questões explicitadas no decorrer deste trabalho, mas sim invocarmos para uma reflexão sobre as possibilidades e limites existentes na atuação dos profissionais de Serviço Social, junto a esta temática.

O debate sobre a adoção inter-racial no Serviço Social ainda é bastante novo, fato que dificulta uma intervenção efetiva junto aos casos que exigem uma atuação profissional especializada. Embora a questão da discriminação racial seja um tema que, atualmente, vem se destacando em nível nacional e internacional, a problemática específica da adoção inter-racial,

²⁷⁶ De acordo com os artigos 150 e 151 do ECA, os serviços auxiliares da Justiça da Infância e Juventude envolvem equipe interprofissional composta por assistentes sociais e psicólogos. Segundo Silveira (2002), a esses profissionais caberiam a realização do estudo psicossocial, visando a seleção dos pretendentes à adoção e as medidas necessárias para a inserção de crianças ou adolescentes em família adotiva. De acordo com o ECA, a autoridade judiciária somente irá deferir os pedidos de inscrição para adoção, após consulta prévia aos profissionais que o auxiliam e ouvido o Ministério Público.

ainda é pouco explorada, sendo pouquíssimos os pesquisadores que se dispuseram a estudá-la, vindo a distorcer algumas concepções sobre o assunto.

Por isso, destacamos ser de competência do assistente social, enquanto profissional, que se baseie na pesquisa, como forma de enriquecer a sua produção teórica, e contribuir para os avanços nesta área.

A pesquisa docente e discente, na graduação e pós-graduação, é um recurso indispensável para a compreensão das múltiplas formas de desigualdades sociais e dos processos de exclusão delas decorrentes – econômicos, políticos, e culturais -, sua vivência e enfrentamento pelos sujeitos sociais na diversidade de sua condição de classe, gênero, raça e etnia. [...] É também o chão para a construção das respostas do Serviço Social, consubstanciadas em propostas de trabalho nos marcos das políticas sociais públicas e privadas e das lutas dos vários segmentos sociais pela preservação de suas condições de vida e trabalho dos direitos sociais e humanos.²⁷⁷

Essa necessidade exige que o profissional deixe claro em suas intervenções que as conquistas não devem ocorrer apenas por uma questão de sobrevivência, mas, acima de tudo, que desenvolva ações que visem a conscientização de que todos os cidadãos afrodescendentes – e aqui damos destaque às particularidades presentes nos procedimentos de adoção que tem contribuído para a discriminação racial, onde crianças negras têm sido preteridas por não se encaixarem nos padrões de beleza vigentes no imaginário social - merecem lutar por seus espaços, não de maneira desigual como usualmente ocorre, para conseguir a igualdade de deveres e direitos em relação à outras etnias.

²⁷⁷ IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 274-275.

É fundamental, então, compreendermos que precisamos considerar e respeitar outros arranjos familiares, que apresentam estruturas diferenciadas do modelo estabelecido como ideal, pois o essencial é a qualidade das relações que se mantêm nestas famílias, uma vez que,

[...] é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis. O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem.²⁷⁸

Assim, colocamos como indicativos de mudança para os assistentes sociais, a busca pelo rompimento com os modelos tradicionais de família, casal e criança, pois estes não mais correspondem à realidade vivenciada. Tanto os pesquisadores quanto os profissionais que lidam com a prática do instituto da adoção, podem fazer isso, trazendo a temática da adoção inter-racial para o centro dos debates, na área da criança e do adolescente, não por esta ser uma solução para os problemas de abandono de centenas de crianças afrodescendentes excluídas e abandonadas no país, pois esta é uma questão estrutural e que, portanto, requer medidas de natureza político-econômica e social, visando o seu efetivo enfrentamento e combate. Mas, a discussão é plausível, à medida que acreditamos que quando uma família biológica passa a não "assumir" mais seu filho por motivos quaisquer, a adoção inter-racial pode ser a opção para constituir, na alternativa mais satisfatória, por ser uma medida que garante às crianças e adolescentes afrodescendentes, o direito essencial de poderem desenvolver-se em um contexto familiar, efetivamente integrados, com os mesmos direitos de um filho biológico, sendo respeitado pelas suas diferenças, através do diálogo, e com a certeza de que podemos sim, primar pela convivência harmoniosa entre as diferenças: é a celebração da diversidade!

²⁷⁸ FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1996, p.21.

A participação dos assistentes sociais neste debate, então, se faz pertinente à medida que evoca a explicitação dos limites, entraves, equívocos, mitos e preconceitos que permeiam a adoção inter-racial, e adota uma postura pró-adoção inter-racial, pois somente desta forma, será possível superá-los e criar novas bases para formação de uma nova cultura da adoção, eliminando idealizações, medos, inseguranças e constrangimentos, para que se criem elementos favoráveis a sua concretização.

E é primando pela efetivação do compromisso ético e político da profissão, que o assistente social, ao trabalhar com a temática da adoção, especificamente a inter-racial, poderá realmente objetivar a construção de melhores condições, de termos uma forma de vivência afetiva e igualitária para todas as crianças em suas famílias, seja biológica ou adotiva, racial ou multirracial.

É por estas e outras muitas preocupações que acometem as famílias adotantes de crianças afrodescendentes, que se faz bastante prudente, que tais famílias sejam apoiadas acompanhadas e preparadas pelos profissionais de Serviço Social, não para que se tornem bons pais e boas mães, mas para que se fortaleçam e se tornem mais seguros em relação a esse ato, para que conseqüentemente tenham condições e subsídios para o enfrentamento das futuras e previsíveis reações que a adoção inter-racial provoca nas pessoas.

Por isso, além dos indicativos de mudanças propostos, e como forma de reforçar as idéias para que haja realmente mudanças visíveis e experiências positivas, destacamos o trabalho que os Grupos Estudos e Apoio à Adoção vem desenvolvendo em todo Brasil, que tem ganhado força e visibilidade, no sentido de incentivar e facilitar as adoções necessárias.

Esses grupos têm procurado desmistificar a idéia, de que somente as adoções de bebês recém-nascidos, saudáveis e com características semelhantes às do casal adotante têm

chance de sucesso e de que somente junto às famílias tradicionalmente organizadas é possível o desenvolvimento saudável e satisfatório de crianças e adolescentes.

A participação das famílias adotantes nestes grupos tem somado as experiências e ainda possibilitado que as angústias e preocupações sejam compartilhadas, tornando-se também um grupo de referência e de apoio emocional/afetivo e social, no sentido de desenvolvimento de projetos que visem à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária e que, além disso, busca a mobilização da sociedade em prol da adoção.

[...] Nosso grupo é aberto à participação de pais e filhos adotivos, de pretendentes à adoção, de lideranças comunitárias, de profissionais de diversos ramos e todas as pessoas da comunidade que acreditam que a família é o melhor ambiente para o desenvolvimento saudável de toda a criança e adolescente.²⁷⁹

E enfim, "*(...) assim caminha a humanidade...*" com os seus diversos avanços e retrocessos, atendendo a interesses de todos os âmbitos, conciliando e mediando ações com o objetivo primordial de encontrar apenas um lugar ao sol. E, é exatamente desta forma, que os assistentes sociais devem caminhar em prol da adoção inter-racial, acreditando na possibilidade de constituição de uma família multirracial, com a convivência, através do diálogo, do encontro com o novo, da reciprocidade, que faz uso da celebração das diferenças, como um elo que une todas elas.

²⁷⁹ CRISTOFOLINI, Eliete Maria. Porque Participo do Grupo Gerando Amor? In: **Nas Janelas da Adoção**. Ano V, n.43/44, p. 2, Mai/jun de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Ney de Mello. **Manual de Direito de Família**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALMEIDA, Angela M. et.alli. **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.

ALLOERO, Luíza et.alli. Adoção e Escola. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Ano VII, nº 76/77, 26 de outubro de 1995.

AMARAL, Rita. **Educar para a Igualdade ou para Diversidade? a socialização e a valorização da negritude em famílias negras**. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Educarparaque.html>>. Acesso em: 15 abr.2003

ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)**. Portugal: Editorial Quercó, 1984.

APPIAH, K.A. **Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAÍA, W. A Criança Negra nos Currículos escolares: notas em curso. “Novas Identidades na Amazônia: crianças e adolescentes em destaque” – **Anais do V Seminário Avançado em Serviço Social**. Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém, Maio de 2000.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BECKER, Howard S. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLEGER, José. **Temas de Psicologia: entrevista e grupos**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BRANDÃO, Carlos R. **O Que é Educação**. 14ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Código Penal e Legislação Complementar**. Organizado por Celso Delmanto. São Paulo: Saraiva, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

BRASIL. **Lei n.º 8069 de 13 de junho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.** Florianópolis: EDEME, 1995.

BRASIL. **Decreto de 10 de março de 2003**, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <www.portalafro.com.br> . Acesso em: 05 mai.2003.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas.** 2ed. São Paulo: Editora da USP, 1998,

CANEVACCI, Máximo (org.) **Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva.** 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARRASCO, Walcir. **Irmão Negro.** 6ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. **Parceiros do Abandono: uma leitura sobre crianças, adolescentes, famílias e instituições de abrigo em Santa Catarina.** Florianópolis, 1998. Monografia (Especialização em Metodologia de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco) - Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (coord.). **Cadernos de Ação - Trabalhando Abrigos.** n.3. São Paulo: Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, março 1993.

CASSAB, Maria Aparecida Tadin. **Jovens Pobres e o Futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.** Niterói-RJ: Intertexto, 2001.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). **História da Vida Privada no Brasil Império.** v.2. São Paulo: Companhia das Letras, p.338-383, 1997.

CHAGAS, C.C. **Negro: uma identidade em construção.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHAS, Todd. Construindo uma Identidade Racial. **Boletim Nas Janelas da Adoção.** Ano 4, nº24, 01 de agosto de 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, Manoela C. Parecer sobre critérios de Identidade Étnica. In. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.** São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

CUNHA, P.M.C. Da Senzala à Sala de aula: como o negro chegou à escola. In; OLIVEIRA, I. (coord.) **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes.** Niterói: Intertexto, p.69-96, 1999.

D'ADSKY, Jacques. **Pluralismo e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

D'AGOSTINI, S.M.C. **Racismo e Adoção: tema arcaico e atual**. Florianópolis, 2000. Monografia (Especialização em Metodologia de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco). Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

DAMATTA, Roberto. A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela M. et.alli. **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

DELL'ANTONIO, Annamaria. Algumas reflexões sobre a adoção inter-racial. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Curitiba - PR, n. 66, ano VI, p. 1-4, novembro de 1994.

DIAS, Cristina Maria de S. Brito. Adoção: avanços e obstáculos. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Curitiba, n. 78, ano VII, p. 1-4, dezembro de 1995.

FALCÃO, Luiz Felipe. Racialização e Preconceito. In: **Escravidão e Preconceito Racial em Desterro no Século XIX**. Florianópolis, 1987. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

FALTERI, Paola. Interculturalismo e Culturas no plural. In: FLEURI, R.M. (org) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover/ NUP, p.33-43, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERNANDES, F. et.alli. **Dicionário Brasileiro Globo**. 45.ed. São Paulo: Globo, 1996.

FIGUEIREDO, T. A. **Porque os Heróis Nunca são Negros?** Disponível em:<black_family@grupos.com.br> Acesso em: 19 dez.2002.

FLEURI, Reinaldo M. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Revista Percursos**. v.1, n.1. Florianópolis: NEPP, p.109-128, Outubro de 2000.

_____. Educação nos limiares entre culturas. **Revista Marco Social: educação para valores**. Instituto Souza Cruz. Janeiro, 2003.

_____. (org) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

FLEURI, Reinaldo M., SOUZA, Maria I.P. **Entre Limites e Limiares de Culturas: educação na perspectiva intercultural**. 2002. [No Prelo]

FLEURI, Reinaldo M. et ali. **A Questão da Diferença na Educação: para além da diversidade**. 2002 [No Prelo]

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

GATELLI, João Delciomar. **Adoção Internacional: de acordo com o novo Código Civil - procedimentos legais utilizados pelos países do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Metodologia de Pesquisa em Serviço Social. **Cadernos Técnicos**, n.23. Brasília: SESI-DN, p. 63-69, 1996.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL – População Negra. Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos da Cidadania. Brasília, 1996.

GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito e discriminação: queixas e ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. Salvador: Novos Toques, 1998.

_____. Nacionalidade e Novas Identidades Raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: SOUZA, Jessé (org.) **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da UNB, p.387-414, 2001.

GUIRADO, Marlene. **A Criança e a FEBEM**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. A Questão Racial no Brasil. In: LOVELL, Pegg A. (org) **Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Problema do Incesto. In. CANEVACCI, Máximo (org.) **Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, L.L.G, VENANCIO, R.P. Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1971. **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n.15, p. 24-33, junho de 1988.

MARINHO, Cláudia Margarida Ribas. **O Racismo no Brasil: uma análise do desenvolvimento histórico do tema e a eficácia da lei como instrumento de combate à discriminação racial**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MARKONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Redescobrimo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2 ed. São Paulo: HUCITEX-ABRASCO, 1993.

MIOTO, Regina C.T. **Família e Educação**. Campinas-SP, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.55, ano XVIII, p. 114-130, novembro 1997.

_____. Família e Saúde Mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Revista Katálysis**. Florianópolis: Editora da UFSC, n.2, p. 20-28, maio de 1998.

_____. Cuidados Sociais Dirigidos à Família e à Segmentos Sociais Vulneráveis. In: CFESS, ABEPSS, CEAD/NEB-UNB (org). **O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais**. 1ed, v.4, Brasília: NED-CEAD/UNB, p.216-224, 2000.

MONTERO, Paula. Globalização, Identidade e Diferença. **Novos Estudos/CEBRAP**. n. 49. São Paulo: Ed. Lis, p. 47-67, novembro de 1997.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L.M et alli. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p.47-75, 1996.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: 1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo. Salvador, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. In: OLIVEIRA, Iolanda de (coord.). **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes**. Niterói,RJ: Intertexto, p.9-19, 1999.

_____. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHUWARCZ, L & REIS, L.V.S (orgs). **Negras Imagens**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

_____. As Facetas de um Racismo Silenciado. In: SCHWARCZ, L.M et.ali. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p.213-229, 1996.

_____.O Anti-Racismo no Brasil. In. MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, p. 79-94, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

OENNING, Marcia Pickler. **Efeitos Sucessórios da Adoção no Tempo**. Florianópolis, 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Anselmo Pereira de. **O Discurso da Exclusão na Escola**. Joaçaba: UNOESC, 2002.

OLIVEIRA, Márcia Gomes da Silva de. **Apadrinhamento Afetivo: uma parceria das Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz com a comunidade de Coqueiros**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

PAIXÃO, M.F. **O Preconceito Racial na Adoção de Crianças na Vara da Infância e Juventude de João Pessoa**. João Pessoa, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba.

PINTO, Tânia R. et.alli. O Silêncio vai acabar. **Nova Escola**. São Paulo. n.120, ano XVI, p. 10-17, março de 1999.

PEREIRA, Potyara A.P. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº. 48. São Paulo: Cortez, p.103-114, Agosto/1995.

REIS, L.V.S. Negro em 'Terra de Branco': a reinvenção da identidade. In: SCHUWARCZ, L & REIS, L.V.S (orgs). **Negras Imagens**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p.31-53, 1996.

RIZZINI, Irene (orgs). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Anais e Livraria Editora, p.99-168, 1995.

RUFINO, S.S. **As Faces e as Contrafaces da Adoção Inter-racial: estudo da realidade catarinense**. Florianópolis, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Uma realidade Fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial. **Revista Katálisis**. Florianópolis: Editora da UFSC, v.5, n.1, p. 79-88, Jan/jun de 2002.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A Questão do Negro na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **O que é Racismo?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Lêda Péres dos. **Faces e Disfarces da institucionalização: uma experiência vivenciada na Casa-Lar/Coqueiros**. Florianópolis, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Luzinete S. Adoção no Brasil: desvendado mitos e preconceitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 54, ano XVIII, p. 158-171, julho 1997.

_____. Adoção: da maternidade à maternagem. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 57, ano XIX, p. 99-108, julho 1998.

SARTI, Cyntia. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCHREINER, E.N.P. Identidade Negra e Adoção Inter-racial. **Boletim Nas Janelas da Adoção**. São Paulo, n. 22/23, p. 6-7, junho de 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e a Dimensão Intercultural. In. FLEURI, Reinaldo M. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover/NUP, p.31-32, 1998.

SCHWARCZ, L.M Uma História de ‘Diferenças e Desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, p. 43-66, 1993.

_____. Questão Racial no Brasil. In: SCHUWARCZ, L & REIS, L.V.S (orgs). **Negras Imagens**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

SELL, S.C. **A Ação Afirmativa: análise da constitucionalidade e da aplicabilidade ao caso brasileiro**. Florianópolis, 2001. Monografia (Graduação em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Ana Maria et alli. **Gostando mais de Nós Mesmos: perguntas e respostas sobre auto-estima e questão racial**. 2 ed. São Paulo: Gente, 1999.

SILVA, Antônio Carlos Arruda da. Questões legais e racismo na história do Brasil. In. MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p. 121-132, 1996.

SILVA, Érica Sarmiento da. **O Mito da Democracia Racial: o racismo cordial no Brasil - a visão mitológica, antropológica e jornalística**. Rio de Janeiro, 1999. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo), Universidade Estácio de Sá.

SILVA, Maria B. N da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1984.

SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997.

SILVEIRA, Ana Maria. **Particularidades da Adoção: a questão da etnia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos. In: ARANTES, Antonio A, et al. (org) **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 43-60, 1994.

SOUZA, Maria Izabel Porto de. **Construtores de Pontes: explorando limiares de experiências em educação intercultural**. Florianópolis, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Programa da Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de santa Catarina.

STOER, S. Desocultando o vô das andorinhas: educação inter/multicultural crítica como movimento social. In: **Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise**. Porto: Afrontamento, p. 245-275, 2001.

SZNICK, Valdir. **Adoção**. São Paulo: Leud, 1988

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n.71-Edição Especial. São Paulo: Cortez, p. 9-25, 2002.

TARANTO, Isabel; HOMERO, Rita. Adote um brasileiro. **Revista Raça Brasil**. São Paulo, ano 1, n.º 4, p. 58-66, dezembro de 1996.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p. 95-111, 1996.

TERSARIOL, Alpheu. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Erechin-RS: Edelbra, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TURRA, C, VENTURI, G. (orgs.) **Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARELA, Ana Maria G. Adoção. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Ano VIII, nº 88, 26 de outubro de 1996.

VARGAS, Marлизete M. Adoção Tardia: um estudo do processo de adaptação criança-família. **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Ano VII, nº 69, 26 de março de 1995.

VERONESE, Josiane R.P.; OLIVEIRA, Luciene C.P. Adoções e Relações Familiares. **Revista Katálysis**. Florianópolis:Editora da UFSC, n. 2, p. 49-60, maio de 1998.

WEBER, L.N.D. **Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção**. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

_____. Institucionalização X Adoção: um caminho possível? **Boletim Adoção em Terre des Hommes**. Ano VIII, nº 83/84, 26 de maio de 1996.

WEBER, L.N.D. et.alli. **Filhos da Solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do estado do Paraná, 1996.